



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O [p1][p2]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 15^a Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 33 e 34, de 2008.

Não havendo *quorum* para deliberação, suspendo a sessão e convoco a continuação da mesma tão logo os trabalhos da Ordem do Dia se encerrem.

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O [P3]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Dou por reiniciada a 15ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 33 e 34.

Nós já demos esta sessão por aberta, depois a suspendemos para um encontro entre os Líderes e agora a estamos retomando.

Estamos hoje no prazo determinado para começarmos a votação dos relatórios setoriais. Já temos 3 relatórios setoriais em condições de serem apreciados pela Comissão, a saber: o do Deputado Rodrigo Rollemberg, que diz respeito à Área Temática VII — Justiça e Defesa; o das áreas de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, do Senador Neuto de Conto; e o das áreas de Trabalho, Previdência e Assistência Social, do Senador Gim Argello. Outros relatórios estão sendo entregues na Secretaria, e nós temos as 48 horas da publicação para que, então, possa esta Comissão apreciá-los.

O nosso desejo é cumprir o calendário da Comissão, sabendo, Srs. Deputados, que nós concorremos com a Ordem do Dia das sessões da Câmara dos Deputados e do Senado da República.

Deputado Raimundo, nós concorremos com as sessões da Câmara dos Deputados e do Senado da República. A Comissão só pode discutir Orçamento na ausência da Ordem do Dia no Senado e na Câmara dos Deputados.

Eu tive uma conversa prévia com o Presidente da Câmara dos Deputados, pedindo que nos fosse dado o maior prazo possível para que pudéssemos apreciar as matérias. Pelo que eu pude entender, esta Comissão começará a votar amanhã, às 8 e meia da manhã, hora para a qual, desde já, estou convocando os Srs. Deputados para apreciação dos relatórios.

Nós gostaríamos de propor aos Líderes — e assim já fizemos em anos anteriores — que nós analisemos os destaques quando da apreciação do relatório-geral do Senador Delcídio Amaral. Alguns Líderes acham que se assim procedermos nós estaremos retirando da Comissão o momento maior do debate. Mas eu insisto nisso com alguns Líderes, porque acredito que existem relatórios e relatórios. Existem relatórios que trazem maiores questionamentos, e existem relatórios que são mais passíveis de acordos, de entendimentos, de trânsito na Comissão.

É o caso, por exemplo, do relatório da área de Justiça e Defesa, do Deputado Rodrigo [P4]Rollemberg. O relatório seria lido pelo Deputado, os destaques, por orientação das bancadas — aqueles que devam existir —, seriam encaminhados, não seriam prejudicados, e seriam analisados quando da votação do relatório do Senador Delcídio Amaral. E procederíamos assim também quanto ao relatório do Senador Gim Argello.

Nós sabemos que todos os Relatores têm uma margem de negociação com os Deputados. Essa margem de negociação seria utilizada em conjunto pelo Relator da área e o Relator-Geral. Em que ajudaria, Deputado Raimundo, em parte — eu conversei com o Deputado Bruno Araújo —, algumas áreas se esse acordo ocorresse? O Relator-Geral teria o acompanhamento de Relatores de todos os partidos para o seu trabalho final, inclusive com o comprometimento do trabalho feito pelo Relator Setorial quanto a soluções reservadas para o todo da peça.

Já há quorum?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - O relatório da Área Temática VIII foi entregue sexta-feira. Não está pronto para ser analisado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Qual é?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - O da Área Temática VIII.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Qual é a área VIII?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Poderes do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Poderes do Estado é de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - E quinta nós temos almoço com o Presidente do Supremo.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Mas já foi entregue o relatório na sexta-feira. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Ele chegou hoje da gráfica.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Mas foi entregue na sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Chegou ontem da gráfica.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Foi entregue na sexta-feira. *(Pausa.)* Esclareço que foi entregue...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não precisa, não. V.Exa. está com o relatório entregue. Nós podemos votá-lo amanhã. V.Exa. pode fazer a leitura hoje, se os Líderes concordarem. Mas, amanhã, o prazo já estará todo ele cumprido. E o do Deputado Dilceu Sperafico? *(Pausa.)* Esse distribuiu hoje.

Senador[P5] Delcídio. *(Pausa prolongada.)*

O [p6]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, peço silêncio. Vamos retomar a sessão.

Senador Delcídio com a palavra.

O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL - Sr. Presidente, gostaria só de fazer um registro do trabalho dos Relatores Setoriais. A despeito de todas as dificuldades, ainda mais ao se elaborar o Orçamento em momento difícil e delicado da economia internacional, seguimos à risca o cronograma que foi estabelecido, evidentemente, com uma exceção. Os Relatores das Áreas Temáticas de VI a X entregaram seus relatórios ou pelo menos os números de cada área setorial, na sexta-feira, e os consultores do Senado e da Câmara trabalharam ao longo do final de semana para concluir esses relatórios.

Vários relatórios já foram para a gráfica. Outros irão ao longo do dia de hoje, ou já foram. Somente hoje o Deputado Carlito Merss entregou o relatório setorial da Infra-Estrutura. Vamos agora trabalhar. A Consultoria está toda mobilizada para tentar tirar esse atraso na entrega do relatório setorial da Infra-Estrutura. E até o momento não recebemos as informações sobre o da área de Integração e Meio Ambiente, uma área muito sensível, ao lado da Infra-Estrutura e da Saúde.

Portanto, vamos nos concentrar, ao longo do dia de hoje, para verificar junto à Senadora Kátia Abreu o porquê de essas informações ainda não terem sido repassadas.

Temos um cronograma rígido. A Consultoria precisa de aproximadamente 2 dias para elaborar os relatórios. E, dentro do cronograma estabelecido pelo Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, a idéia é votar os relatórios setoriais esta semana ainda — hoje, quarta, quinta e, se for necessário, sexta —, para que tenhamos condições de, ao longo do próximo final de semana, com as Consultorias do Senado e da Câmara, trabalhar já na elaboração do relatório final.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria mais do que nunca de destacar esse compromisso que temos com a aprovação dos relatórios setoriais ainda esta semana, sob o risco de, não o fazendo, comprometermos a nossa agenda.

Destaco, mais uma vez, o esforço da maioria dos Parlamentares: Deputado Guilherme, Deputado Aníbal, Senador Gim Argello, Deputado Sperafico, Deputado [p7]Rollemberg, Senador Neuto de Conto, Deputado Carlito Merss, de quem até compreendemos as dificuldades, em função dos problemas na região onde ele foi eleito Prefeito, uma região que está sofrendo muito — todo o Brasil acompanha esse drama.

Agora, manifestamos nossa preocupação com o relatório da área de Integração e Meio Ambiente, porque não tivemos nenhuma informação a respeito, e essa área é fundamental.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pela ordem, Senador Delcídio Amaral.

O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL - Pois não, Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Queria transmitir uma informação a V.Exa. Eu tentei falar com a Senadora Kátia Abreu, para tratar de outra questão, e S.Exa encontra-se em São Paulo, porque sofreu um acidente em casa. No momento em que falei com S.Exa., há 30 minutos, a Senadora estava em um consultório médico, em São Paulo, num hospital, fazendo um tratamento. Quero transmitir a V.Exa. que acabei de falar com a Senadora, e S.Exa. me disse que estará aqui no final da tarde de hoje. Só para poder informar.

O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL - Já tomamos conhecimento, Deputado Colbert Martins. Agora, precisamos encontrar uma solução. Sabemos do sofrimento da Senadora Kátia Abreu, e tenho certeza absoluta de que ela já se encontra em franca recuperação. Agora, precisamos buscar uma solução da Comissão, em função do cronograma apertado que temos ao longo desta semana para aprovar os relatórios setoriais.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

Quero comunicar o encaminhamento à Casa pelo Presidente da República de medida provisória de crédito extraordinário no valor de 1,6 bilhão de reais, em favor de Presidência da República, Ministério da Saúde, Ministério dos Transportes, Ministério da Defesa, Ministério da Integração Nacional.

Designo como Relatores o Senador Neuto de Conto e o Deputado Carlito Merss. *(Pausa prolongada.)*

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, há um relatório aqui, da área da Educação, ao qual a Bahia apresentou 4 emendas, uma das quais, na [p8]votação que fizemos aqui, foi admitida como emenda popular. Ela não consta desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. não se esqueça de que as emendas populares são redigidas pelo Relator-Geral, que passa a interferir no processo depois dos Relatores Setoriais. Então, alguns Estados possuem emenda popular como inadmitida, e ela será tornada viável através da escrita do Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Muito obrigado, Sr. Presidente. Está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa. e peço a V.Exa. que lembre o Relator, por favor.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Lembrá-lo-ei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Faça isso. *(Pausa prolongada.)*

Deputado Raimundo Gomes de Matos, continuo esperando V.Exa.

Vou fazer o seguinte. Eu vou...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não, eu não precisava. Eu estava esperando o Deputado Raimundo Gomes de Matos mesmo, porque eu não preciso do *quorum* para que possam ser lidos os relatórios, mas sim para serem apreciados. Então, eu pediria...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Onde está o Senador Suplicy? Está ótimo.

Então, Deputado Raimundo Gomes de Matos, vou passar a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg, para ler o seu relatório.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, queremos manifestar nosso posicionamento, o mesmo da reunião de Líderes, no sentido de que não deixemos de debater os relatórios setoriais. Essa é a posição que estamos tomando, até porque, historicamente, esta Casa sempre teve esse procedimento. Mesmo tendo V.Exa. e o Senador Delcídio Amaral feito aquela nova pactuação para termos a colaboração dos relatores setoriais no relatório final, não nos achamos confortáveis para apoiar essa decisão, até porque, com certeza, muitas bancadas não tomaram o real conhecimento sobre que emendas foram aprovadas ou não. E com certeza as bancadas vão se posicionar com o seus destaques. É claro que haverá um momento do Relator-Geral, mas alguns Relatores Setoriais deixaram alguma reserva, já prevendo...



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo Gomes de Matos, aprecio V.Exa. Acho que V.Exa. está...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - ...essa pactuação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. está na defesa da sua tese. Fiz um acordo com o Relator do seu partido, e S.Exa. me disse que se ele tiver como resolver com o Relator-Geral... Mas está tomada a decisão, e eu queria...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - O Deputado Bruno afirmou por telefone que refez sua posição. Então, a posição do PSDB é no sentido de não concordar com esse posicionamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - É claro que, se as bancadas sinalizarem esse procedimento com o relatório do nobre Deputado Rodrigo Rollemberg, não vamos obstruir, de maneira nenhuma. Nós daremos seqüência ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não, perfeito. Tenho certeza de que V.Exa. nunca obstruirá o trabalho desta Comissão. V.Exa.[P9] está apenas querendo defender que em alguns relatórios setoriais possa existir destaque e a apreciação deles. Perfeito.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Apreciação das atas.

Havendo a concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo quem queira discuti-las e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as seguintes atas: 5ª reunião de audiência pública, realizada em 25 de novembro de 2008; 6ª reunião de audiência pública, realizada em 27 de novembro de 2008.

As atas estão em votação na Representação da Câmara.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes foi enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros da Comissão e às Lideranças partidárias nesta Casa.

Ordem do Dia.

Pauta nº 33/08.

Relatório setorial da Área Temática VII — Justiça e Defesa.

Relator Setorial: Deputado Rodrigo Rollemberg.

Passaremos a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg, da Área de Justiça e Defesa, e os destaques ficarão para serem apreciados quando da apreciação pelo Relator-Geral.

Com a palavra, para leitura do relatório e errata, o Relator Setorial Rodrigo Rollemberg.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero inicialmente pedir autorização a V.Exa. para ler o resumo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Um momento, por favor.

Senhoras e senhores, pela educação e por cavalheirismo tem-se primeiro que citar as mulheres; e, por educação, tem-se que ouvir quem fala. Não estamos conseguindo ouvir o Relator.

Peço, por favor, que tenhamos a sensibilidade de permitir que a Comissão aprecie o Orçamento da União.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, inicialmente gostaria de pedir autorização a V.Exa. para ler o resumo do relatório, ao tempo em que comunico que informei a todos os coordenadores de bancadas estaduais os valores que estou destinando no relatório setorial às emendas de bancada.

Relatório Setorial da Área Temática VII — Justiça e Defesa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube a mim a honrosa missão de apreciar a proposta orçamentária da Área Temática VII — Justiça e Defesa, que abrange os órgãos do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa.

A proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, considerados os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, consigna dotação global de R\$62,68 milhões para os órgãos componentes da Área Temática Justiça e Defesa, dos quais R\$9,34 bilhões estão destinados ao Ministério da Justiça e R\$53,8 bilhões ao Ministério da Defesa.

No âmbito desta área, foram apresentadas 375 emendas de Apropriação (no valor total de R\$4,57 bilhões) e 5 de Remanejamento (R\$183,5 milhões), totalizando 380 emendas, sendo divididas por modalidades: 31 coletivas e 349 individuais.

Na distribuição por órgãos, verifica-se que foram direcionadas 94 emendas ao Ministério da Justiça e 285 emendas ao Ministério da Defesa, essas majoritariamente direcionadas ao Programa Calha Norte (135 emendas, sendo 132 individuais, 2 de Bancada Estadual e 1 de Comissão).

O caráter da Lei Orçamentária.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, consolidou-se no Brasil a opção por um modelo de orçamento público intrinsecamente relacionado ao sistema de planejamento governamental. Isso originou uma substancial ampliação do ciclo orçamentário, em face da vinculação do Orçamento ao Plano Plurianual e às Diretrizes Orçamentárias.

A Carta Magna de 1988 concedeu ao Poder Legislativo amplas prerrogativas de participação em todo o ciclo orçamentário — Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual —, restabeleceu o equilíbrio e promoveu uma sistemática de co-responsabilidade entre os Poderes Executivo e Legislativo na definição das prioridades nacionais e na decisão relativa à alocação dos recursos públicos.

Nesse [P10]sentido, pode-se afirmar que hoje o Congresso Nacional, ao apreciar os projetos de lei de natureza orçamentária, não está restrito apenas às funções legislativas de controle, mas está a exercer um papel relevante nas decisões políticas do mais alto interesse para o País.

Por este motivo, afigura-se despropositado que a lei orçamentária anual venha sendo considerada apenas autorizativa, deixando-se ao Poder Executivo a prerrogativa de executar as programações dela constantes, segundo o juízo de conveniência e oportunidade dos administradores públicos. Ao contrário, as leis orçamentárias anuais, sob todos os aspectos, constituem normas determinativas, criando obrigações inarredáveis em condições normais.

Por outro lado, é também inaceitável que o Poder Executivo continue definindo unilateralmente o contingenciamento de despesas autorizadas nas leis orçamentárias e quais programações serão ou não executadas. Relembre-se que o instrumento do contingenciamento está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal somente no caso de frustração de receitas, o que não tem sido obedecido pelo Poder Executivo, que vem sistematicamente o utilizando, mesmo em cenários de abundância de receitas.

Sob o aspecto técnico, o orçamento moderno difere em muito da tradicional lei de meios. Esta se preocupava essencialmente em autorizar a realização das receitas e a fixar limites máximos para as despesas públicas.

O orçamento moderno, denominado orçamento-programa, em perfeita sintonia com os dispositivos constitucionais, aprova a realização das despesas vinculadas à execução de programas, cada um dos quais articula um conjunto de ações — projetos, atividades e operações especiais —, com vistas ao alcance de objetivos e metas. Note-se que esses programas foram estabelecidos e priorizados no Plano Plurianual e detalhados nas Diretrizes Orçamentárias, cujas leis são superordenadoras com respeito à Lei Orçamentária Anual.

Observe-se, dessa forma, que os créditos são alocados nas dotações orçamentárias correspondentes aos programas e suas ações — projetos, atividades e operações especiais —, previamente definidos e priorizados em leis anteriores, com a finalidade de garantir as condições objetivas para a solução de problemas ou atender às necessidades da sociedade.

Assim, o orçamento público não é mais uma simples peça financeira, mas está, também, relacionado ao cumprimento de objetivos e metas previamente priorizados no planejamento governamental. Está, em síntese, diretamente vinculado ao processo de planejamento governamental. Reside nisso a diferença fundamental entre o orçamento tradicional e o orçamento-programa. Este último não se limita a definir limites para a realização das



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

despesas, mas vai muito além: destina recursos para a execução de ações e investimentos públicos adrede definidos e priorizados.

Por isso, não pode o orçamento público ser hoje considerado simplesmente como autorizativo, no sentido de caber ao gestor público a decisão sobre a realização ou não das ações beneficiadas com recursos. A despesa é aprovada em estrita correlação com a ação planejada, a qual visa a suprir uma necessidade pública previamente identificada e priorizada. Portanto, sob o enfoque técnico, não parece absurda a afirmação de que o administrador público está obrigado ao cumprimento do que consta no orçamento público, notadamente quanto à ação a executar, somente podendo liberar-se deste dever pela superveniência de fatores impeditivos imprevisíveis, a exemplo da frustração das receitas previstas.

Por oportuno, é necessário lembrar, também, da importância, como dispõe a Constituição Federal (art. 166, § 1º), da realização, por meio desta Comissão de Orçamento, da avaliação dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais e do exercício pleno do acompanhamento e da fiscalização orçamentária, a qual deve contemporizar, inclusive, o cumprimento e a avaliação dos objetivos e programas expressos nos planos e orçamentos públicos, também apreciados pelo Congresso Nacional. O equilíbrio do processo planejamento/orçamento necessita, para sua evolução, de novos *inputs* e da avaliação permanente da intervenção estatal.

A importância estratégica das Forças Armadas.

No Brasil, parece inegável que as Forças Armadas, para além do cumprimento de sua missão constitucional de garantir a segurança e promover a defesa da Nação, vêm contribuindo de forma decisiva para mitigar o nosso atraso tecnológico, por meio dos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico dos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Importa, por isso, sempre seja lembrada a importância da participação das Forças Armadas nas ações geoestratégicas do País, presentes em todos os campos e expressões do poder nacional, participando e cooperando na implementação de grande número de políticas do Governo.

Observe-se, portanto, que, no nosso País, as Forças Armadas não se voltam exclusivamente para as atividades-fim restritas ao campo militar, no desempenho do seu papel como "máquina de guerra" e de dissuasão. Ao contrário, as nossas Forças Armadas estão presentes em todos os campos do poder nacional, executando não apenas atividades profissionais militares, mas também dedicando parcela ponderável do seu esforço às atividades complementares e de apoio à sociedade civil.

Ademais[MSOffice11], sabe-se que tradicionalmente as pesquisas na área de defesa têm contribuído e impulsionado o avanço científico e tecnológico, uma vez que as descobertas e inovações na área de defesa são de emprego dual, ou seja, passíveis de serem adaptadas e utilizadas pela sociedade com outras finalidades.

Importante salientar que a atual lógica da seletividade internacional baseia-se na prepotência e nos argumentos de que o controle de tecnologias avançadas se faz necessário para evitar a proliferação de armas sofisticadas nas mãos de irresponsáveis.

Esse argumento, se em parte verdadeiro, esconde uma estratégia de dominação e controle, na medida em que permite somente a alguns países desenvolver e empregar certas tecnologias, tornando-os, por consequência, detentores de recursos de poder assimétrico, ao tempo em que negam a outros acessos a elas.

Por isso, renunciar ao acesso às tecnologias sensíveis é aceitar a condição de Nação de segunda classe, submetendo-se a um sistema de dominação internacional, apenas um pouco mais sutil do que o sistema colonial que prevaleceu no passado recente. Deixar de enfrentar esse sistema é contribuir para perenizar a atual e injusta distribuição da riqueza no mundo, atitude inaceitável para nós brasileiros.

São esses os motivos que levaram esta Relatoria a priorizar o atendimento das emendas direcionadas para as Forças Armadas, especialmente para os programas de modernização e reaparelhamento e para a construção de unidades militares na região do Programa Calha Norte.

São essas, entre outras, também as razões que nos levam a sugerir uma atenção especial do Congresso Nacional para a necessidade de dotar as Forças Armadas de um orçamento regular e progressivo, em sintonia com os aumentos verificados nas receitas correntes líquidas da União ou outro índice mais adequado.

O Programa Calha Norte.



CONGRESSO NACIONAL **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

A importância do Programa Calha Norte é inegável, vez que ele contribui para a afirmação da soberania nacional e da integridade territorial de ampla faixa de fronteira da Região Norte, caracterizada pelo esvaziamento demográfico e pela intensificação e espraiamento dos ilícitos transfronteiriços; e para a promoção do desenvolvimento regional.

O Programa abrange duas vertentes: a militar e a desenvolvimentista. A primeira visa materializar a estratégia de aumentar a presença das Forças Armadas na região amazônica, consistindo na implantação e ampliação de unidades militares, e a segunda visa apoiar os pólos irradiadores do desenvolvimento social sustentável e ambientalmente correto.

A vertente militar tem-se desenvolvido dentro de um adequado planejamento, cujos projetos têm sido, em grande parte, prejudicados pela escassez de recursos orçamentários e estão, de fato, a merecer maior apoio e atenção do Congresso Nacional.

A vertente desenvolvimentista, ao contrário, vem se desenvolvendo sem nenhum planejamento e sem uma base legal consistente, suportada, predominantemente, por créditos orçamentários acrescidos por emendas parlamentares. A área de abrangência do Programa foi sendo gradativamente ampliada, mediante mensagens presidenciais, notadamente para atender às demandas da vertente desenvolvimentista, abrangendo hoje praticamente toda a Região Norte.

Neste contexto, a execução de ações mediante a transferência voluntária de recursos para Estados e Municípios da Região, por meio de convênios, vem crescendo consideravelmente nos últimos exercícios — R\$239,4 milhões, em 2007, e R\$ 224,8 milhões autorizados na lei orçamentária vigente.

Na Proposta Orçamentária para 2009, o Poder Executivo não incluiu as ações da denominada vertente desenvolvimentista do Programa, para as quais sempre foram consideradas dotações “simbólicas” nos exercícios anteriores. Assim procedendo, o Poder Executivo deixou ao Congresso Nacional a iniciativa de incluí-las no projeto de lei. Esse procedimento parece indicar que, na visão do Poder Executivo, as ações da vertente desenvolvimentista não integram a estratégia de Governo, pelo menos no âmbito do Programa Calha Norte. De fato, para 2009, referidas ações estão sendo incluídas no projeto de lei por meio de emendas parlamentares, coletivas e individuais. Só as emendas individuais apresentadas ao PLOA 2009 alcançam R\$150,17 milhões.

Este[MSOffice12] fato é lamentável, vez que a vertente do programa voltada ao desenvolvimento socioeconômico continua sem uma base legal consistente, carente de planejamento, mantida exclusivamente por emendas parlamentares para diversas ações não orientadas para objetivos adequadamente planejados, a maioria de competência dos poderes locais, com a conseqüente pulverização dos recursos.

Ademais, ressalte-se que a destinação de recursos por meio do Orçamento Geral da União à região do Programa Calha Norte, visando a execução de diversas ações incluídas por emendas parlamentares, sem qualquer diretriz estratégica, dificulta sobremaneira o gerenciamento dos convênios, a fiscalização e o acompanhamento da execução das obras. Isto exige uma estrutura organizacional de custo elevado, que deverá contar com grande número de profissionais especializados em diferentes áreas, principalmente a de engenharia, praticamente impossível de ser adequadamente mantida pelo órgão repassador.

Por esses motivos, chamamos a atenção para a urgente necessidade de regulamentação legal, especialmente quanto à vertente desenvolvimentista do Programa Calha Norte, além da definição de diretrizes mais consistentes para orientar a aplicação de recursos do Governo Federal na região. Não obstante, entende-se que o desenvolvimento regional processar-se-ia de forma mais consistente e intensa com o aumento da presença de todos os órgãos e instituições do Governo Federal na região.

Atendimento das emendas individuais

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas e atendidas por meio da Reserva de Recurso a que se refere o art. 56 da Resolução nº 1, de 2006-CN, considerados os limites fixados no item 11 do parecer preliminar.

Quando da análise dos dados apresentados nas emendas, foram procedidos ajustes, de forma a torná-las compatíveis com a estrutura orçamentária constantes do Plano Plurianual — PPA 2008/2011 e do orçamento anual para 2009, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do orçamento e a execução orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os subtítulos apresentados como atípicos, por exemplo, foram enquadrados em programações apropriadas, assim como outros receberam denominação e classificação mais adequadas. Grande parte das alterações foi efetuada em atendimento a solicitações formais apresentadas pelos Parlamentares. Em todos os casos, procurou-se manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições, salvo nos casos que conflitavam com as normas vigentes.

Atendimento das emendas coletivas

Ao analisar as emendas coletivas (bancadas e Comissões Permanentes), foi considerado o mérito inerente a cada ação proposta, bem como as orientações contidas no parecer preliminar.

A exemplo do que ocorreu com as emendas individuais, houve a necessidade de se promover o enquadramento e os ajustes nos parâmetros apresentados. Algumas alterações foram feitas por solicitação dos colegiados autores das emendas e respectivas bancadas, de forma a evitar a inadmissibilidade das emendas, por força das disposições da Resolução nº 1, de 2006-CN, conforme sugestões do Comitê de Admissibilidade de Emendas, tanto que nenhuma emenda desta Relatoria tem parecer neste sentido.

Procurou-se, então, dentro das limitações de recursos, atender, razoavelmente, as emendas coletivas apresentadas. Evitou-se a rejeição de emendas, de forma a assegurar que as emendas admitidas possam vir a receber recursos adicionais nas etapas futuras do processo orçamentário.

No atendimento das emendas coletivas, esta Relatoria utilizou os recursos que lhe foram disponibilizados, de conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006-CN, no montante de R\$157.228.416,00. Sempre que possível, dentro do critério já exposto neste relatório, o atendimento das emendas coletivas foram incrementados com recursos provenientes dos cancelamentos seletivos efetuados por esta Relatoria.

Na distribuição dos recursos pelas diferentes emendas e ações, esta Relatoria fundamentou as suas decisões sobre o mérito de cada pleito, nas informações e nos dados que lhe foram fornecidos pelas Assessorias Técnicas e, principalmente, pelas bancadas estaduais, autoridades e unidades interessadas. Procurou-se, em síntese, ouvir e atender, na medida do possível, as prioridades e necessidades das instituições e das bancadas.

Pelas razões expostas nas considerações preliminares, estabeleceu-se o critério de atender, sempre que possível, as ações voltadas à modernização, ao reaparelhamento, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas, assim como aquelas do Ministério da Defesa, em especial as emendas do Programa Calha Norte, embora conscientes de que os recursos disponíveis a esta Relatoria eram insuficientes para satisfazer às legítimas demandas dessas instituições.

No que se refere ao atendimento das emendas coletivas foram, ainda, utilizados os seguintes critérios:

- compatibilização do valor de atendimento com a dotação constante do Orçamento vigente (LOA 2008) e com a execução orçamentária da programação objeto da emenda, registrada no corrente exercício e no exercício de 2007;

- no caso das emendas de remanejamento, foram ainda verificadas a execução orçamentária, sempre que possível no Orçamento vigente e no de 2007, tanto das programações beneficiárias da emenda como daquelas objeto do cancelamento.

Esses critérios complementares foram adotados para assegurar que as programações canceladas não fossem demasiadamente prejudicadas, assim como evitar a alocação de créditos orçamentários em programações com baixa execução orçamentária no exercício corrente no exercício de 2007.

Pelos[P13] motivos expostos anteriormente neste relatório, esta Relatoria decidiu priorizar o atendimento das emendas de Comissão, especialmente aquelas destinadas a crescer dotações para as unidades do Ministério da Defesa, com especial atenção para os investimentos voltados à modernização, ao reaparelhamento e aos projetos de pesquisa.

Essa decisão fundamentou-se, em parte, no fato de que, na atual sistemática de distribuição de reserva de recursos, as emendas de bancada podem ter o atendimento ampliado por meio da parcela especificamente destinada às bancadas estaduais — 25% —, conforme estabelecido no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Referidas emendas de bancada podem, ainda, ter os seus valores de atendimento acrescidos pelo Relator-Geral, com uso dos recursos que lhe forem disponibilizados, quer na distribuição da reserva de recursos, como também



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nos recursos provenientes de diversos cancelamentos facultados ao Relator-Geral pela Resolução nº 1, de 2006-CN, e no relatório preliminar.

Foram estes, em síntese, os critérios adotados por esta Relatoria para o atendimento das emendas coletivas apresentadas. Ressalte-se que o atendimento às demandas recebidas foi limitado pela escassa disponibilidade de recursos destinada a esta Relatoria Setorial. Ainda assim, as destinações foram debatidas com as bancadas estaduais no Congresso Nacional e com as instituições públicas interessadas, buscando-se, com essa providência, atender, de forma equânime, as respectivas demandas. *(Pausa.)*

Errata.

Propõe-se que sejam procedidas as alterações indicadas nos Quadros 1, 2, e 3, em anexo, necessárias para atendimento de solicitações de alterações de emendas feitas pelos próprios autores, ajustes de cancelamentos efetuados por esta Relatoria e correções de erros materiais verificados no processamento de emendas, distribuído para todos os membros da Comissão.

Voto.

Diante das considerações apresentadas, esta Relatoria posiciona-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 38, de 2008-CN, na parte referente aos órgãos afetos à Área Temática VII — Justiça e Defesa, com as modificações oriundas das emendas aprovadas por esta Relatoria, conforme discriminado nos anexos.

Relativamente às obras com indícios de irregularidades graves, todas pertencentes ao orçamento de investimento da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO, opina-se favoravelmente à manutenção delas no Projeto de Lei nº 38, de 2008-CN, ficando a execução física, orçamentária e financeira das respectivas dotações condicionadas à adoção de medidas saneadoras daquela instituição, nos termos do disposto no art. 96, *caput*, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009).

Esse é o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Cumprimento V.Exa.

Está iniciada a discussão. *(Pausa.)*

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Não houve apresentação de destaques.

Emendas individuais: “Nos termos do parágrafo único, do art. 25, da Resolução nº 1, de 2006, solicito autorização do Plenário para dispensar as manifestações do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais”.

Foi acordo que não nos manifestaríamos sobre elas, tendo em vista que já houve manifestação quanto a todas as emendas coletivas.

A autorização está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O relatório setorial da Área Temática VII, Justiça e Defesa, com as alterações decorrentes da Errata nº 1, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, alterado pela Resolução nº 3, de 2008, anuncio a votação das obras com indício de irregularidades graves, ressalvados os destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

(Pausa.)

Relatório[p14] setorial da área temática.

Existe um destaque apresentado da Comissão de Relações Exteriores.

Nós vamos ver se não há prejuízo algum na análise do mesmo pelo Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Só um minuto, Deputado Guimarães, por favor.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, pela ordem.

S.Exa. vai ter que emitir um relatório. Se apresentou destaque, tem que fazer o relatório. A minha sugestão é que V.Exa. convoque o outro Relator para ir lendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Já estou convocando.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - ... enquanto ele prepara o relatório. Assim que ele terminar de ler, voltamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Mas só há um destaque.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sim, mas S.Exa. emite o relatório, e nós votamos. É melhor porque ganhamos mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Ele quer emitir o parecer oralmente. É o que S.Exa. está pedindo ao Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Presidente, mais um pedido de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Havia em curso uma proposta de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Sim, concordo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Estava em curso uma proposta de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Houve somente em alguns relatórios; outros, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Noutros não há entendimento?

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Parlamentar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Mas sobre este o PSDB concorda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Neste, sim.

Mas é que houve um destaque só, e o Relator quer dar o parecer. A Presidência não entende por que não possa dar. Por favor, peço ao Relator que emita o parecer.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, eu quero fazer uma consulta a V.Exa. e ao Plenário. Só existe um destaque. Eu fiz uma reserva de recursos de R\$3 milhões. A minha sugestão a V.Exa. e ao Plenário é que eu recuse esse destaque, e essa reserva de R\$3 milhões fique para facilitar a composição que o Relator-Geral deverá fazer inclusive com esta Relatoria Setorial posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. Esse é o acordo que nós queríamos propor, que todas as áreas procedessem assim.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Dou parecer contrário ao presente destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito.

Vou colocar em votação o parecer do Relator.

Trata-se do destaque da Câmara, da Comissão de Relações Exteriores, nº 1 à Emenda 50200001, do Deputado Marcondes Gadelha, Presidente da Comissão.

Em votação o parecer do Relator contrário ao destaque.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado da República.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do Relator e rejeitado o destaque.

Não vai ao Senado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Peço ao Relator, Senador Neuto de Conto, que venha até à Mesa.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Encerrado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Encerrado. Meus cumprimentos pelo trabalho. V.Exa., como sempre, brilhante.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Relatório setorial da Área Temática IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Relator Setorial, Senador Neuto de Conto. O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

Informo que está aberto o prazo para apresentação de [p15] destaques, que será encerrado ao término da discussão do relatório.

Com a palavra o Senador Neuto de Conto, para leitura do seu relatório parcial.

O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, a Área Temática Agricultura e Desenvolvimento Agrário, cujo relatório já foi distribuído para todos os membros da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Só um minuto, Senador.

É natural um pouco de agitação no plenário, a Presidência deve ter paciência. Sei disso. Mas não estou ouvindo o Senador.

Peço a V.Exas., por favor, que permitam que o Relator leia a sua peça brilhante.

Por favor, Senador.

O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho.

Análise das emendas.

Considerações gerais.

A Relatoria da Área Temática IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário recebeu 714 emendas para analisar, sendo 683 individuais e 31 coletivas. Das coletivas, 20 são de bancada estadual e 11 de Comissão. Das 11 emendas de Comissão, 5 são de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados, sendo uma de remanejamento e 6 da Comissão Permanente do Senado Federal, sendo 3 de remanejamento.

O valor total solicitado pelas emendas de apropriação alcançou R\$3,4 bilhões. As emendas de bancada estadual somaram R\$1,4 bilhão, as de Comissão totalizaram R\$1,6 bilhão e as individuais atingiram R\$0,5 bilhão. Por sua vez, as emendas de remanejamento alcançaram R\$0,5 bilhão.

Não foram apresentadas emendas à programação de investimento das estatais desta área temática.

Análise de admissibilidade.

A Resolução nº 01, de 2006-CN prevê o exame e a apreciação preliminar da admissibilidade das emendas antes do início da discussão do correspondente relatório.

Verificamos, nesse sentido, que, após os ajustes mencionados no item anterior, todas as emendas apresentadas a esta área temática ficaram em conformidade com o disposto na referida resolução e com o Relatório de Atividades do Comitê já aprovado pela CMO.

Parecer às emendas.

Verificamos, inicialmente, que, nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, as emendas apresentadas a esta Relatoria atendem às normas constitucionais e legais em vigor e são compatíveis e adequadas com a Lei nº 11.768/2008 (LDO 2009), com o PPA 2008-11 (Lei nº 11.653, de 2008-CN), com a Lei nº 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), e com demais legislações orçamentárias em vigor.

Parecer em relação às emendas individuais.

Considerando o que foi exposto e após minucioso exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Subseção V, da Seção VI, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e na parte 2 do parecer preliminar, somos pela aprovação de todas as 683 emendas individuais apreciadas.

Parecer em relação às emendas coletivas.

Decidimos [p16], após criterioso exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Seção VI, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, bem como na parte 2 do parecer preliminar, acolher parcialmente todas as emendas de apropriação apresentadas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Rejeitamos, no mérito, as 4 emendas de remanejamento abaixo listadas, pois consideramos que os recursos de cancelamento oferecidos poderiam prejudicar a programação que pretendíamos atingir ao final de nosso parecer.

As emendas que constam do relatório.

Obras com indícios de irregularidades graves.

Decidimos especial atenção à análise das informações levantadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no que se refere a obras com pendências naquela Corte. Observamos que, até esta data, nenhuma obra constante da programação desta área temática foi incluída na relação do TCU, não havendo, assim, restrições para alocação de dotações na proposta orçamentária para 2009.

Créditos extraordinários.

Nos termos da parte B, do parecer preliminar, verificamos que, até o momento, não houve ato de autorização de crédito extraordinário promulgados nos últimos 4 meses do exercício de 2008.

Considerações finais.

Diante dos parâmetros citados, procuramos trabalhar a proposta de orçamento para 2009 desta área temática, enfatizando, dentro das limitações desta Relatoria, os programas que agregam mais recursos para pequenos investimentos de base na agricultura, que possam estimular a produção agropecuária e organizar ou facilitar o abastecimento alimentar, nos termos de nossa Constituição Federal (inciso VIII do art. 23). Esses programas são executados por meio de inúmeros projetos que, pontualmente, se revelam como solução para problemas locais ou para a superação de pontos de estrangulamento identificados nas justificações das emendas apresentadas a esta proposta orçamentária. São pequenas somas de recursos, a maioria destinadas a municípios com população até 50 mil habitantes, onde a arrecadação própria representa, em média, apenas 15% da receita total.

No MDA, destacam-se as alocações feitas aos programas Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (mais R\$85,4 milhões), Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (mais R\$14,2 milhões) e Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas (mais R\$22,5 milhões).

Voto do Relator.

Pelo exposto no presente parecer, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o ano 2009 (PLN nº 38, de 2008-CN), no que concerne aos órgãos e às entidades albergados pela Área Temática IX (Agricultura e Desenvolvimento Agrário), nos termos apresentados pelo Poder Executivo, na forma da Mensagem nº 113, de 2008-CN (nº 635, de 2008, na origem), com as alterações decorrentes das emendas que propomos aprovação ou aprovação parcial.

Era esse o nosso relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está iniciada a discussão.

Tem a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O [p17]SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, cumprimento o nobre Relator. Tenho certeza de que vamos fazer aquela correção, principalmente em relação a Roraima. Peço ao nobre Relator que examine o destaque de Roraima, que é o único, para que possamos fazer uma pequena correção. No mais, quero cumprimentá-lo pela agilidade dos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Emendas individuais.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, solicito autorização ao Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve a manifestação quanto às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Senador, V.Exa...

O SR. SENADOR GILBERTO GOELLNER - Sr. Presidente, passou-me um pouco rápido, apresentei 3 destaques.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Em seguida, no encaminhamento da votação, V.Exa. falará.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O relatório setorial da Área Temática IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há bastante destaques, vamos deixar para apreciá-los depois. Perfeito, Senador? Perfeito, Deputado Gilmar?

O SR. SENADOR MARCONI PERILLO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não, Senador Marconi Perillo.

O SR. SENADOR MARCONI PERILLO - Sr. Presidente, quero apenas, em nome da bancada de Goiás, destacar a emenda. Faço esta solicitação verbal, mas já estou tomando a providência formal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito.

Cumprimento o Senador Neuto de Conto e o parabenizo pelo trabalho extraordinário. Agora V.Exa. terá de relatar a medida provisória do Estado de Santa Catarina, do Presidente da República.

A Comissão sente-se extremamente orgulhosa e tenho certeza de que a assessoria que V.Exa. vem prestar ao nosso Relator Delcídio será definitiva para o sucesso da nossa missão.

Muito obrigado pela sua colaboração.

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello, Relator Setorial da Área Temática X — Trabalho, Previdência e Assistência Social para que possa apresentar seu parecer.

Informo que está aberto o prazo para apresentação de destaques que será encerrado ao término da discussão do relatório.

O SR. SENADOR GIM ARGELLO - Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados e Sras. e Srs. Senadores, primeiramente, peço ao Presidente que me libere para fazer resumo do parecer, que é muito extenso e já foi distribuído.

Então, começamos agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Peço ao som, por favor, que aumente o volume do microfone do nosso Relator.

O SR. SENADOR GIM ARGELLO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 15, da Resolução nº 1, de 2006-CN, o ilustre Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) confiou-me a tarefa de analisar e avaliar a programação orçamentária afeta a Área Temática X — Trabalho, Previdência e Assistência Social constante do Projeto de Lei nº 38, de 2008, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009".

A Área Temática X compõe-se das matérias relativas aos seguintes órgãos: Ministério do Trabalho e Emprego, que formula e executa políticas de geração de emprego e renda, tais como qualificação profissional, abono salarial e seguro-desemprego; Ministério da Previdência Social, que desenvolve a política previdenciária incumbido-lhe o pagamento de aposentadorias, pensões e demais benefícios previdenciários; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável por gastos com transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, benefícios [p18]da Lei Orgânica da Assistência Social e demais políticas assistenciais, abrangendo o atendimento à criança, ao adolescente, ao portador de deficiência e ao idoso, entre outros.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Salientamos, desde logo, que não foram identificadas obras com indícios de irregularidades na programação desta área temática, nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual deixamos de fazer menção a essa questão ao longo do relatório.

Ministério da Previdência Social.

Fazem parte do Ministério da Previdência Social (MPS) as seguintes Unidades Orçamentárias (UO): Ministério da Previdência Social — Administração Direta, Instituto Nacional do Seguro Social — INSS e Fundo do Regime Geral de Previdência Social — FRGPS. Além dessas unidades orçamentárias, temos no orçamento de investimentos das empresas estatais a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social — DATAPREV, com previsão de aplicação de investimentos para 2009 de R\$60 milhões, provenientes de seus recursos próprios.

As despesas totais do Ministério da Previdência Social constantes no PLOA 2009 alcançam a soma de R\$240,1 bilhões, o que representa aumento de 14,9% em relação ao PLOA 2008.

As despesas de administração direta do Ministério da Previdência Social estão orçadas em R\$317,15 milhões. Isso representa dispêndios de 3,04% menores do que o indicado no projeto para 2008.

No âmbito do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, os valores das despesas com benefícios previdenciários estão fixados em R\$228,6 bilhões, representando acréscimo de 15,07% em relação ao PLOA 2008.

A proposta orçamentária para 2009 embute necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social da ordem de R\$40,5 bilhões. Este déficit é R\$1,2 bilhão menor que o previsto no projeto de lei orçamentária para 2008.

Em relação às despesas do Instituto Nacional do Seguro Social, chama atenção a enorme diferença entre as dotações fixadas para algumas ações em comparação com o projeto de lei orçamentária para 2008.

A despesa prevista com investimentos no INSS, em 2009, é de R\$133,4 milhões, o que representa elevação de 61,7% em comparação com o valor constante da proposta orçamentária original para o ano de 2008.

Salário mínimo.

A proposta orçamentária embute um salário mínimo de R\$464,72, correspondendo ao reajuste real de 11,98%, sendo 6,22% equivalente à variação do INPC e 5,42% ao crescimento real do PIB, relativo ao ano de 2007.

O órgão orçamentário Ministério do Trabalho e Emprego — MTE abrange as seguintes unidades orçamentárias: Ministério do Trabalho e Emprego — Administração Direta, Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho — FUNDACENTRO e Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT.

Os gastos previstos para o órgão alcança a importância de R\$42,9 bilhões, apresentando elevação nominal de 6,48 em relação ao autorizado para 2008.

A variação global das dotações da unidade orçamentária, Ministério do Trabalho e Emprego, Administração Direta em relação ao autorizado para 2008 é praticamente nula, embora comparativamente à execução de 2007 o acréscimo tenha sido da ordem de 16,7%. Cabe ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens — PROJOVEM o maior incremento total em relação ao autorizado para 2008 (cerca de R\$65 milhões).

Com relação à FUNDACENTRO, a proposta para 2009 prevê uma redução de aproximadamente 1,5% nas dotações da Fundação, em relação ao autorizado para 2008, é um acréscimo de 10,94%, em relação ao executado em 2007.

No âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT as ações referentes aos benefícios do seguro-desemprego, abono salarial aumentaram significativamente nos últimos anos, sendo um dos maiores responsáveis pelo aumento ocorrido na programação do órgão.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome divide-se em duas unidades orçamentárias: o MDS-Administração Direta e o Fundo Nacional de Assistência Social.

Os gastos previstos para o órgão alcançam a importância de R\$33 bilhões, apresentando elevação nominal de 15,7 em relação ao autorizado para 2008.

As ações de transferência de renda vinculadas ao Bolsa-Família e ao Benefício de Prestação Continuada — BPC aumentaram significativamente nos últimos anos, sendo um dos maiores responsáveis pelo aumento ocorrido na programação do órgão. Tais [P19] benefícios representam 84% dos gastos totais do MDS para 2009.

Na unidade orçamentária MDS-Administração Direta, a maior variação monetária em relação ao PL 2008 ocorreu no Programa Bolsa-Família, em torno de R\$1,1 bilhão, representando uma variação de 10,3. As demais despesas aumentaram R\$198,9 milhões, representando variação de 13,3%.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social, o dispêndio estimado em 2009 para o benefício de prestação continuada é de R\$16,7 bilhões frente aos R\$13,5 bilhões autorizados para 2008, no que concerne às despesas discricionárias em comparação à proposta orçamentária de 2008.

A previsão de aumento de tais despesas é da ordem de R\$42 milhões — 3%. Tal variação é inferior a verificada, liquidada em 2007 e autorizada em 2008, que é o total de R\$189,4 milhões — 15% de variação.

Na proposta orçamentária para 2009, a DATAPREV foi contemplada com R\$60 milhões, dos quais R\$39 milhões no Programa 0087, Gestão de Política Previdenciária Social, e de R\$21 milhões, no Programa 0807, Investimento das Empresas Estatais e Infra-Estrutura de Apoio.

Após todas as transferências de alterações, esta Relatoria analisou e propôs parecer sobre 587 emendas, incluindo 2 retiradas pelos autores. O valor solicitado global das emendas atinge R\$2.966,7 milhões, envolvendo emendas individuais e coletivas de apropriação. Para o atendimento desses pleitos, esta Relatoria contou com recursos de R\$331,9 milhões. Especificamente para as emendas coletivas, o valor solicitado alcançou R\$2.743,3 milhões, ao passo que os recursos disponibilizados a partir da reserva de recursos, prevista nos arts. 56 e 57 da Resolução nº 1, de 2006, limitaram-se a R\$108,9 milhões, aproximadamente 4,0% do total solicitado. Esse dado revela nossa limitação para o atendimento das justas reivindicações incorporadas às emendas coletivas.

Como é costumeiro nessa área temática, a maior parte das emendas com parecer pela aprovação ou aprovação parcial concentrou-se no órgão orçamentário Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que recebeu um total de 420 pleitos, grande parte deles, 357, destinada ao Fundo Nacional de Assistência Social. O órgão Ministério do Trabalho e Emprego foi contemplado com 94 emendas, ao passo que o Ministério da Previdência Social recebeu 71 emendas.

Atendimento das emendas.

As 567 emendas individuais na área temática tiveram seus valores integralmente aprovados com recursos decorrentes da reserva de contingência e da estimativa de receita, totalizando R\$223,0 milhões.

Os recursos para atendimento das emendas coletivas de apropriação provieram da reserva de recursos, prevista no art. 56 da Resolução nº 1, de 2006, totalizando R\$108,9 milhões.

No atendimento das emendas coletivas de apropriação optamos por dividir os recursos disponíveis de modo a garantir às bancadas estaduais aproximadamente 80,8% do montante manejado pela Relatoria, privilegiando-se a atuação parlamentar na busca por recursos federais para suas unidades federativas. O restante, cerca de 19,2%, coube às emendas de Comissão. Vale ressaltar que o número de emendas de bancada (10) supera o número de emendas de Comissão (8).

Para o acolhimento das emendas de bancada, optamos por alocar os recursos em função das ações contempladas nas emendas. As emendas que consignam recursos para instalação de unidades de funcionamento do INSS foram atendidas de forma igualitária.

Nas ações voltadas para a Assistência Social, dedicamos particular atenção à emenda da Bancada do Paraná para o transporte especial de pessoas com deficiência, ante seu inegável mérito.

Por fim, nas ações de qualificação profissional, distribuimos entre as 4 bancadas que consignaram emendas a essa finalidade, sendo 1 para o PROJOVEM, os limitados recursos existentes, levando-se em consideração indicadores sociais que mostram a necessidade de reforçar o aporte de recursos a Unidades da Federação como o Piauí e a Bahia.

Não houve caso de rejeição ou admissão de emendas. Em alguns casos houve necessidade de realização de adequações da ordem técnica por parte desta Relatoria para viabilizar o correto atendimento de posterior [P20]execução das propostas dos Parlamentares.

Tendo em vista a escassez de recursos com os quais esta Relatoria trabalhou e não obstante todos os esforços por nós direcionados para garantir um atendimento satisfatório das emendas apresentadas na área temática, é forçoso reconhecer que as necessidades de aporte de recursos na área social são enormes. Algumas das demandas certamente deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção no desenvolvimento social do País.

Nesse sentido, solicitamos especial atenção à Relatoria Geral para carrear novos recursos às emendas coletivas apresentadas a esta área temática na fase subsequente ao processo orçamentário.

Voto.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 38, de 2008, relativamente aos órgãos da Área Temática X — Trabalho, Previdência e Assistência Social, nos termos apresentados pelo Poder Executivo com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas.

É o voto, Sr. Presidente.

Agradeço aos técnicos do Senado e da Câmara Federal que tanto nos ajudaram na elaboração deste parecer e conseqüentemente deste voto.

Também agradeço aos Ministros da área, em especial Patrus Ananias, José Pimentel e Carlos Lupi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Relator Setorial da Área Temática X — Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Está iniciada a discussão.

Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, queremos ressaltar o trabalho desenvolvido pelo Senador Gim Argello, sabendo das dificuldades que vive a área social, e fazer certa crítica à área econômica, até porque, nobre Presidente, V.Exa. sabe que há recursos suficientes principalmente na área do Ministério do Trabalho, por meio do FAT.

O Conselho tem a competência de fazer um planejamento da execução dos recursos que não são do Tesouro, mas provenientes das empresas. O Governo poderia muito bem usar esses recursos para fazer com que essa área, tão necessária de qualificação, tivesse um avanço.

Infelizmente, a execução que o Conselho do FAT aprovou e enviou para o Ministério do Planejamento, não foi respeitada nem debatida.

O PSDB tem-se posicionado contrariamente a essa aprovação. Vamos votar a favor do trabalho da equipe do Senador Gim Argello, até porque acompanhamos a preocupação de S.Exa. em atender também o Ministro Patrus Ananias.

Hoje estamos presenciando as questões das enchentes no Espírito Santo, que precisa de reforço. É claro que o Presidente Lula editou uma medida provisória, mas só ela não vai garantir, em 2009 e 2010, as ações que precisam ser reconstruídas na área social, fazendo com que possamos ter a recuperação desse orçamento.

Então, fica esse registro para que a área econômica, quando da utilização dos recursos do FAT, faça com que haja realmente mais presteza, por meio dos recursos que, de qualquer forma, são do trabalhador, das empresas, enfim, do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Continua em discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Para discutir, Presidente. Só um registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Aqui, Presidente, é proibido proibir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Mas quem está proibindo alguma coisa?

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Ah, se eu pudesse proibir.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - É para ressaltar, no parecer do Senador Gim Argello, o fato de que isso não existia no Orçamento de 2008, que nós votamos em 2007.

São absolutamente relevantes, nobre Senador Delcídio, Relator-Geral, os recursos disponíveis para o PROJOVEM — PROJOVEM Campo, PROJOVEM Rural, PROJOVEM Urbano. É um programa que o Governo lançou no ano passado e vai receber um volume imenso de recursos para a qualificação do jovem ao mercado de trabalho. Essa questão tem uma importância muito grande no parecer de V.Exa. O meu Ceará, por exemplo, vai ter R\$24 milhões só para esse programa, e também Pernambuco e Bahia.

Esse tópico tem uma importância muito forte. Por isso, exatamente, o meu elogio o parecer de V.Exa. Para mim, é fundamental para o Brasil de hoje as campanhas socioeducativas para inclusão do jovem no mercado de trabalho.

[P21]**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrados a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Emendas individuais e de Relator-Geral.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas em relação às emendas individuais de Relator-Geral, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O Relatório Setorial da Área nº 10, Trabalho e Previdência Social, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressaltados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Na área do Senador Neuto de Conto, 17 destaques.

Eu quero agradecer ao Senador Gim Argello. Nós votaremos os destaques todos *a posteriori*. V.Exa. gostaria de se manifestar? Em seguida, quero chamar à tribuna o nosso querido Relator.

O SR. SENADOR GIM ARGELLO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não.

O SR. SENADOR GIM ARGELLO - Primeiramente quero agradeço-lhe por ter sido Relator Setorial do Senador Delcídio Amaral e de V.Exa.

Também gostaria de falar sobre a observação feita pelo nobre Deputado José Guimarães. Hoje, o ProJovem saiu de 453 milhões, 514. Nós conseguimos ir para 472 milhões, 839.

Eu tive de estudar todos esses programas apresentados, nobre Deputado. Sou obrigado a concordar com V.Exa., tendo em vista que o ProJovem é um programa que possibilita aos jovens de 16 a 24 anos, que não conseguiram concluir o primeiro grau, voltar para a escola e ainda ter uma bolsa de 100 reais por mês, motivando essa volta à escola.

O resultado desse programa, no ano passado, foi muito satisfatório. Por isso, nós conseguimos colocar 19 milhões, 615 nesse investimento.

Sr. Presidente, damos atenção a todos os itens apresentados. Como foi o único item colocado, registro a presteza da nossa equipe em se preocupar com um programa tão importante para esses jovens que estão voltando agora, saindo de uma condição horrível, passando a ter uma condição muito melhor. Vão estudar, têm direito a material escolar completo. E, mais do que isso, têm direito à bolsa de 100 reais por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço V.Exa.

Convido para a Mesa o Deputado Guilherme Campos, Relator Setorial da Área Temática nº 8, Poder de Estado e Representação.

O Relator está com a palavra para apresentar o relatório.

Informo que está aberto o prazo para apresentação de destaques. Ele será encerrado ao término da discussão do relatório.

Com a palavra o Deputado Guilherme Campos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente, coube a mim a relatoria da Área Temática nº 8...



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado, eu gostaria de comunicar aos presentes que teve início a Ordem do Dia.

Eu vou permitir, com a aquiescência do Plenário, que o nosso Deputado faça a leitura do seu relatório.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Por favor, não faça isso, porque depois nós poderemos ter problemas. Se abrimos um precedente desses, vamos atrasar mais do que se o relatório de S.Exa. não for lido agora. Solicito que voltemos mais tarde, assim que terminar a sessão. Vamos continuar aqui hoje e concluir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Em princípio, nós voltaremos, se ainda houver tempo. Do contrário, convocaremos reunião para amanhã, a partir das 9h da manhã.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Vamos tentar concluir hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Mas por que trabalhar à noite e não trabalhar pela manhã? Não consigo entender. Vamos ver a que horas terminará a sessão do plenário. Em princípio, nós temos reunião marcada para amanhã, às 9h.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, acompanhando o Líder Gilmar, nós acreditamos que pode haver obstrução na votação da medida provisória, e a sessão das 19h será encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vamos tentar. É o que eu estou dizendo: depende da hora de voltarmos. Só temos esse relatório para ler. Mas temos sessão convocada para [P22]amanhã.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Certo. Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O [p23]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro iniciada a 15ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 33 e 34, de 2008. Informo que os avulsos das matérias encontram-se sobre a mesa de trabalhos.

Srs. Parlamentares, paramos os nossos trabalhos quando o Deputado Guilherme Campos iria iniciar a leitura do seu relatório. Esta Presidência já havia aberto o prazo para destaques, e estava passando a palavra ao Relator, para ler o seu relatório.

Com a palavra o Deputado Guilherme Campos, cumprimentando-o pelo trabalho.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente, só demorou um pouco porque fomos até o gabinete buscar o relatório.

Primeiro, quero agradecer a toda a bancada a confiança e a possibilidade de estarmos relatando essa que é a Área Temática VIII, Poderes do Estado e Representação.

Nesta Comissão Mista nos coube esta honrosa tarefa, na LOA de 2009, a respeito da Área Temática VIII.

Vamos à análise da proposta. E, se me permite, Sr. Presidente, por meio da leitura de uma nota em resumo de todo o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Proposta Orçamentária.

O montante programado para a Área Temática VIII totaliza R\$51,0 bilhões, sendo R\$43,2 bilhões do orçamento fiscal, R\$7,7 bilhões do orçamento da Seguridade Social e R\$155,9 milhões do orçamento de investimentos das estatais.

Considerando os orçamentos fiscal e da seguridade, R\$7,6 bilhões são destinados ao Poder Legislativo, R\$30,7 Poder Judiciário, R\$12,4 ao Poder Executivo.

As dotações foram aumentadas em 14% em relação ao total autorizado em 2008, sendo que o Poder Executivo obteve o maior incremento, 18.52%, e o Poder Legislativo teve uma variação positiva de apenas 1.44%.

Aí cabe uma ressalva: na Câmara dos Deputados houve uma diminuição em relação ao valor autorizado em 2008.

As despesas concentram-se nos itens pessoal, cuja participação percentual atinge 75,19% do total, e despesas correntes, que atingem 19,30% do total.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O crescimento das dotações da Área VIII, no período de 2007 a 2009, foi distribuído basicamente nas dotações de pessoal e encargos, 30.78%, outras despesas correntes, 26.48%, e investimentos, 56.32%.

Créditos extraordinários e especiais aprovados e em apreciação do Congresso.

A relação dos créditos e respectivos impactos financeiros consta do Anexo IV desse relatório. No período, só existem créditos especiais.

A Presidência da República, especialmente as companhias docas, constam como beneficiárias de aproximadamente 82% do total. A maior parcela relaciona-se com o aumento de capital nas companhias docas, no grupo investimentos, para obras de dragagem, ampliação e melhoria dos portos marítimos.

Emendas apresentadas.

Foram apresentadas 292 emendas, sendo 46 coletivas e 246 individuais.

As emendas pretendem alocar R\$3,308 milhões, dos quais R\$3.245 das emendas coletivas e R\$62.9 milhões das individuais.

A Presidência da República foi o órgão contemplado com o maior número de emendas e volume de recursos. O Ministério da Pesca e Aquicultura foi o segundo órgão mais contemplado. No Congresso apenas a Câmara dos Deputados foi beneficiada.

Atendimento das emendas.

A Relatoria-Geral nos repassou o montante de R\$322,99 milhões, dos quais R\$62,96 milhões para atender às emendas individuais e R\$260,03 milhões para as emendas coletivas.

Foram realizados pequenos ajustes nas emendas apresentadas para torná-las compatíveis com as normas. Foi necessário criar algumas ações, contudo, as ações criadas todas do tipo projeto, guardam respeito às normas orçamentárias vigentes.

[p24]

A Relatoria, Sr. Presidente, não efetuou o cancelamento nas dotações do PLOA/2009 e utilizou apenas os recursos recebidos pela Relatoria-Geral.

As emendas individuais estão todas aprovadas, no total de 245 emendas, sendo que a Emenda nº 24010013 foi retirada pelo autor. O atendimento total soma 62 milhões e 715 mil reais.

Emendas coletivas: as de remanejamento.

a) estamos propondo o acolhimento integral da Emenda nº 71220001, porque a suplementação e o cancelamento incidem sobre o mesmo objeto;

b) estamos propondo a aprovação parcial da Emenda nº 60010006, porque o atendimento integral poderia prejudicar, quando da execução, o programa de trabalho elaborado para os demais beneficiários dos recursos;

c) no caso, a Emenda nº 50120006, estamos acolhendo-a em valor definido com o órgão beneficiário dos recursos.

As emendas de apropriação:

a) orientou-nos o mérito das ações propostas — as ações que pareceram de maior mérito foram contempladas um pouco acima da média.

b) na grande maioria dos casos, fizemos uma divisão equânime de 4 milhões por emenda;

c) utilizamos a totalidade dos recursos transferidos pela Relatoria-Geral, no valor de R\$260.031.610,00.

Fizemos uma emenda de Relator para adequação técnica, em que fomos compelidos a apresentar 2 emendas de adequação: uma na Secretaria Especial de Portos, a Emenda de nº 80080001, outra no Ministério da Pesca e Aquicultura, a Emenda nº 80080002, que não constam discriminadamente do PPA 2008/2011, quando deveriam.

Obras com indício de irregularidade.

Não identificamos nenhuma obra de competência dessa Área Temática na listagem encaminhada pelo TCU, quanto à possibilidade de indícios de irregularidades.

Indicações à Relatoria-Geral.

Estamos indicando ao Relator-Geral as alocações de valores adicionais em todas as emendas coletivas de apropriação, especialmente naquelas cujo atendimento ficou muito aquém da demanda.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cabe ressaltar, Sr. Presidente, quanto ao Ministério da Pesca e Aquicultura, que por sua relevância, especialmente neste momento em que Santa Catarina passa por tudo isso, teria grande impacto junto ao setor produtivo daquele Estado.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 38, de 2008, do Congresso Nacional, na parte abrangida pela Área Temática VIII — Poderes do Estado e Representação, com as alterações propostas neste parecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu é que agradeço a V.Exa..

Está iniciada a discussão.

Deputado Raimundo Gomes de Matos, V.Exa. está inscrito.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, em que pese o relatório do nobre Deputado, em conformidade com o que também foi já pactuado, nós vamos apresentar alguns destaques, até porque não está bem claro como foi a normatização dos procedimentos para atender à bancada.

Por exemplo, no Estado do Ceará a estrutura do Porto do Pecém, de fundamental importância, uma obra que já vem, no Orçamento da União, sendo executada, já existe até uma plataforma de gaseificação da PETROBRAS...

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Deputado Raimundo Gomes de Matos, permite-me um aparte?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Pois não.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Especificamente quanto à seção de portos, há um problema técnico por não estarem constando do PPA várias ações propostas. Inclusive recebemos a visita dos técnicos da Secretaria e nós explicamos que todas aquelas ações que estavam colocadas de maneira tecnicamente irregular foram suprimidas e o recurso foi novamente encaminhado para essa Secretaria, a fim de que ela dê o destino correto a esses investimentos.

Especificamente no setor de portos, portanto, não houve prejuízo algum em matéria de recursos. Precisa, sim, junto à Secretaria, que haja uma interseção, um trabalho de V.Exa. e da bancada para que o investimento aconteça da maneira como estava especificada [p25]anteriormente.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sim, mas esse recurso será em qual área?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Dentro da Secretaria de Portos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Mas o Ministro Pedro Brito está sabendo dessa participação?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sim.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Porque no projeto original a solicitação da bancada — vamos ver aqui — era 50...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. vai encaminhar destaque, Deputado Raimundo Gomes de Matos?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Vou. Já apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. Os destaques serão votados *a posteriori*. Perfeito?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O.k?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Da minha parte, sem problema. Só estava tentando economizar um passo, porque já está tudo devidamente alocado, para não ter problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É, mas nós não teremos como resolver o problema se não houver o destaque.

Deputado Edmilson Valentim, com a palavra.

O SR. DEPUTADO EDMILSON VALENTIM - Sr. Presidente, também só para registrar elogio ao trabalho do Relator, também em nome da bancada do Rio de Janeiro. Vamos fazer um destaque sobre a reforma — na verdade, adaptação — do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. Eu farei o seguinte então.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente, só aproveitando o momento. Recebemos a visita do Presidente. S.Exa. falou sobre sua aflição a respeito da adequação dessa nova área do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, em que a pretensão era de 40 milhões; nós alocamos 16, e eles se sentiram contemplados, mas a bancada está na sua função, tem que fazer isso mesmo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON VALENTIM - Está faltando um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Olha, de repente cortam. Eu encerrarei a discussão, mas pedirei que a Secretaria, por favor, aguarde ainda os destaques do Deputado Raimundo Gomes de Matos, da bancada do Ceará, e o da bancada do Rio de Janeiro.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, solicito a autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas, com relação às emendas individuais do Relator-Geral, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.

A autorização está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O Relatório-Setorial da Área Temática VIII — Poderes de Estado e Representação está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado, ressalvando os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu quero agradecer ao Deputado Guilherme Campos pela beleza do trabalho, pela sua dedicação. Talvez votemos hoje mesmo os destaques da Comissão de V.Exa.

Eu gostaria de conversar com os Srs. Líderes. Senador Neuto de Conto, venha à Mesa; Deputado Gilmar Machado, Deputado Raimundo Gomes de Matos, Deputado Busatto, por favor venham à mesa. O nosso querido Deputado Jorge Khoury deu uma saída.

Nós, a saber, temos prontos para votar amanhã, pela manhã, porque hoje ainda não nos é possível votar, os relatórios do Deputado Dilceu Sperafico, do Deputado Bruno Araújo e do Senador César Borges. Eu pediria que, por favor, ficasse bem claro para todos a nossa pauta — Deputado Dilceu Sperafico, Deputado Bruno Araújo e Senador César Borges.

E na quinta-feira nós votaríamos pela manhã, porque eu não tenho, como Presidente, condições de garantir até amanhã a publicação — estamos tentando publicar até quinta-feira pela manhã — dos relatórios dos Deputados Carlito Meres, Kátia Abreu e Aníbal Gomes.

Se houver flexibilidade nessa parte, nós teremos condições de votar todos os relatórios-setoriais nesta semana e entregarmos a matéria para o Relator-Geral, e a Assessoria poder se debruçar em cima de todas as peças, esperando a nova previsão de receita para análise futura. Então quero comunicar aos Líderes esse andamento dos trabalhos.

Passarei a palavra ao Senador Neuto de Conto, da Área Temática IX, para a apresentação do relatório dos destaques.

Por favor, agora é preciso que prestem atenção.

Se[P26] o Deputado Raimundo ou algum Líder quiser deixar para amanhã os destaques, nós assim procederemos, mas o Senador Neuto está com o relatório pronto.

Por favor, Senador, V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, a Comissão Setorial da Agricultura recebeu 18 destaques, todos eles muito importantes, significativos, destaques de interesse dos Srs. Parlamentares, em que reivindicam mais recursos para a agricultura brasileira.

Lamentavelmente, utilizamos todos os recursos que nos foram colocados à disposição pelo Relator-Geral, através de um critério preestabelecido, contemplando igualmente todos os Estados e todas as emendas de



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comissões, utilizando praticamente o Fundo de Participação dos Municípios e o Fundo de Participação dos Estados, na proporção de 55% e 45% para as emendas de Comissões através dos números de cada valor. Conseqüentemente, ficamos sem recursos e, por essa razão, estamos rejeitando todos os destaques e recomendamos, Srs. Deputados e Srs. Senadores, ao Relator-Geral, pela importância que tem, a agricultura; ela que hoje representa 36% do Produto Interno Bruto do País e 34% das exportações brasileiras; esse segmento que alimenta 190 milhões de brasileiros; esse segmento que é responsável pelo total do superávit da balança comercial do Brasil nos últimos 5 anos; esse segmento que tem a capacidade, a força, e representa 37% dos empregos do País. Não tenho dúvida alguma de que todos esses destaques poderão ser observados profundamente, e o Sr. Relator-Geral terá a sua palavra final. Acreditamos na sua generosidade para com esse setor tão importante para o País. Acreditamos que o Senador Delcídio Amaral possa nos contemplar com mais recursos, para que possamos ser, não só o que somos hoje, mas que venhamos a ter, na próxima década, Sr. Presidente, 50% do Produto Interno Bruto do País, no setor primário, na agroindústria, no agronegócio, na agricultura e na pecuária.

Por isso, faço um apelo todo especial a V.Exa., ao nosso Relator, para que ele possa nos contemplar com essa ajuda tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Sr. Relator pelo trabalho maravilhoso que fez. E lembro que o destaque rejeitado pelo Relator aqui não é prejudicado. Ele poderá ser apreciado. Ele poderá ser reapresentado pelo Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Reapresentado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pode. Este aqui agora é reapresentado para o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, só queria deixar registrada, uma questão, que não é relativa ao meu Estado, mas ao Estado de uma Deputada da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores: Roraima.

O Relator trabalhou, fez o melhor possível, mas, no caso de Roraima, temos de fazer uma correção, já que, numa emenda de bancada, o Estado ficou abaixo de um milhão, sendo que em nenhum relatório teve alguma emenda abaixo desse valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Roraima ficou com o Deputado Guimarães?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Roraima. Vamos tentar fazer esse ajuste com o Relator-Geral, porque acho que temos que equacionar, não permitindo uma distorção tão grande entre um Estado e outro, já que as bancadas têm que ter, [P27] dentro das áreas, pelo menos, um certo equilíbrio. Tenho certeza que vai ser possível, o Senador já colocou também no seu relatório a orientação. Tenho certeza de que o Senador Delcídio Amaral já o fez. Mas eu gostaria de deixar registrado aqui. A Deputada Alice Portugal nos fez essa solicitação e vamos continuar até o final reapresentando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - ... em nome de Roraima, para ter esse tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. Senador Neuto de Conto.

O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO - Realmente, a Deputada de Roraima, apresentou os números reais. E, conseqüentemente, dentro do critério utilizado, por meio dos valores que ela apresentou de sua emenda nós, assim mesmo, ampliamos um pouco, é bem verdade, pouco, mas que ficou dentro do critério. Nós temos toda a boa vontade e vamos, sim, trabalhar para que seja contemplada uma reivindicação tão justa.

Só quero perguntar ao Presidente o seguinte: as emendas, essas que foram aqui apresentadas, elas são repassadas ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não.

O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO - ... ou tem que ser novas emendas para o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eles precisam ser...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Tem que ser reapresentadas. Nós vamos reapresentar, de novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - ...reapresentadas pelo Relator.

O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO - E a segunda, e a segunda...



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por isso que o Presidente insistiu que o destaques fossem apresentados para o Relator-Geral. Porque, muito embora, parecer contrário à votação, não perde, não fica prejudicado o destaque.

O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO - Aí, mais um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É impressionante.

O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO - Só os que apresentaram agora ou todos poderão apresentar um novo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Todos poderão apresentar.

O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É um etapa a mais que é feita de forma demasiada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Mas não pode. Pede licença para a Comissão. Não pode.

Solicito autorização do Plenário para proceder à votação, em globo, dos destaques por tipo de voto do Relator-Setorial.

Sendo assim, a proposta para a votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator está em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Para nós orientarmos os próximos relatórios e não gerarmos nenhuma susceptibilidade de questionamento futuro para os Relatores e para Comissão, à instância das bancadas, nós estamos considerando que não está tendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu não encerrei o processo de votação ainda, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Pois não. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Destaques com voto do Relator-Setorial pela rejeição.

Em votação em globo, voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovada a rejeição, não vai ao Senado Federal.

Com a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Queremos comunicar que vamos reapresentar um novo destaque ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Ah! Sim. Vai ser apresentado ao Relator-Geral. Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - O mesmo destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Só que agora, Deputado José Guimarães, eu ia alertar V.Exa.: agora, o que nós queremos fazer? Eu quero agradecer, primeiro, ao Senador pelo trabalho que ele fez e pela dedicação, porque S.Exa. suspendeu um compromisso para poder permanecer aqui e votar os destaques.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Segundo, nós agora vamos voltar ao processo pelo qual V.Exa. é responsável, junto como Deputado Raimundo Gomes de Matos, pelas bancadas estaduais, para vermos o que precisa ser encaminhado junto ao Relator, diante dos problemas que foram constatados.

Por isso, eu acredito, Deputado Gilmar Machado — vou deixar isso como uma contribuição: essa etapa de destaque no relatório setorial é totalmente alguma coisa a mais que depois volta para o plenário novamente. *(Pausa.)*

Já se encontra nesta mesa o relatório apresentado pelo Senador Gim Argello, sobre os destaques à emenda de despesas. Foram 4 destaques: 1 do Deputado Colbert Martins; outro do Deputado Pedro Fernandes... outros 3 do Deputado Pedro Fernandes. Todos com parecer pela [p28]rejeição por parte do Relator.

Foram apresentados 4 destaques ao parecer do Senador Gim Argello e 4 votos pela rejeição, pelo Senador. Um destaque do Deputado Colbert Martins e 3 do Deputado Pedro Fernandes.

Solicitaria ao Plenário autorização para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator-Setorial.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, ele já assinou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está ali. Já está distribuído.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Sendo assim, esclareço aos Srs. Parlamentares que o art. 138 não aceita solicitação para votação em separado de destaque.

A proposta para votação em globo de destaque, por tipo de voto do Relator, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Destaques com voto do Relator-Setorial pela rejeição.

Em votação em globo o voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o voto pela rejeição, não vai ao Senado.

Os destaques foram rejeitados.

Não havendo mais... *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo, não tenho mais pauta. A pauta seria amanhã.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Só queria a compreensão de V.Exa. Há poucos dias, o Deputado José Carlos Aleluia questionou na sessão do Congresso Nacional a presença do Relator. Assim, que em determinados momentos o Relator estivesse presente. Porque se houver algum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Foi culpa minha. Peço desculpa a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nós sabemos do trabalho do Senador Gim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. está, com toda certeza, com a razão.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sabemos do compromisso, da seriedade do Senador Gim, mas é para não quebrarmos o rito da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Minha sorte é contar com pessoas como V.Exa., para lembrar meus erros.

Não havendo mais pauta, está suspensa a sessão.

Convoco sessão para as 9h, amanhã.

(A reunião é suspensa.)



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O [P29]SR.[p30] **PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro reiniciada a 15ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas 33 e 34, de 2008. Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalhos.

Ordem do Dia.

Pauta 33. Relatório Setorial da Área Temática VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

Relator Setorial Deputado Dilceu Sperafico.

Solicito a presença do Relator à mesa para apresentação do relatório.

Informo que está aberto o prazo para a apresentação de destaques, que será encerrado ao término da discussão do relatório.

Com a palavra o Deputado Dilceu Sperafico.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, agradeço a confiança do Presidente da Comissão de Orçamento, grande companheiro, lutador, que está levando esta Comissão a este momento tão importante da votação dos relatórios setoriais. A mim coube fazer o relatório que lerei em seguida. Faço isso com muita honra e agradecimento ao Presidente.

Vamos fazer o relatório da Área Temática VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo. Passaremos a ler a parte importante e necessária deste relatório, pois é muito extenso, não ficando nada de importante sem ser lido.

"Relatório.

1. Introdução.

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República, por meio da Mensagem nº 113, de 2008, do Congresso Nacional, nº 635/2008 na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 38, de 2008-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009".

2. Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma estabelecida pelo art. 17 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e de conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo parecer preliminar, coube-nos examinar, no âmbito da Área Temática nº VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, a programação dos seguintes órgãos e respectivas unidades orçamentárias: Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Órgão 28000, Ministério do Turismo, Encargos Financeiros da União, Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios; Operações Oficiais de Crédito e refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda.

"3. Na condução desta Relatoria, deparamo-nos com temas relevantes, que fazem parte do debate atual sobre os grandes problemas econômicos do País, como dívida pública, transferências financeiras a Estados e Municípios, financiamento do setor produtivo etc. No sentido de contribuir para essas discussões, tivemos o cuidado de inserir neste relatório análises sobre os temas mencionados, até porque consideramos essa abordagem essencial para o entendimento da proposta para 2009.

4. Porém como nossa principal preocupação foi buscar alternativas e caminhos que conduzam o País à superação das atuais dificuldades, a maior ênfase do nosso relatório esteve centrada em apontar e, na medida do possível, corrigir as distorções da proposta orçamentária para 2009. É esse o sentimento que permeou [MSOffice31]a análise das emendas apresentadas no âmbito desta área temática e que nos fez dar especial atenção àquelas ações que julgamos mais efetivas na promoção do desenvolvimento econômico e social".

"3.10. Compatibilidade entre o Projeto de Lei Orçamentária de 2009 e o Plano Plurianual vigente.

85. Em cumprimento ao disposto no item 38.1.1 do Parecer Preliminar, cumpre registrar que se encontra no PLOA 2009, na UO 28101 MDIC — Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a ação "11S1 — Participação Brasileira na Exposição Universal em Xangai — Expo Xangai 2010", dotada com 50 milhões de reais. Na análise efetuada pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, esta ação foi considerada não compatível com o PPA 2008/2011, uma vez que a Expo Xangai somente ocorrerá em 2010, mas os respectivos gastos já podem ser realizados em dotação orçamentária específica a partir de 2009, o que



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

configura o caráter plurianual deste projeto. Dessa forma, a ação não está dispensada de discriminação no Plano Plurianual, nos termos do que dispõe o art. 22 da Lei nº 11.653, de 2008 (PPA 2008/2011), que dispensa de tal exigência apenas as ações cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro.

4. Das Emendas.

86. Junto a esta Área Temática, foi apresentado um total de 1.296 emendas, sendo 1.206 individuais e 90 coletivas (23 de comissão e 67 de bancada estadual), o que representou um incremento de 7,5% em relação à Proposta Orçamentária para 2008 (1.204 emendas, 1.119 individuais e 85 coletivas), testemunhando o crescente interesse dos Parlamentares pelas ações executadas por unidades orçamentárias vinculadas a este Setor. Não foram apresentadas emendas ao orçamento de investimentos das empresas estatais subordinadas aos órgãos integrantes do setor.

4.1. Obras com indícios de irregularidades.

87. De acordo com o item 38.3 do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão indicar, para votação em separado, os subtítulos que contenham contrato, convênio parcela, trecho ou subtítulo em que foram identificados indícios de irregularidades.

88. De acordo com as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional, até o momento, na programação das unidades orçamentárias que integram esta área temática, as seguintes dotações podem conter irregularidades e, portanto, dever ser votadas em separado: Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, com a Funcional 22.661.0392.2537.0101, na ação de “Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, no Município de Manaus, Amazonas” com o subtítulo “Modernização da Malha Viária do Distrito Industrial de Manaus”.

89. Vale ressaltar o disposto no art. 96 da LDO de 2009, que permite a alocação de recursos em subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira condicionada à adoção de medidas saneadoras.

4.2 Recursos para o atendimento das emendas.

90[p32]. Segundo o que estabelece o item 33 da Parte Especial do Parecer Preliminar, no âmbito das Áreas Temáticas, os cancelamentos efetuados pela Relatoria Setorial para fins de remanejamento, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, devem limitar-se a 40% das dotações consignadas ao GND 4 — Investimentos e a 20% daquelas alocadas ao GND 5 — Inversões Financeiras.

91. Esta Relatoria procedeu a um minucioso exame das programações das unidades orçamentárias desta Área Temática e promoveu cortes pontuais que respeitaram os limites impostos pelo Parecer Preliminar, sendo que os recursos foram direcionados para o atendimento de emendas de remanejamento e de apropriação propostas por Comissões e bancadas.

92. Os demais recursos utilizados provieram da revisão das estimativas de receitas orçamentárias para 2009.

4.3 Critérios de atendimento das emendas.

4.3.1 Emendas individuais.

93. As emendas individuais propostas nesta Área Temática têm por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como: apoio a projetos de infra-estrutura turística, promoção de eventos para a divulgação do turismo, combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, qualificação de profissionais associados ao segmento do turismo, apoio a projetos de desenvolvimento na Amazônia, fomento ao desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas etc.

94. Quando da análise dos dados apresentados, caso necessários, foram procedidos pequenos ajustes em parâmetros relativos à técnica orçamentária, tais como a adequação ao apropriado grupo de natureza de despesa, (GND), modalidade de aplicação ou indicador de resultado primário (RP), de forma a tornar as emendas compatíveis com a programação estabelecida no Projeto da LOA e do Plano Plurianual, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do orçamento e a execução orçamentária. Buscou-se, aí, sempre manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

95. Considerando as disposições do Parecer Preliminar, esta Relatoria recomenda a aprovação de 1.250 emendas individuais, tendo uma proposição sido retirada pelo autor.

4.3.2 Emendas coletivas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

96. No que se refere ao atendimento das emendas coletivas, diante das restrições orçamentárias e na busca de uma alocação de recursos a mais eficiente possível, buscamos inicialmente ouvir os autores dessas emendas para ter ciência das mais prioritárias, tendo em vista que não se poderia atender a todas em níveis ideais. Procuramos também levar em consideração as informações disponíveis sobre as condições socioeconômicas da população a ser beneficiada em cada unidade da Federação; o mérito de cada emenda, sua abrangência, sua relevância e as possibilidades de sua aplicação efetiva no próximo exercício, levando-se em conta recursos já disponíveis no Projeto de Lei Orçamentária de 2009 e os valores executados ao longo do corrente exercício.

97. Buscamos ainda, na medida de nossas possibilidades, garantir, no âmbito do Ministério do Turismo, o recebimento de recursos pelos Estados provenientes de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — para o financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo — PRODETUR. Ocorre que a liberação desses financiamentos está condicionada à aplicação de contrapartidas pelos Estados e pela União, o que nem sempre ocorre por falta de condições econômico-financeiras dos Estados em oferecer suas contrapartidas no volume e prazo exigidos. Considerando a relevância dessa questão e o fato de que o programa beneficia todos os Estados, empenhamo-nos para elevar as dotações a níveis que garantam a implementação mínima do programa em 2009.

[p33]98. Como era de se esperar, os recursos disponíveis ficaram muito aquém do que seria preciso para se atender, de modo razoável, as numerosas e relevantes demandas. No entanto, apesar das dificuldades e da pequena disponibilidade de tempo para manter os necessários contatos com os agentes e setores interessados, esta Relatoria espera ter alcançado seus objetivos, realizando a distribuição mais justa e objetiva possível.

99. A exemplo do que ocorreu com as emendas individuais, houve a necessidade de promover ajustes nos subtítulos apresentados como atípicos, assim como de efetivar pequenas adequações de caráter estritamente técnico para sanar conflitos legais e regimentais. Buscou-se, aí, novamente sempre manter os objetivos pretendidos pelos autores de suas proposições.

100. Quanto ao parecer sobre as emendas coletivas, recomendamos aos nossos pares a aprovação parcial de 66 emendas de bancada e 22 emendas de Comissão. Somos, também, pela aprovação de uma emenda de remanejamento da Comissão, na forma integral em que ela foi apresentada.

5 - Atuação da Relatoria.

101. Com base no item 8 da parte B — Parte Especial do Parecer Preliminar, foi apresentada uma emenda de Relator com o objetivo de promover a adequação técnica do orçamento de investimentos da unidade orçamentária UO 25211 — Casa da Moeda do Brasil — relativamente ao cancelamento parcial proposto à dotação 04.123.0909.00C6.0101 — Participação da União no Capital da Casa da Moeda do Brasil, da UO 25101, do Ministério da Fazenda.

Voto do Relator:

102. Pelo exposto, somos pela aprovação da Lei n.º 38, de 2008-CN, encaminhada por intermédio da Mensagem n.º 113, de 2008-CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta área temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sala das Comissões Mistas, dezembro de 2008".

Relator: Deputado Dilceu Sperafico, Relator Setorial.

Sr. Presidente, agradeço pela atenção a todos. Penso ter cumprido com o meu trabalho de Relator Setorial. Agradeço mais uma vez a deferência do nosso Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quería agradecer ao Deputado Dilceu Sperafico e lembrar à Comissão alguns aspectos que precisam ficar claros.

As emendas populares só podem ser admitidas pelo Relator-Geral. Caberá ao Relator-Geral redigir a emenda e dar a ela condições de trâmite na Comissão. O Relator Setorial não pode fazer isso quando ela não está corretamente redigida. Isso foi decisão nossa.

Segundo aspecto: queremos votar hoje mais 3 relatórios setoriais, quero ler, como Presidente, o relatório da Saúde e deixar para amanhã votar os destaques da Saúde, o relatório de Integração e o relatório de Infra-Estrutura, do Deputado Carlito Merss. Isso pela manhã, para, à tarde, estarmos com a missão cumprida.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero votar inclusive os destaques de todas as áreas, quero votar hoje e amanhã. Já temos o Deputado Guilherme Campos fazendo o relatório dos destaques da sua área, que foi lido ontem à noite. Aos [p34]destaques já estão sendo oferecidos pareceres pelo Relator.

A semana que vem será toda ela retirada para as bancadas. Aí caberá aos coordenadores de bancada se reunirem com a Relatoria-Geral junto com os Relatores Setoriais e corrigirem, dentro dos limites da disponibilidade do Relator e dos Relatores, alguns equívocos que tenham sido cometidos.

Eu tenho lembrado que essa resolução tem coisas boas e ruins. Parece-me, como Presidente — e me perdoem a ousadia, ser essa fase de destaques desnecessária, e tenho dito isso para os Líderes. O destaque que entra agora pode se repetir com o Relator-Geral, e quem tem um recurso para corrigir as emendas é o Relator-Geral.

Na semana que vem, nós nos debruçaremos no entendimento com as bancadas e com os Parlamentares para que, na semana seguinte, tenhamos como votar, nesta Comissão, o relatório do Senador Delcídio Amaral, no dia 16, na terça-feira, e, no dia 18, termos o plenário do Congresso Nacional analisando a peça orçamentária da União.

Eu preciso esclarecer também, porque alguns não se aperceberam, que, após ser votado o último relatório — e é por isso que o Presidente está apurando, vai todo o processo para o Deputado Jorge Khoury, que é o nosso Relator de receita. Caberá ao Deputado Jorge Khoury dizer se haverá mais corte ainda.

Então, estamos trabalhando sobre um solo não muito firme, e é difícil o Relator Setorial fazer uma avaliação correta do que está sendo requerido pelo Deputado, o que está sendo solicitado pelo Estado e aquilo que está disponibilizando. Ele pode não disponibilizar.

Nós só teremos isso claramente na semana que vem, quando sentaremos como os coordenadores de bancada e iremos discutir com todo o interesse, inclusive com a participação permanente do nosso Líder do Governo, Deputado Gilmar Machado.

Está iniciada a discussão.

Sr. Relator, V.Exa. gostaria de se manifestar?

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Eu tenho uma retificação da leitura.

95. Considerando as disposições do parecer preliminar, esta Relatoria recomenda a aprovação de 1.205 emendas individuais, tendo uma proposição sido retirada pelo autor.

Na leitura anterior, eu havia dito "1.250 emendas individuais".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa., como sempre, atento.

Está iniciada a discussão.

O SR. SENADOR GILBERTO GOELLNER - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Senador Gilberto Goellner, V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR GILBERTO GOELLNER - Gostaria de defender aqui um destaque apresentado a esta Comissão pela Comissão de Agricultura do Senado que diz respeito à garantia de sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários.

O valor é substancial, porém demanda essa necessidade. Nós já fizemos uma correção substancial do valor inicialmente apresentado, e o Ministério da Agricultura, a CONAB... Como se trata do Ministério da Fazenda, vejo que o Relator vai precisar ser muito austero na parte orçamentária, porém essa é de suma importância, porque diz respeito às políticas de Governo de sustentação de preços mínimos e de toda a agropecuária brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço, Senador. V.Exa. é testemunha da reunião que fizeram ontem com o Relator-Geral [P35]esta Presidência e toda a Comissão de Agricultura desta Casa.

Eu ouço o Deputado Raimundo Gomes de Matos, grande assessor do Sr. Relator, que tem sido um cobrador permanente desta Presidência. Tenho feito o possível para estar à altura dos anseios de V.Exa.

V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, eu agradeço as palavras.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A nossa indagação ao nosso Relator... Quero parabenizá-lo pelo seu relatório, entretanto, nós temos algumas dúvidas e alguns questionamentos, até porque V.Exa. irá receber vários destaques.

O potencial turístico no Brasil cada vez mais é fortalecido, o nosso Estado do Ceará tem o seu potencial, e nós apresentamos os destaques através da nossa bancada para termos alguma recomposição. Causou-me surpresa o volume de recursos cancelados da Casa da Moeda. Nós estamos observando que há cerca de 270 milhões de reais que foram cancelados na Casa da Moeda. As informações que nós temos aqui é que há um planejamento na Casa da Moeda para aprimorar, readequar e fazer com que haja realmente uma modernização da Casa da Moeda, eu não sei até ponto isso poderá, dentro da programação da estatal, nos levar a alguma deflexão nesse projeto.

Segunda pergunta: a partir desses 270, foi remanejado. Agora, qual foi o critério de remanejamento para as bancadas? Qual a fatia maior, para quem e em quais volumes? Quais os percentuais adotados? Isso porque a bancada do Ceará e, com certeza, outras bancadas não estão satisfeitas com o tratamento dado, já que também teve esse volume de recursos que foram remanejados de 270 milhões.

Então, eram essas as duas indagações que nós queríamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O Relator teria me dito que era por sua causa.
(*Risos.*)

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Lázaro, por favor.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Inicialmente, quero parabenizar o Deputado Dilceu Sperafico, porque ele procurou fazer um trabalho enxuto com os poucos recursos que foram disponibilizados para a sua área. Então, ele foi muito gentil, atendendo, dentro das possibilidades, essas emendas. Ele fez quase que o impossível para deixar quase todo mundo satisfeito. Então, eu uso a palavra somente para parabenizar o trabalho dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Muito obrigado.

Não há mais inscritos.

Está encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques.

Emendas Individuais de Relator Setorial:

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, solicito a autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas em relação às Emendas Individuais e de Relator Setorial, tendo em vista que já houve manifestação contra as emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

No Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada no Senado da República.

O Relatório Setorial da Área Temática VI, Poder de Estado de Representação, está em votação na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques e as obras de...

Perdão, perdão, perdão... Houve encaminhamento errado por parte da Presidência.

O Relatório Setorial da Área Temática VI, Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado na Câmara.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero cumprimentar o Relator e dizer que nos artigos...

Ainda falta votar.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, alterado pela Resolução nº 3, anuncia a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques na representação da Câmara.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

No Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Eu queria de cumprimentar o Relator e solicitar ao mesmo que passe, então, ao relatório dos destaques, enquanto nós passaremos à leitura do relatório do Senador César Borges, por favor.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Eu só gostaria de responder às perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Ah, coisa malfeita! Falha. Mais uma do Presidente.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Os nossos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É o Deputado Gadelha, o Deputado Raimundo Gomes de Matos...

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Mas ele... Eu não disse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Mas a resposta de V.Exa. fica nos Anais. Por favor.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Mas eu quero fazer, eu faço questão de ressaltar.

Sobre o remanejamento da Casa da Moeda, que foi o único remanejamento mais significativo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo...

O [P36]SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - ... porque inclusive era o único local que eu tinha disponibilidade de um recurso um pouco maior para remanejar para poder atender, pelo menos, mais 1 ou 2 milhões da média de cada emenda de bancada do Estado, porque senão as emendas dos Estados ficariam em torno de 1 milhão. Como existe esse programa do PRODETUR, que vai atender à grande maioria dos Estados, fiz questão de ressaltar no nosso relatório as contrapartidas que os Estados não têm para dar ao PRODETUR, dos 270 milhões, 150 foram alocados para o PRODETUR. Então, eu acho que é onde que é exatamente...

Por outro lado, a Casa da Moeda tinha recurso no Orçamento deste ano e só usou 40%. Eu não vejo a possibilidade de este ano usar, nem este ano, o recurso. Então, ela tem a oportunidade de empenhar esse recurso que tem este ano para usar no ano que vem e, posteriormente, se necessário, fazer. Para isso, é possível um crédito suplementar.

Então, a finalidade foi para poder melhorar um pouco as emendas de bancada, segurar um recurso para os nossos destaques, porque ainda temos a disponibilidade de atender alguma coisa e, por outro lado, reforçar em 150 milhões os recursos para o PRODETUR, que eu acho que é onde que nós queremos desenvolver o turismo brasileiro.

Sobre a emenda do Senador, da Comissão do Senado, eu não pude, infelizmente, mantê-la num valor significativo, mantivemos num valor mínimo. Estarei trabalhando, junto com Relator-Geral, para que nós possamos ser atendidos, algo que é do interesse de todos nós da agricultura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, as palavras do nobre Relator atendem ao que nós indagamos. Defendemos inclusive aquela questão de pelo menos um percentual do Orçamento ser impositivo, porque observamos que não é só no caso da Casa da Moeda que existe previsão orçamentária que não é executada; não é esse descontingenciamento. Então, há esse engessamento do Orçamento no momento em que tem o orçamentário e não é feito o descontingenciamento. Observamos isso no Ministério da Saúde. A Comissão de Seguridade Social tem uma emenda de 50 milhões na área de saúde e, até o momento, não foi descontingenciado nada, quer dizer, zero de execução, e no Orçamento de 2009 já é solicitado alocar novo recurso em virtude da não-execução.

Então, concordamos com V.Exa. e o parabenizamos.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quero apenas esclarecer aos senhores e a todos os que estão nos acompanhando que temos 3 relatórios votados de forma completa: Gim Argello, Neuto de Conto e Rodrigo Rollemberg. Do Deputado Guilherme Campos eu já tenho os destaques prontos para serem apreciados com o parecer do Relator, que são 14. Tenho 27 destaques do Deputado Dilceu Sperafico, que agora, com a assessoria digitados os destaques, ele passa aos pareceres.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, acho que nós podemos passar à leitura do Senador César Borges. Quem sabe, votamos os destaques rapidamente do... Quem sabe votamos os destaques, para concluir, do...

Deputado Guilherme Campos, por favor.

Senador, nós já começamos a votar o...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Senador, V.Exa. me dá um tempinho?

Pois não, Deputado Raimundo.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, a condição é a leitura do relatório do Senador ou dos destaques?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não. Como a votação dos destaques do relatório já foi apreciado tem preferência e o Senador...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Em termos de metodologia não seria, até para que as bancadas pudessem sentar, verificar os atendimentos em cada setorial de um modo global...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Mas são todos rejeitados pelo Relator.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vamos lá.

Apreciação dos destaques:

Srs. Parlamentares, o art. 138, § 2º da Resolução nº 1, de 2006, estabelece que não será aceita a solicitação para votação em separado do destaque e a apreciação do requerimento para votação em globo.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

No Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Na Câmara, eu quero registrar no caso do destaque...

Qual é o destaque, Raimundo?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Há a nossa preocupação acerca de determinadas apresentações dos destaques e uma certa falta de diálogo. É impossível se apresentar um destaque, se votar em bloco a negação de todos os destaques, inviabilizando obras, início e continuação de obras, sem pelo menos a bancada, os Parlamentares serem consultados.

Estamos querendo ganhar tempo. Prezamos ter todo o processo legislativo em andamento, mas também não podemos concordar com a celeridade que se está dando nesta Comissão. Acho que esta Comissão, se tiver de entrar à noite, vamos entrar; se tiver de ser sexta, terá de ser sexta; se for sábado, convoca sábado, mas não acataremos nem iremos ficar satisfeitos em ter um destaque ontem, hoje é negado e acabou, sem ter diálogo, sem se ter a devida compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo, não tem problema.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, é claro que cabe ao Relator Setorial acatar ou não, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - E a Comissão votar.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sim, certo. Mas ocorre o seguinte: quantas bancadas estão presentes nesta sessão? Quantos Senadores estão presentes?

Está certo que foi o registro, está lá registrado. Não vamos querer polemizar para desestabilizar o andamento dos trabalhos, mas prezamos abrir um diálogo na Comissão sob pena de não conduzirmos a contento os trabalhos.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por exemplo, temos as obras do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. É uma obra de 50 milhões, foi contemplada com 4 milhões e pronto, acabou. A história é essa e acabou. Não se convoca nem a bancada para se conversar sobre o destaque! É impossível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo, V.Exa. tem razão.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sim, tenho razão, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. pode votar o seu destaque. Não estou impedindo, Deputado Raimundo.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Não estou dizendo que V.Exa... Até porque, regimentalmente, tem que se colocar o destaque para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não tenho como. Se eu pudesse, impediria.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Não é favor nenhum. Regimentalmente, tem que colocar o destaque para ser votado, mas a condução, como está sendo feita, está sendo muito atropelada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Relator, por favor. O que esta Presidência quer colocar para V.Exa? V.Exa. não ouviu o que o Presidente disse. O Presidente disse não será aceita a solicitação para votação em separado de destaque após a aprovação do requerimento para votação em globo dos destaques. Quando eu falei isso, V.Exa. precisa pedir para a votação ser separada do destaque que V.Exa. deseja que seja apreciado. É exatamente isso. Eu anunciei.

Então, V.Exa. deseja votação em separado do destaque da bancada de nº... Qual é o seu destaque?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Bancada do Ceará, nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Como?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Número 1.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. Esqueço que votei. Nº 1, perfeito. Está bem.

O que mais?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, com todo o respeito ao Deputado Raimundo, mas V.Exa. já votou. Acho que não se pode mais voltar atrás, só no próximo procedimento.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Por isso que discordo do modo célere que se está usando esta Comissão. É inadmissível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O quê, Deputado Raimundo, é inadmissível?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - A condução sem se dar um tempo sequer de as bancadas se articularem, de se fazer algum contraponto, como se fosse um rolo compressor. Desculpe-me, Presidente. Com todo o cuidado com que V.Exa. está zelando pela condução dos trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tenho por V.Exa. uma relação de respeito, V.Exa. me conhece e eu lhe conheço. Só que precisamos esclarecer.

Tenho dito a V.Exa. que, se V.Exa. fosse prejudicado, se os Estados fossem prejudicados, esta Presidência não teria dúvida de voltar atrás no processo de votação; pedir, tentar uma forma, mas todos os destaques voltarão a entrar em pauta quando da votação do relatório geral, quando se terá o recurso para fazer a correção que V.Exa. deseja.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Então, não adianta relatórios setoriais. Se os relatórios setoriais vão desaguar no relatório geral, não adianta os setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não é que não adiante, Deputado Raimundo.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Do modo como está sendo conduzido e planejado, é ninguém acatar nada e ir tudo para o Relator-Geral, para o Senador Delcídio, que vai sofrer uma pressão, vai ter uma grande dificuldade de fazer os atendimentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Mas V.Exa. ajudará.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sem dúvida. Há coisas que, se setorialmente fossem melhor trabalhadas, com certeza chegaríamos no relatório geral sem gerar grandes dificuldades para o Senador Delcídio. Buscamos isso.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito.

Deputado Gilmar[p38], por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Em seguida, Presidente. Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - O Deputado José Rocha realmente levantou uma questão correta. Eu entendo, o Deputado entenderá, já foi feita uma votação, vamos para a frente. No próximo, nós vamos um pouquinho mais devagar, Deputado Raimundo, para podermos exatamente...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Antes do resultado da votação, o Deputado Guimarães levantou a questão de ordem. Não foi proclamado o resultado. Em votação, o Deputado Guimarães usou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Vamos pegar a gravação. Vamos pegar a gravação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Ele pediu que ficasse registrado em ata, Deputado Raimundo.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Em ata. Foi só isso.

Então, Deputado Raimundo, acho que V.Exa. tem razão, mas já houve uma votação. Agora, na próxima...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Na próxima aí eu acho que...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO -eu concordo em ter o tempo correto que V.Exa. quer, e com toda razão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Tem toda razão o Deputado Raimundo, e que seja esse procedimento adotado nas próximas votações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Então, sempre esta Presidência lerá: não será aceita solicitação para votação em separado de destaque para aprovação de requerimento para votação em globo de destaques. Aí, aquele que quiser fazer o destaque da votação em globo, deve providenciar a solicitação, para que não haja esse tipo de problema, depois de ter ocorrido a votação em globo, por destaque, tanto na Câmara dos Deputados, que foi aprovado, como no Senado da República, que também neste momento é aprovado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Presidente, uma sugestão para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não, Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Veja bem, eu tinha alertado o Deputado Raimundo Gomes de Matos exatamente para o que estava acontecendo, porque nós estamos votando os destaques em bloco e há dois destaques da bancada do Ceará que só seriam destacados na hora que os destaques estavam sendo votados em bloco. Não o fez.

Então eu quero sugerir, Deputado Raimundo, primeiro, que, a partir de agora, nos próximos relatórios, quem assinou os destaques das respectivas bancadas peça, conforme V.Exa. já orientou e no caso, para poder se votar em separado, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Mas no caso deste relatório, eu quero chamar a atenção do Deputado Guilherme Campos para buscarmos o entendimento na segunda fase com o Relator-Geral, por conta de que é um relatório setorial muito forte; os cortes foram extraordinariamente graves; as bancadas estão reagindo. Para não haver essa reação e obstruir o processo de celeridade que V.Exa. está dando, nós precisamos, no caso, de o Deputado Guilherme Campos, com o Relator-Geral, buscarmos alguma negociação, porque do jeito que está não dá, da forma como os cortes foram estabelecidos.

Eu fiquei mais preocupado porque, em conversa com o Deputado Guilherme, ele falou que não há reserva nenhuma para fazer as adaptações e os ajustes. Então nós vamos ficar numa situação gravíssima, no caso específico desse relatório setorial que o Deputado Guilherme... Não é culpa dele, mas nós temos que buscar uma saída. Foi burrice das bancadas inviabilizar aqueles investimentos que inclusive alguns já estão até...

É um apelo para nós buscarmos um entendimento com o Relator-Geral, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito, Deputado Guimarães, e nós faremos, tão logo termine esta sessão. Deputado Raimundo, nós faremos, logo depois que terminar esta reunião, em que votaremos esses relatórios e os destaques que forem possíveis votar, uma reunião no gabinete da Presidência, com



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

os líderes e com os Relatores da assessoria, para definir toda a pauta de acompanhamento das coordenações de bancadas, diante da realidade de que o Deputado Aleluia falou.

O Deputado Guimarães levantou que o Deputado Guilherme Campos não teve espaço para fazer o atendimento das emendas dos Estados como deveria. Mas, como ele vai atender se não há recurso? O corte foi proposto pelo Governo. Eu quero ressaltar: haverá outro corte, possivelmente depois dos relatórios setoriais, e um recurso mínimo que terá o Relator Setorial para atender a todos.

Por isso é que nós precisamos nos envolver nesse processo não como agentes, mas como responsáveis.

Deputado Aleluia, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, só para reforçar a posição de V.Exa., temos acompanhado pela imprensa. Ontem, a ONU...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, eu pediria...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - ...deixou que fossem divulgados dados do seu relatório que será publicado, estabelecendo que, na visão da ONU, o Brasil deve crescer no próximo ano, 2009, portanto [P39]o [P40]ano que nós estamos fazendo o Orçamento, entre 0,5% a 3%, no máximo. Portanto, já são duas instituições internacionais que balizam o crescimento limitado em 3%, sendo que o FMI foi mais otimista. E nós sabemos que os técnicos do Governo levaram ao Palácio do Planalto estimativas muito inferiores às que o Governo está trabalhando.

Quero dizer que nós não queremos atrapalhar a aprovação do Orçamento, nós temos deveres com a sociedade. A Oposição vai registrar passo a passo a sua discordância com os níveis de dispêndios que estão sendo propostos no Orçamento.

Portanto, V.Exa. está corretíssimo, não há recursos. Os cortes, na minha opinião, terão que ser mais profundos para que o Orçamento seja respeitado pelo próprio Executivo. Se você faz um Orçamento com a receita superestimada, o resultado é o contingenciamento. A vontade do Parlamento desaparece e passa a haver a vontade apenas do Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço V.Exa.

Deputado Gilmar...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Quero só deixar o Deputado José Carlos Aleluia tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Na Comissão de Orçamento, nos últimos dez anos, todas as avaliações que nós fizemos ficaram abaixo daquilo que foi realizado. Inclusive, no ano passado, nós fizemos um corte de 40 bilhões. Agora, no final desse ano, está colocado que nós vamos ter um excesso de receita, além daquilo que nós tínhamos previsto, de mais de 20 bilhões.

Tenho certeza de que o esforço que está sendo feito um aqui também para o próximo ano, apesar de toda a conversa da ONU e do Fundo Monetário, que erraram muito sobre o Brasil. Se nós tivéssemos seguido os conselhos deles, hoje nós estaríamos na pior, mas felizmente nós estamos seguindo a nossa orientação, e a nossa orientação tem sido melhor do que a deles.

Portanto, V.Exa. pode ter certeza de que este vai ser um Orçamento firme, mas não vamos apostar na crise. Nós vamos fazer um trabalho real, e o real hoje, para nós, é um crescimento de 4%. E eu tenho certeza de que o Deputado Jorge Khoury vai trabalhar firmemente nisso, e nós vamos conseguir executá-lo no final de 2009.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O nosso Relator da receita, Deputado Jorge Khoury!

Passo a palavra ao nosso Relator Setorial, Deputado Guilherme Campos, para que faça a leitura do seu voto contrário aos destaques, para que nós possamos voltar em globo o parecer.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente, rapidamente faço um comentário acerca da insatisfação de algumas bancadas: é impossível atender a todas as bancadas, a todos os pleitos, a todas as Comissões. Ficaram reservados aproximadamente 3,45 milhões das emendas em um montante de 260 milhões de reais.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, é importantíssimo o que está dizendo o Relator. S.Exa. está dizendo por que não atendeu às emendas. Por favor, eu peço silêncio.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Obrigado, Sr. Presidente.

O percentual é um pouco mais de 8%. O Orçamento já foi estimado: o crescimento, em relação a 2008, está autorizado em 14%. Esta é uma área extremamente sensível porque 75% do que está orçado refere-se a pessoal; outros 30%, aproximadamente, é custeio. Nós não temos margem de onde está cortando para atender às emendas de bancada e às emendas de Comissão.

Nós fizemos um trabalho muito criterioso, não deixamos de ouvir ninguém. Todos aqueles que nos procuraram foram ouvidos, tiveram os seus pleitos analisados; e nós fizemos, dentro do possível, o melhor. Tenho certeza do trabalho realizado, tenho certeza daquilo que foi colocado no relatório agora apresentado aos senhores.

Cabe a mim trabalhar com que foi destinado. Quanto ao que os destaques vêm pleiteando, na nossa apresentação não foram deixadas reservas de recursos, aproveitamos todos.

Estou à disposição de todos para conjuntamente irmos até o Senador Delcídio Amaral e consigamos uma suplementação para a justa reivindicação. Eu acho que não há nada errado em buscar aquilo que foi colocado inicialmente. Estou à disposição e acho que isso é justo.

Porém, nós estamos ressaltando os destaques. Estamos pegando os 14 destaques e não estamos aceitando-os. E não há condição de atendê-los, Sr. Presidente, em função do montante reservado a nós dentro desta Relatoria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Em votação, em globo, o voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados. Não serão apreciados na representação do Senado.

V.Exa. está com os nossos cumprimentos e o nosso reconhecimento pelo trabalho.

Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quero cumprimentar o Deputado Guilherme Campos pelo trabalho e dizer a S.Exa. que tem todo o apoio da nossa bancada do PR.

Parabéns pelo que foi feito na sua Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Muito obrigado, Deputado José Rocha.

Peço ao Senador Delcídio Amaral, nosso Relator-Geral, que venha à Mesa, por favor, e compartilhe com o Presidente as críticas que este está ouvindo, como a do Deputado Raimundo Gomes de Matos, pela falta de recursos para os Estados. Se o Deputado José Rocha não defendesse a Presidência, estaríamos numa situação difícil encaminhamento.

Passo ao Relatório Setorial da Área Temáticas V — Planejamento e Desenvolvimento Urbano, cujo Relator Setorial é o Senador César Borges.

Está muito barulhenta a Casa hoje. Peço que todos olhem a pessoa que esteja ao lado falando ao celular. Veremos que há umas trinta pessoas falando ao telefone celular lá atrás. Cada um que fala, fala com alguém que não está na sala, então se duplicam as pessoas, e o barulho fica ensurdecedor para quem está aqui na frente, para quem está querendo falar, para quem está querendo ouvir. Eu peço a bondade, por favor, de que nos permitam prosseguir esta reunião da melhor forma possível, pois temos o dia de hoje para votar as matérias.

Passo a palavra ao Relator Setorial Senador César Borges.

Está aberto o prazo para apresentação de destaques, que será encerrado ao término da discussão do relatório.

O SR. SENADOR CÉSAR BORGES - Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, eu me permitirei destacar os pontos mais importantes e essenciais do nosso relatório para deliberação desta Comissão, tentando inclusive agilizar os trabalhos.

De acordo com o projeto encaminhado pelo Poder Executivo, o Orçamento das unidades desta área temática, Área V, totaliza créditos no montante de 20,2 bilhões de reais, sendo 12,2 bilhões de reais nas unidades do Ministério do Planejamento e 8 bilhões de reais nas unidades orçamentárias do Ministério das Cidades.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Desse montante, 10,8 bilhões de reais se destinam a gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e amortização da dívida, valor que equivale a 53,4% do total de créditos propostos para a área temática.

As dotações para pessoal, ou seja, 10,4 bilhões de reais se acham concentradas no Ministério do Planejamento, quase totalidade para atender encargos dos vários órgãos da Administração Federal. Em contrapartida, a quase totalidade das alocações em investimento (GND 4) se acham previstas no Ministério das Cidades, onde essas totalizam 6,7 bilhões de reais, destinadas a ações de habitação, saneamento, urbanização, transporte urbano e transporte ferroviário urbano de passageiros.

Consideradas as deduções relativas a contrapartidas de empréstimos e doações e os gastos obrigatórios, a base programável da área temática se reduz para 6,9 bilhões de reais, os quais se acham distribuídos por doze diferentes programas, entre os grupos de natureza de despesa "outras despesas correntes" e "investimento".

As maiores alocações ocorrem no programa 1128 (urbanização, regularização fundiária e integração de assentamentos precários), com 3 bilhões 753 milhões e 100 mil reais; no programas 0122 (serviços urbanos de água e esgoto), com 1 bilhão 381 milhões 400 mil; no programa 9991 (habitação de interesse social), 734 milhões e 800 mil; no programa 1295 (descentralização do sistema de transporte ferroviário urbano de passageiros), com 541 milhões e 800 mil.

Cumpra destacar que parcela apreciável da programação do Ministério das Cidades se acha enquadrada como Projeto-Piloto de Investimento — PPI, como é chamada usualmente essa programação. Nela se acham alocados 3,5 bilhões de reais, dos quais 1,7 bilhões de reais em ações de urbanização, particularmente em assentamentos precários, e 1,4 bilhões de reais em ações de saneamento.

Nós destacamos que é PPI, recursos dificilmente a serem cortados.

Nosso relatório detalha os créditos adicionais abertos em 2008, evidenciando que tais recursos somam 11,8 bilhões de reais, dos quais maior parte são relativos a despesas com pessoal.

Uma parcela expressiva dos investimentos objeto dessas operações referiu-se ao crédito especial aberto no início deste ano, para realocar a programação vinculada ao programa 6001, vetado quando da sanção da Lei do PPA 2008 a 2011.

A área temática recebeu 1.326 emendas. Foram 107 emendas coletivas (bancadas estaduais e Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal) e 1.219 emendas individuais. Porém, duas das emendas das bancadas estaduais foram apontadas foram inadmitidas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, sendo tal recomendação referendada pelo Plenário da Comissão.

As emendas coletivas, no total de 105 emendas coletivas, implicaram solicitações de recursos no montante de 7 bilhões 631 milhões. Foram cem emendas de bancadas estaduais, três emendas de Comissões da Câmara dos Deputados e duas emendas de Comissões do Senado Federal. Das emendas de bancadas, 84 foram de apropriação e dezesseis de remanejamento. Das emendas de Comissões, duas foram de apropriação e três de remanejamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Peço só um minuto, Senador.

Os senhores perceberam o esforço que o Senador César Borges faz para falar? S.Exa. faz um esforço para que a voz saia clara ao microfone. O Senador César Borges não merece fazer esse sacrifício!

Por favor, Senador César Borges, continue.

O SR. SENADOR CÉSAR BORGES - Agradeço, Sr. Presidente.

Procurarei ser o mais claro possível, porque realmente queremos que fiquem bastante transparentes para todos os Srs. Parlamentares as orientações e critérios coerentes que criamos para este relato.

Das emendas de bancadas, 84 foram de apropriação e dezesseis foram de remanejamento. Das emendas de Comissões, duas foram de apropriação e três foram de remanejamento. As emendas coletivas de apropriação totalizaram solicitações no montante de 7 bilhões e 14 milhões, e as de remanejamento, de 617 milhões.

No que diz respeito às emendas individuais, as solicitações de recursos ascenderam a 1 bilhão e 322 milhões. Dessas, 1.059 emendas deveram-se a iniciativas de Deputados Federais e o restante, 160, a de Senadores.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para orientar o remanejamento de recursos, facultado pelas normas regimentais, esta Relatoria, observadas as restrições fixadas pelo Parecer Preliminar, adotou conjunto de critérios adicionais, tendo a vista propiciar maior equilíbrio aos ajustes realizados.

Em primeiro lugar, fixou os seguintes referenciais básicos: a) não impor quaisquer reduções em alocações de valor inferior a 5 milhões de reais; b) não efetuar, em qualquer hipótese, reduções de valor superior a 66%, ou seja, dois terços do valor alocado a dotações constantes do projeto de Lei Orçamentária, inclusive para o fim de atendimento às emendas de remanejamento; c) limitar as reduções a montante que não represente balanço negativo para nenhuma das Unidades da Federação, no confronto entre acréscimos e cancelamentos. Houve, portanto, o cuidado de que todas as Unidades da Federação pudessem ter ganho entre os cortes e as alocações das emendas de apropriação as bancadas.

No que se refere aos cancelamentos em investimentos (GND 4), sob o identificador de resultado primário 3 (RP 3), que é do PPI, e inversões financeiras (GND 5), optou-se por fazê-los incidir linearmente na proporção de 20% em todas as dotações de valor igual ou superior a 5 milhões.

No caso dos cancelamentos em dotações para investimento (GND 4), sob o identificador de resultado primário 2 (RP 2 - despesas discricionárias), a definição dos critérios foi orientada por esses dois princípios a seguir: a) não gravar as dotações associadas a empreendimentos específicos ou a Unidades Federativas em mais de 40%, considerando-se que essas dotações são as que melhor atendem aos interesses de bancadas e às necessidades da população em geral; b) concentrar os maiores cancelamentos em dotações de caráter nacional e regional, assim compensando tanto os cancelamentos que deixaram de ser feitos em dotações de valor inferior a 5 milhões de reais quanto a dotações preservadas em determinados casos.

Para fins da efetiva aplicação desses princípios, foram promovidos cancelamentos escalonados por faixas e diferenciados segundo a regionalização da dotação. Para Estados e localidades, os cancelamentos obedeceram à seguinte distribuição: nas dotações de 5 milhões a 19,9 milhões, reduções de 20%; nas de 20 milhões a 34,9 milhões, reduções de 25%; nas de 35 milhões a 49,9 milhões, reduções de 30%; nas de 50 milhões a 64,9 milhões, reduções de 35%; nas de valor superior a 65 milhões, reduções de 40%.

Para dotações em nível regional e nacional, a distribuição foi a seguinte: nas dotações de 5 milhões a 34,9 milhões, cancelamentos de 40%; nas de 35 milhões a 64,9 milhões, cancelamentos de até 50%; nas de valor superior a 65 milhões, cancelamentos de 60%.

Quanto às dotações indicadas para viabilizar as emendas de remanejamento, os critérios foram: a) no caso de investimento (GND 4) de RP 2, em dotação preservada de cancelamentos facultados a esta Relatoria Setorial, acolher reduções que gravassem no máximo 50% do valor alocado na fonte indicada; b) no caso de GND 4, de RP 3, reduções de até 20% do valor das dotações, por emenda atendida na Unidade da Federação; c) no caso de GNP 4, de RP 2, em dotações já reduzidas pela Relatoria, computados todos os cancelamentos, não exceder o limite de 66%, ou seja, dois terços nas reduções; d) no caso de outras despesas correntes, acolher reduções que gravassem, no máximo, em 20% os valores originalmente alocados, sendo esse percentual similar ao facultado ao Relator-Geral pelo item 42 do Parecer Preliminar.

Tendo em conta a amplitude das calamidades que se abateram sobre o Estado de Santa Catarina, em razão de fenômenos climáticos conhecidos por todos, fato que demandará esforços adicionais na recuperação da infra-estrutura em várias regiões daquele Estado, esta Relatoria optou por não impor quaisquer cancelamentos nas dotações previstas no PLO/2009 para execução nessa Unidade da Federação — no caso, pelo Ministério das Cidades —, além do atendimento integral aos pleitos formulados pela respectiva bancada de Santa Catarina.

Entendemos que a imposição de reduções maiores que essas, na programação de uma área temática que cuida de questões sensíveis e relevantes para a sociedade, como as relativas à habitação popular, ao saneamento, ao transporte urbano e à ordenação do uso do solo, seria contrária ao interesse de todas as Unidades Federativas, além de potencialmente danosa à ação institucional dos órgãos envolvidos.

Com isso, Sr. Presidente, nós estamos apresentando os critérios que nortearam os cortes. Procuramos preservar o que fosse mais importante, e preservamos integralmente as dotações alocadas ao sofrido Estado de Santa Catarina, diante da grave situação que vive aquela Unidade da Federação.

A Relatoria mobilizou cerca de 4 bilhões e 92 milhões de reais, montante inédito na Área Temática V, tendo em vista proporcionar o melhor atendimento possível às emendas de planejamento e desenvolvimento urbano.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Desse montante, 1 bilhão 830 milhões de reais provieram da Reserva de Recursos, parte destinada, entretanto, às emendas individuais e parte às emendas de bancada. Os demais recursos foram diretamente mobilizados pela Relatoria Setorial para complementar os atendimentos às emendas coletivas de bancada, que nós procuramos priorizar.

Dos recursos diretamente mobilizados pela Relatoria Setorial — chamo a atenção dos Srs. Parlamentares —, 2 bilhões 393 milhões de reais resultaram de cancelamentos propostos por esta Relatoria com base nas competências que lhe foram delegadas por força do Parecer Preliminar, ou seja, nós alocamos 2 bilhões 393 milhões, sendo 1 bilhão 885 milhões resultados de cancelamentos. O restante já foi da Reserva de Recursos.

Quanto às emendas de remanejamento, cujas alocações totalizaram 377 milhões, seus recursos resultaram do acatamento parcial ou total das propostas de cancelamento feitas por bancadas e Comissões em suas emendas de remanejamento.

Entramos nos critérios para as decisões acerca da distribuição dos recursos pelas bancadas e pelas emendas.

A Relatoria preocupou-se, igualmente, com o estabelecimento de critérios para decidir sobre as alocações às emendas coletivas afetas a esta área temática, principalmente as de autoria das bancadas estaduais. Para tanto, inspirou-se nas práticas adotadas nos últimos exercícios, com a clara consciência de que, dada a diversidade dos interesses das regiões e dos segmentos econômicos do nosso País, é praticamente impossível chegar-se a um conjunto de critérios que satisfaça todos os envolvidos na disputa pelos limitados recursos orçamentários. Entretanto, fizemos um esforço de critérios para criar, pelo menos, algo que fosse justo com todas as Unidades Federativas.

Ciente dessa responsabilidade na promoção da mais adequada alocação de recursos possível, observadas as restrições fixadas pelo Parecer Preliminar, a Relatoria Setorial optou por fazê-lo com base em critérios objetivos, que criassem e assegurassem resultados satisfatórios na distribuição desses recursos.

Na falta de orientações concretas nas normas regimentais, mas com suporte, repito, nas práticas legitimadas pela Comissão nos últimos exercícios, optamos pela seguinte combinação de critérios para a alocação dos recursos definidos para atendimento às emendas de apropriação de cada bancada estadual. Primeiro, 33% proporcionalmente ao número de emendas apresentadas na área temática, o que nós chamamos de critério da equidade. Segundo, 33% proporcionalmente ao inverso da renda *per capita* da unidade da federação, o que nós chamamos de critério redistributivo. Terceiro, 33% por cento proporcionalmente à população da unidade da federação, o que chamamos de critério distributivo.

Com isso, foi possível alcançar um valor médio às emendas coletivas — chamo a atenção dos Srs. Parlamentares — de 28 milhões, para dar atendimento à emenda coletiva de apropriação jamais inferior a 50% do valor médio, ou seja, não houve emenda nenhuma coletiva inferior a 14 milhões de reais, ressalvado se a emenda já tivesse valor inferior a esse, pois eu não poderia alterar para maior. Asseguramos o valor mínimo de 14 milhões, e o valor médio alcançado foi de 28 milhões de reais por emendas.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. SENADOR CÉSAR BORGES - Além disso, valorizamos as percepções sobre as diferenças que marcam as múltiplas realidades das diversas regiões do País, destinando cerca de 10% dos recursos disponíveis para tais ajustes. Para tanto, foram ouvidos, quando possível, representantes das bancadas. Quando isso não foi possível, a Relatoria efetuou alocações mais expressivas em empreendimentos de maior efeito estruturante ou de maior alcance social, inclusive, em certos casos, para evitar que a unidade federativa ficasse com resultado negativo em face dos critérios adotados para orientar o remanejamento de recursos. Essa foi, portanto, a preocupação: que sempre houvesse um resultado positivo para todas as bancadas.

São tais fatores que explicam ocasionais concessões na aplicação dos critérios, visto que, não [P41]fosse para ter em conta também esta perspectiva, deixaria de haver razão para as existências das Relatorias Setoriais: apenas faríamos um trabalho mecânico por qualquer *software*. Fizemos, então, uma flexibilização sobre esses critérios.

As alocações feitas às emendas de remanejamento, derivadas dos critérios gerais fixados pela Relatoria para imposição de corte nas dotações constantes do PLO, de 2009.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Das 84 emendas de apropriação apresentadas pelas bancadas estaduais, na Área Temática V, 82 emendas foram atendidas por esta Relatoria Setorial, restando inadmitidas duas emendas. As emendas admitidas implicaram solicitações no montante de 6 bilhões 184 milhões. conseguimos atender 2 bilhões 312 milhões, conforme detalhamento da tabela a seguir, que me vou furtar de ler, Estado por Estado. O valor das emendas, os Srs. Parlamentares podem conhecê-lo nessa tabela.

Nas emendas de apropriação de autoria das Comissões Permanentes, em nome de duas emendas, foram alocados 80 milhões de reais, sendo 40 milhões em cada uma dessas, as quais, conforme salientado anteriormente, destinam-se a uma mesma programação do Ministério das Cidades, ou seja, a ação "Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano — Nacional".

As três emendas de remanejamento das Comissões Permanentes tiveram o seu atendimento guiado pelos mesmos critérios indicados para as emendas dessa natureza, propostas pelas bancadas estaduais, importando em alocações no montante de 59,7 milhões, sendo 18,5 milhões na emenda de autoria da Comissão de Desenvolvimento Regional, do Senado Federal, e 41 milhões nas emendas da Comissão de Desenvolvimento Urbano, da Câmara dos Deputados.

Para efeito de atendimento às determinações contidas no § 2º do art. 10, do PPA, e as orientações do Comitê de Admissibilidade de Emenda, a Relatoria Setorial deparou-se com a necessidade de promover a criação de 14 novas ações orçamentárias, as quais se acham discriminadas em anexo ao relatório.

Sr. Presidente, para finalizar, esta Relatoria Setorial tomou a ousadia de fazer uma proposta, uma recomendação a esta Comissão.

A Relatoria Setorial, no desenvolvimento de suas atividades, defrontou-se com algumas situações que gostaria de registrar neste momento perante esta Comissão, para que esta, em sua condição de órgão constitucional, possa estabelecer, se possível, as providências cabíveis.

Nesse sentido, merecem destaques as seguintes recomendações: a) que a Relatoria-Geral reforce, junto à Presidência da Comissão Mista de Orçamento e às Lideranças partidárias — e peço a atenção do Relator-Geral, pois essas são recomendações, *data venia*, deste Relator Setorial — de ambas as Casas do Parlamento, a necessidade de urgente revisão nas normas que orientam a apreciação de matérias orçamentárias. Isso se tornou imperativo pela complexidade que vem assumindo esse processo, repleto de normas burocráticas e de exceções, as quais, de precário alcance prático, não só dificultam os trabalhos, mas principalmente cerceiam o poder de iniciativa de que se acha investido o Poder Legislativo para formular as políticas públicas — enquanto o Poder Executivo pode fazê-lo de forma livre, ao seu talante, nós nos autolimitamos. b) que a Relatoria-Geral, no âmbito de suas apreciações e disponibilidades de recursos, reveja as alocações feitas às emendas coletivas, sobretudo em relação às proposições contempladas com valores menores e/ou inferiores à média das alocações — o que se deu em consequência da aplicação dos critérios definidos pela Relatoria Setorial e da limitação dos recursos disponíveis para os atendimentos — com vistas a complementar os recursos nos projetos de maior alcance social ou econômico.

Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral, face ao exposto, concluo o relatório pela aprovação do PLN nº 38, de 2008, do Congresso Nacional, na forma da Mensagem nº 113, de 2008, do Congresso Nacional, relativamente aos órgãos orçamentários afetos a esta área temática, isto é, ao Ministério das Cidades e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com as alterações derivadas das emendas aprovadas por esta Relatoria Setorial, conforme discriminado nos anexos. Além disso, indicamos, na forma regimental, as Emendas nºs 7113.0010 e 7128.0015 para serem declaradas inadmitidas pela Presidência da Comissão.

Este é o relato e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Está iniciada a discussão.

Passo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, o nosso Relator-Geral.

cumprimento o Senador César Borges pelo brilhantismo do seu trabalho.

O SR. SENADOR CÉSAR BORGES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL - Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Senador César Borges pelo relatório. S.Exa. é sempre competente e preciso nas suas observações, e pontualíssimo com todos os seus compromissos, na qualidade de grande Parlamentar da Bahia, Governador, Presidente da Assembléia, com um currículo político e pessoal exemplar.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de fazer um registro com relação à Resolução nº 1, do Congresso Nacional, que o Senador César Borges citou muito bem.

Todos entendemos que essa resolução foi feita num momento especial, momento difícil para a Comissão de Orçamento. Porém, ao longo dos trabalhos desta Comissão, ficou muito claro que precisamos rever alguns pontos dessa resolução. Portanto, quando for apresentado o relatório final do Orçamento de 2009, com certeza, Senador César Borges, conversando com os Relatores Setoriais, com todas as bancadas e com os integrantes da Comissão de Orçamento, faremos as sugestões propostas, a serem aprovadas, compatíveis com a experiência que todos vivenciamos.

Entendo o momento em que essa resolução foi aprovada, e respeito a decisão tomada quando da aprovação da Resolução nº 1. Contudo, em função de uma fratura no dedo, engessaram o braço. A meu ver, devemos rever pontos dessa resolução, no sentido de aperfeiçoá-la para quem trabalhará a partir do próximo ano na Comissão de Orçamento.

Quero registrar também, Sr. Presidente, o trabalho feito pelos Relatores Setoriais. Praticamente temos sete relatórios entregues, lidos e aprovados. Hoje, temos ainda outros relatórios a apreciar na Comissão de Orçamento. Espero que venhamos a analisar os outros três relatórios que ainda tramitam junto às Consultorias do Senado e da Câmara, mais especificamente o relatório da infra-estrutura, o relatório da integração e do meio ambiente e o relatório da saúde. Sr. Presidente, dentro do cronograma estabelecido, esses relatórios já se encontram atrasados.

Iremos trabalhar, junto com a Consultoria do Senado e da Câmara, para tentar recuperar esse tempo, mas deixo muito clara a minha preocupação com o prazo exíguo de que dispomos para discutir o relatório final do Orçamento de 2009, com todas as suas conseqüências.

Registro a minha preocupação no que se refere aos destaques. Temos um Orçamento difícil de ser cumprido, pois realiza-se num momento de crise. O Governo apresentou números revisados, que levarão a uma reavaliação de receitas. Reafirmo, portanto, para que depois ninguém diga que eu não disse isto, a minha preocupação com relação à aprovação final do Orçamento de 2009 ainda este ano, em função dos atrasados já verificados com relação aos relatórios setoriais; em função dos destaques, que serão inúmeros, conforme prevejo; e em função do ambiente em que vamos discutir esse Orçamento, permeado por uma crise sem precedentes que, não tenho dúvida nenhuma, atingirá de uma maneira colateral o Brasil. Portanto, quero deixar claro isso.

O Orçamento tem limite, o cobertor é curto. Se há expectativa de atendimento dos destaques que estão sendo apresentados, digo muito sinceramente que a preocupação maior hoje está no corte, e não no acréscimo. Portanto, é importante registrar essa questão.

Aproveito para solicitar algo ao Deputado Gilmar Machado, pois estou preocupado — e prevejo isto — com as conseqüências das emendas deste ano, porque as orientações inicialmente dadas eram no sentido de que cumpriríamos, ao longo deste ano, os procedimentos adotados em anos anteriores. Agora já há uma limitação com relação ao novo sistema a ser adotado — e julgo-o procedente, porque facilitará muito as coisas, mas no momento atual vai criar muitas dificuldades para as bancadas.

Por esse motivo, é importante que o posicionamento da Liderança do Governo seja muito bem delineado, esclarecido e, mais do que nunca, sinalizado pelos Ministérios do Governo Federal, porque já prevejo que, em função dessas coisas meio duvidosas que pairam no ar com relação às emendas de 2008, teremos problemas nas votações na Comissão de Orçamento e no Congresso Nacional.

O motivo destas palavras é manifestar as preocupações que vão permear essa reta final do Orçamento de 2009. Eu não poderia ficar quieto, por isso posiciono V.Exas. das dificuldades que teremos pela frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Senador Delcídio Amaral as palavras extremamente importantes. V.Exa. reafirma o que esta Presidência tem dito e o que foi dito pelo Deputado José Carlos Aleluia.

Este Orçamento é muito mais real do que se pensa, pois não existe recurso. Vejo emendas de 60 serem atendidas com 5, e há a expectativa de ser atendida com 40, com 30, com 20. Não vai existir recurso para atender à demanda.

Teremos a próxima semana para reuniões com as bancadas, para fazer as articulações necessárias.

As palavras do nosso Relator foram extremamente apropriadas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Gilmar Machado, existe um compromisso assumido por V.Exa. na Comissão — e V.Exa. tem sido extraordinário na sua tarefa — [p42]de [P43]que o sistema novo implantado pelo Governo aconteça a partir de 2009, e não no final de 2008, quando será a data do empenho do recurso para as prefeituras.

Para quem não entende, pode achar que a Comissão ou que os Deputados estão satisfeitos, com sempre, com o pagamento de suas emendas. Não é verdade, porque em princípio eu posso entender que, casualmente, essa exigência por parte do Governo chegue em dezembro para que, mais uma vez, não sejam cumpridas as exigências com os Municípios e os Estados brasileiros. É isso o que se passa. Tenho certeza de que V.Exa. está atento a isso.

Para sua manifestação, posso a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, quero deixar mais uma vez registrado — teremos sessão no Congresso Nacional marcada para amanhã às 16h — que, se até amanhã, não tivermos uma posição clara do Ministério do Planejamento, que já nos assegurou que o procedimento deste ano seria um e que, a partir do ano que vem, seria o novo sistema. Se isso não se processar, não haverá sessão do Congresso até que haja uma saída que realmente resolva o problema, já que entendemos e sabemos que alguns prefeitos perderam a eleição e estão dificultando para os novos o preenchimento. Se eles não preencherem, vão começar o seu mandato com uma perda. Temos o compromisso de equacionar esse caso. A Senadora Roseana está trabalhando nisso. Se até amanhã não tivermos uma solução clara, vamos suspender a reunião do Congresso e o Governo vai definir o que ele quer para o final do ano.

Mas podem ter certeza de que o nosso compromisso é equacionar essa questão com todos os Líderes, conforme assumimos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Gilmar, quero apenas lembrar aos demais Líderes, porque vejo que muitos chegaram, que ao fim da sessão teremos uma reunião com o Relator-Geral para encaminhar o processo de votação das próximas semanas nesta Comissão e as tratativas com as bancadas.

Continua em discussão o relatório do Senador César Borges. Depois da votação deste relatório, iremos discutir o relatório do Deputado Bruno Araújo.

Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar o Senador César Borges por seu relatório criterioso, que diz quem é o Senador César Borges, que demonstra, assim como nos cargos que ocupou no nosso Estado e aqui no Senado, o zelo, o espírito público e sobretudo a sua criatividade e a sua competência em conciliar os interesses e diminuir os conflitos dentro de um orçamento que, como disse bem V.Exa. e o ilustre Relator, é um cobertor curto de recursos para atender às demandas, que são inúmeras, de todos os Estados, de todas as bancadas.

Preocupa-me muito o que disse o Relator, Senador Delcídio Amaral, no que diz respeito ao não-cumprimento do cronograma dos trabalhos desta Comissão ao votar o Orçamento ainda neste exercício.

Esta Comissão teve um mérito muito grande de até o momento ter cumprido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É bom abraçar, é bom falar, é bom apertar a mão; estou vendo tudo isso aqui. Mas é bom ouvir o que está sendo dito. Depois, o Presidente é xingado, porque não foi feito um destaque no momento adequado. Mas as pessoas têm de ouvir para encaminhar. Estamos discutindo o relatório do Senador César Borges. Por favor!

O Deputado José Rocha está com a palavra.

Lembro que está aberta ainda a apresentação de destaques ao relatório, e tão logo encerrada a discussão, encerra-se a apresentação de destaque e eu passarei ao outro relatório. Depois, então deliberaremos se são precedidos os destaques ao relatório do Senador César Borges.

Está inscrito o Deputado Aleluia.

Deputado José Rocha, para concluir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Dizia eu da minha preocupação de [p44]não votarmos o Orçamento até o final deste exercício. Esta Comissão inovou muito em relação às Comissões anteriores, no sentido de fazer cumprir um cronograma, que vem sendo cumprido, para, no final, não perdermos esse *time* de aprovar o Orçamento.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Temos que envidar todos os esforços no sentido de que esses 3 relatórios setoriais, ainda pendentes de conclusão, possam ser concluídos e que possamos, Presidente, votá-los. E as outras questões, a da crise e a que está diretamente levantada para que o Deputado Gilmar Machado resolva junto à área econômica, eu acho que podem ser resolvidas a tempo, e essas preocupações não afetem ou interfiram na votação final da nossa Peça Orçamentária, a lei maior do nosso País.

Portanto, eu apelo para envidarmos todos os esforços nesse sentido, a fim de que, ao final deste exercício, nós apresentemos à Nação a sua peça maior, o Orçamento para o próximo ano.

Parabéns, Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tenho certeza de que não faltará competência, talento e dedicação aos servidores desta Comissão, inclusive aos Deputados, para cumprirem com sua missão.

Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. tem a palavra, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu quero saudar o meu companheiro, Senador César Borges. Realmente, V.Exa. honra o mandato que a Bahia lhe confiou.

Quero apenas fazer uma observação: na Bahia está-se configurando na área que V.Exa. relata, desenvolvimento urbano, uma ação que me parece extremamente fora das normas e, portanto, ilegal, suspeita, com relação aos programas habitacionais.

Pela primeira vez na história os partidos da base do Governo inventaram uma forma para que os programas habitacionais na Bahia, de baixa renda, fossem feitos sem licitação. Eu não sei se V.Exa. tem conhecimento. Estou entrando com representação junto à própria CGU — espero ela tome alguma atitude e não fique só fiscalizando municípios. Mas estou também entrando com representação no Ministério Público Federal, porque é dinheiro federal, e no Ministério Público Estadual.

A manobra, Sr. Presidente, é a seguinte: o dinheiro é repassado diretamente ao beneficiário, ao pobre, ou seja, assina um contrato com o pobre, o detentor da Casa, e obriga esse cidadão a assinar um contrato com a construtora escolhida pelos sabidos. E, pasmem, é uma associação dos 3 Estados Sul, ou seja, do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, que está realizando uma parte substancial dos empreendimentos, coordenando. Ela não põe a mão no dinheiro. Certamente, só põe a mão na propina, porque o dinheiro... A mão na propina. O dinheiro é passado... O negócio é tão engenhoso, dividiram entre 2 partidos... O mais grave: envolve um partido de grande reputação, o PCdoB. Eu tenho certeza de que vou também sensibilizar a direção do partido, porque o que ele está fazendo na Bahia mancha o seu nome.

Sei que isso não tem nada a ver com o relatório do Senador César Borges, mas eu proporei à Comissão uma fiscalização especial, pedir ao Tribunal de Contas que faça auditoria especial. Dinheiro público não pode ser aplicado sem licitação. Eu mandarei oficialmente ao Presidente da Comissão um pedido para solicitarmos ao Tribunal de Contas da União auditoria especial, porque o que está acontecendo na Bahia, na [P45]área de habitação de baixa renda, é uma vergonha.

Mas quero saudar o relatório do Senador César Borges, que nada tem a ver com isso. Mas isso mostra que, nesse Ministério das Cidades, há muita coisa do submundo das cidades. E o Ministro tem de se justificar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pela ordem, Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, o Deputado José Carlos Aleluia faz uma acusação grave. Quero dizer que o Governo da Bahia não tem nenhuma dificuldade em apresentar todas as informações necessárias. Dispensas de licitações foram feitas por todos os Governos na Bahia. Não temos nenhuma dificuldade, Sr. Presidente, em enfrentar qualquer tipo de alusão ou de suspeição.

De qualquer forma, o Governo da Bahia assegura aqui, em nome do Governador Wagner, com quem conversei há pouco tempo, que não terá e não tem nenhuma dificuldade em prestar todas as informações necessárias. Teremos também o cuidado de verificar nos governos patrocinados e apoiados pelo Governo Aleluia todas as formas de condução realizadas de maneira absolutamente próprias, conquanto haja base nas dispensas de licitações.

Portanto, o Governo da Bahia não tem nenhum receio. Aceitamos qualquer tipo de investigação, Sr. Presidente.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado José Carlos Aleluia, V.Exa. encaminha o requerimento, para que eu possa encaminhar ao Senador Marconi, Presidente do Comitê?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não quero polemizar. Quero apenas pedir ao meu companheiro e amigo, Colbert Martins, que leia primeiro as denúncias para depois defender. Não estou envolvendo o nome do Governador Wagner e muito menos o de V.Exa. Mas há irregularidades flagrantes montadas. É uma montagem! V.Exa. é um homem de bem, e não concordará com isso. V.Exa. é político, sabe que há um candidato por antecipação e já fala em até ser candidato a Senador com esse dinheiro do programa habitacional. Nós temos de denunciar! Aliás, é um dever do político denunciar quando há roubalheira em seu Estado, na União e no dinheiro público.

Tenho certeza de que V.Exa. e o Governador Wagner, quando souberem disso — espero, pelo menos —, vão tomar uma atitude. *(O som é interrompido devido a celular.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Há celular ligado.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Respeito V.Exa. tanto quanto V.Exa. me respeita. Não temos nenhuma dificuldade em abrir qualquer tipo de conta. O Governo da Bahia não tem nada a esconder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O Deputado Bruno Araújo é o próximo. Gostaria que o localizassem, porque, em seguida, ele fará a leitura do seu relatório.

Conforme os senhores podem observar, há 2 plaquinhas: uma dizendo que é proibido fumar; outra, que é proibido telefone celular. Antes era ridículo uma plaquinha proibindo fumar, porque ninguém cumpria. Hoje ela já é respeitada. A lei é feita pela sociedade. Ela vai sendo assumida pela sociedade. Já está na hora de começarmos a assumir também o telefone celular, respeitar a lei, porque fica uma coisa maravilhosa! As nossas sessões sendo televisionadas, a sociedade observando, mas o celular, que é proibido, atrapalhando o andamento dos trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Srs. Senadores, queremos saudar o Senador César Borges, até porque é digna de destaque a sua sensibilidade, principalmente no momento em que acatou todas as emendas, as propostas da Bancada de Santa Catarina. A sensibilidade e a responsabilidade de V.Exa. dentro do pacto federativo, que todos conhecemos, fazem com que sejamos solidários. Acreditamos que não haverá nenhum debate contraditório nessa posição de V.Exa. neste momento em que a população de Santa Catarina precisa do apoio desta Casa Legislativa.

Também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo, não estou conseguindo entender o que V.Exa. está dizendo.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Estou dizendo que é digno de destaque o posicionamento do Senador César Borges no momento em que acatou integralmente as emendas de bancada de Santa Catarina. Com certeza, esta Comissão também será solidária na aprovação integral dessas emendas, para que possamos, dentro do pacto federativo, ter essa co-responsabilidade neste momento em que Santa Catarina necessita do apoio desta Casa Legislativa.

Gostaria também de louvar, através do Sr. Sanches, que é da Consultoria, todos esses critérios adotados, de equidade, de redistribuição, porque fizeram com que fosse observada a questão distributiva, a questão regional. Isso dá a todos nós desta Comissão de Orçamento a clareza dos procedimentos que foram adotados para que fosse repartido o bolo.

É claro, como disse o Senador Delcídio Amaral, que o [p46]cobertor é curto. Mas mesmo em orçamento de cobertor curto, V.Exa., com sua experiência política e também com sua sensibilidade técnica, acatou várias dessas emendas, fazendo com que possamos até redirecionar os investimentos regionais neste País tão desigual, em que o Nordeste tem as suas dificuldades também orçamentárias.

Saúdo o Senador César Borges e parabeno todos os técnicos que o apoiaram nessa sua Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Obrigado, Deputado Raimundo.

Concedo a palavra ao Deputado Lázaro Botelho.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Também quero parabenizar o Senador César Borges pela sensibilidade e pelo critério que teve em seu relatório, conseguindo atender a todas as emendas, dentro das



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

possibilidades dos recursos, e também por sua sensibilidade com Santa Catarina ao não cortar recursos, porque o Estado se encontra em difícil situação.

Deixando de fora a briga dos baianos, com referência à prestação de contas, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. é inteligente. Perfeito.

Não havendo mais inscritos, está encerrada a discussão e, assim como a discussão, o prazo para destaques.

Passo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. SENADOR CÉSAR BORGES - Sr. Presidente, quero apenas agradecer a esta Comissão o apoio que sempre recebi, na pessoa de V.Exa. Parabenizo o Relator-Geral pelo trabalho, pois S.Exa. soube dar todo o balizamento para o trabalho dos relatores setoriais. Foi muito importante o relatório preliminar e, posteriormente, as orientações do Relator-Geral, Senador Delcídio Amaral.

Agradeço muito à Consultoria, órgão desta Casa extremamente eficiente, pelo trabalho. Refiro-me a toda a Consultoria, mas especialmente ao Sanches e ao Fernando, que nos auxiliaram nesse trabalho.

O que permeou nosso trabalho foi o cuidado, em primeiro lugar, de fazer o corte seletivo, criterioso e, em segundo lugar, fazer uma distribuição o mais equitativa, redistributiva, distributiva e justa. E, no final, no balanço, que as bancadas de todos os Estados tivessem saldo positivo entre os cortes e aquilo que foi alocado.

Conseguimos alocar recursos no valor de 2 bilhões e 300 milhões de reais. Volto a repetir: um valor médio de emenda acatada e aproveitada de 28 milhões de reais. Não acatamos nenhum valor inferior a 14 milhões de reais. Então, eu acho que isso foi um fator inédito e que, se não contempla em 100% as bancadas, sem sombra de dúvida foi feito um esforço muito grande e foi contemplada pelo menos boa parte da pretensão dos componentes das diversas bancadas das Unidades Federativas.

Quanto à colocação do Deputado Aleluia, não tivemos emenda da Bahia com relação a habitação. As alocações com relação à melhoria de condições de habitabilidade provenientes do orçamento proposto pelo Executivo estão discriminadas apenas por região e não por Estado. Para a Região Nordeste há, sim, apoio à melhoria de condições de habitabilidade, mas não de forma específica para o Estado da Bahia.

Sr. Presidente, agradeço a todos que participaram e, aos Parlamentares, a compreensão, pois, parece-me, acataram nosso relato sem destaques. E agradeço mais uma vez a V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Senador César Borges, V.Exa. foi brilhante.

Temos 41 destaques ao relatório do Senador César Borges.

Agora, vamos passar à votação do relatório.

Nos termos do parágrafo único do art. 25, da Resolução nº 1, de 2006, alterado pela Resolução nº 3, de 2008, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais e de relator-geral, tendo em vista já ter havido manifestação quanto às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O relatório setorial da Área Temática V — Remanejamento e Desenvolvimento Urbano está em votação, ressalvados os 41 destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Meus cumprimentos ao Senador César Borges pelo brilhante trabalho.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Convido a comparecer à Mesa o nosso Deputado Bruno Araújo, Relator Setorial da Área Temática IV — Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte.

Vou repetir. Temos 27 destaques para votar. Hoje, vamos votar continuamente: temos 27 destaques na área temática do Deputado Dilceu Sperafico e 42 destaques na do Senador César Borges.

Estamos inserindo esses destaques no sistema de processamento.

Os relatores vão começar a trabalhar imediatamente. Vamos ouvir o Senador... o Deputado Bruno Araújo; Senador no futuro. Depois, passaremos à análise dos destaques das áreas do Deputado Dilceu e do Senador César Borges. Quero concluir a sessão de hoje ouvindo o relatório, quem sabe, da área de Saúde e Integração, para, amanhã, apreciarmos os relatórios da Integração, da Infra-Estrutura e das Cidades, com as respectivas emendas, cessando assim a parte dos relatórios setoriais e podendo, na semana que vem, repito, ter contato com cada coordenação de bancada e avançarmos na negociação do relatório geral, que deverá ser lido, se Deus quiser, na próxima quinta-feira.

Com a palavra o Deputado Bruno Araújo.

Vi o Senador Marconi Perillo por aqui. *(Pausa.)*

Senador Marconi, V.Exa. poderia ocupar a Presidência um pouquinho? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com prazer que relato a Área Temática IV — Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte.

Procurarei ser o mais conciso, apresentando as informações mais objetivas e relevantes para apreciação desse relatório.

"Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional..."

O SR. PRESIDENTE (Senador Marconi Perillo) - Deputado Bruno, por gentileza.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Marconi Perillo) - V.Exa. já está apresentando o relatório, mas não abriu o prazo para apresentação de destaques. *(Pausa.)*

Aliás, o Presidente não abriu o prazo. Gostaria, então, no exercício da Presidência, de abrir o prazo para apresentação de destaques ao relatório que está sendo apresentado por V.Exa.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Cumprimento o Senador Marconi Perillo e dou continuidade à leitura.

"...por meio da Mensagem nº 113, e do respectivo projeto de lei orçamentária..."

Após designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube a esta Relatoria a honrosa missão de analisar e relatar a proposta orçamentária da Área Temática IV, composta pelos seguintes órgãos: Ministérios da Ciência e Tecnologia; da Educação; da Cultura e do Esporte."

Passamos a tratar do capítulo 4.

"4 - Das emendas apresentadas

À programação dos Ministérios que integram esta área temática foram apresentadas 2.152 emendas, sendo 2.069 individuais e 83 coletivas. Após análise inicial, algumas emendas individuais foram transferidas para outros setores e algumas foram recebidas. Os quadros apresentados a seguir relacionam essas transferências.

Das 83 emendas coletivas, 68 foram apresentadas por bancadas estaduais (64 de apropriação e 4 de remanejamento) e 15 (de apropriação) por comissões permanentes, sendo 6 por comissões do Senado Federal e 9 por comissões da Câmara dos Deputados.

Conforme consta do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas aprovado por esta Comissão em 27 de novembro, as Emendas de nºs 71120001, da Bancada do Mato Grosso, e 71060007, da Bancada da Bahia, foram declaradas inadmitidas.

Assim, após [P47]as transferências das emendas entre os setores e retiradas pelos autores as inadmissões, foram apreciadas por esta área temática 2.156 emendas, sendo 2.075 individuais e 81 coletivas.

4.1 Dos recursos para os atendimentos das emendas.

Para o atendimento das emendas individuais apresentadas no setor foram utilizados recursos reservados para essa finalidade, conforme o disposto no item 28.1, do parecer preliminar.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para atender às emendas coletivas, esta Relatoria utilizou os recursos transferidos, conforme previsto no item 29.2, do parecer preliminar, no montante de 465 milhões e 600 mil reais. Além disso, foi necessário efetuar cancelamentos parciais de algumas dotações consignadas a investimentos de órgãos integrantes desta área temática, observadas as disposições do parecer preliminar. Após criteriosa análise das programações das unidades orçamentárias, optamos por remanejar 287 milhões. Nota-se que esse valor situa-se bem abaixo do que autoriza o parecer preliminar.

Os dados sobre o número e o valor das emendas coletivas e individuais propostas e aprovadas estão demonstradas na tabela 24, apresentada a seguir”, para que V.Exas. tenham cópia do relatório.

É importante deixar claro, e tivemos a oportunidade de dividir isso com o Relator-Geral, que, dos 287 milhões efetivamente remanejados, foi preservado integralmente todo o orçamento do Ministério da Cultura, do Ministério do Esporte, do Ministério de Ciência e Tecnologia e, numa discussão muito transparente, foi dada ao Ministério da Educação a possibilidade de, conosco e com a competente nossa assessoria, na Comissão Mista de Orçamento, discutirmos os critérios e eventualmente darem opiniões sobre em que setores poderia haver esse remanejamento.

É importante lembrar que quase tudo desses 40 milhões foi efetivamente cortado de dotação, solicitada pelo próprio Ministério, exposição de motivo feita pelo Ministério da Educação. Bem como é importante lembrar que 100% desses recursos são efetivamente remanejamento; ou seja, não há corte direto, mas, sim a repriorização desses valores.

Esse é um registro importante pela importância e sensibilidade da área, que é a área de educação, lembrando que esse remanejamento é um tamanho muito menor do que efetivamente autorizado pela resolução e pelas regras da Comissão.

Dos atendimentos às emendas individuais.

“As emendas individuais apresentadas nesta Área Temática têm por objetivo, em grande parte, reforçar dotações para fomentar a elaboração e a implantação de projetos de inclusão digital; apoiar pesquisas para o desenvolvimento social; apoiar a implantação de centros vocacionais tecnológicos; modernizar e recuperar a infraestrutura física das instituições federais de ensino superior; apoiar entidades de ensino superior não-federais; fornecer instrumental para ensino e pesquisa às instituições federais de ensino superior; modernizar a infraestrutura física das instituições federais de educação tecnológica; fomentar projetos de arte e cultura; instalar espaços culturais; ampliar e modernizar a infraestrutura para o esporte recreativo e de lazer; e ampliar a infraestrutura para o esporte educacional. Todas as emendas individuais foram atendidas integralmente.

Na análise das emendas coletivas — comissões e bancadas estaduais —, procurou-se, primeiramente, verificar o atendimento às normas legais e regimentais.

Na apreciação das emendas de bancada, adotou-se um critério que atendesse de forma mais homogênea possível as bancadas e se considerassem as diferenças existentes entre as Unidades da Federação.

Desta forma, a distribuição dos recursos entre as emendas levou em conta a população e o inverso da renda *per capita* de cada Unidade Federada, bem como o mérito de cada proposição”.

Portanto, essas são informações do relatório, Sr. Presidente.

É o relatório apresentado.

“Diante do exposto, submeto a este Colegiado a aprovação do Projeto de Lei nº 38/08-CN, na forma da Mensagem nº 113/08-CN, relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática IV, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas”.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Marconi Perillo) - Esta Presidência agradece ao Deputado Bruno Araújo, Relator Setorial, pelo trabalho realizado ao longo dessas últimas semanas e especialmente pela qualidade do relatório que acaba de apresentar.

Está encerrada a apresentação de destaques e iniciada a discussão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, V.Exa. vai abrir prazo para apresentação de destaque?

O SR. PRESIDENTE (Senador Marconi Perillo) - Pode apresentar à Secretaria, por gentileza, Sr. Deputado?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Nós já o apresentamos; quero defendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Marconi Perillo) - Pois não. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Destaque nº 5.

Primeiro quero homenagear o trabalho do Relator e dizer que os critérios que S.Exa., Deputado Bruno, nos apresenta são equânimes e, como tais, têm que ser respeitados.

Quero fazer uma ponderação ao Deputado Bruno Araújo, no sentido de que a emenda que estamos destacando, uma emenda de bancada que trata da questão da iluminação, ou seja, da banda larga no Estado do Rio Grande do Norte, por fibra ótica e por rádio, havia sido colocada originalmente em 50 milhões e foi reduzida para 6 milhões e meio. Os 6 milhões e meio não são suficientes, Deputado, para se fazer a estrutura física necessária para o início do trabalho no Estado. Mesmo que tenhamos uma quantia menor, que sei que realmente é impossível se conseguir atender a todas as expectativas, precisamos de um mínimo para estabelecer a estrutura embrionária inicial e, a partir daí, mais um percentual para conseguir atender a uma área qualquer do Estado do Rio Grande do Norte, mesmo que não seja total.

Essa emenda leva em consideração não só a questão da conectividade do Estado como um todo, mas o estabelecimento do que convencionamos chamar de governo eletrônico, desde a questão de ferramentas importantes para que o Governo possa dar um melhor gerenciamento ao Estado, na questão de planejamento, de saúde, de segurança pública, e também, de maneira igualmente importante, fazer-se o trabalho de ensino à distância. O nosso Estado tem grave deficiência na questão educacional, principalmente nas escolas de ensino médio e, nas escolas de ensino médio, não temos um grande número de professores de Matemática, Física, Química e Biologia. O nosso déficit chega a quase 50%. Há um prejuízo evidente na formação dos nossos alunos do ensino médio e evidentemente na nossa formação de mão-de-obra, e esse projeto viria a sanar e a melhorar a situação do Estado na área educacional e também na cobertura tecnológica.

Por isso, fizemos o destaque e pedimos a compreensão do Relator para melhor um pouco a situação original.

O SR. PRESIDENTE (Senador Marconi Perillo) - Com a palavra o ilustre Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas quero ressaltar o trabalho do Deputado Bruno e, ao mesmo tempo, dizer que fico feliz, porque estamos começando a fazer cumprir um fundo que era o nosso grande gargalo, que é o FUNDEB.

Sempre tivemos problemas no antigo FUNDEF e agora estamos vendo exatamente o acerto que está sendo feito para o cumprimento dos recursos para o FUNDEB, que é, para mim, o grande fundo que hoje assegura a expansão da educação básica no Brasil. Nós hoje não estamos mais fazendo aquele processo de não-complementação. Ao garantir o FUNDEB, temos a condição de garantir o piso salarial, que é o grande debate que está sendo feito. Hoje é a grande marcha dos trabalhadores da educação a Brasília, para que o Supremo referende aquilo que já votamos, a Câmara e o Senado, que é exatamente o piso salarial de 950 reais.

Vários Governadores ficam questionando pagar 950 reais de piso para um professor. Se nós queremos de fato um desenvolvimento deste País, precisamos disso, e o FUNDEB garante que a União vai ajudar os Estados e os Municípios que não conseguem pagar; ela vai complementar, e o dinheiro já está aqui, assegurado.

Quero cumprimentar V.Exa. por assegurar e garantir esse processo e espero que possamos, durante o debate dos [P48]destaques, se V.Exa. tiver alguma coisa, para que possamos manter na área da educação o programa Caminho da Escola, ampliar o projeto com recursos para o transporte escolar e também para a construção de escolas infantis, que é hoje o grande gargalo das Prefeituras.

Quero cumprimentar V.Exa. nesse aspecto e dizer que a cultura foi valorizada. Os Pontos de Cultura, um trabalho fundamental do Ministério da Cultura, foi assegurado e não houve corte na área da Fundação Palmares, que é a responsável pelo desenvolvimento cultural nas atividades de afrodescendentes.

Como afrodescendente, cumprimento V.Exa. por ter preservado dos cortes a Fundação Cultural Palmares que vai poder continuar desenvolvendo o seu trabalho. Portanto, vai diminuir os problemas do nosso Relator. É uma área, Sr. Relator, a que V.Exa. vai chegar sem tantos transtornos, porque é importante tentarmos, nos setoriais, diminuir os problemas para o Relator-Geral.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero cumprimentá-lo e dizer que votamos favoravelmente. Acho que estamos no caminho certo, da expansão da educação, desde a educação infantil à educação fundamental e média, e também a nossa expansão universitária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Marconi Perillo) - Com a palavra o ilustre Deputado Valadares Filho.

O SR. DEPUTADO VALADARES FILHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria também cumprimentar o nosso Relator, Deputado Bruno Araújo. Sei que os critérios utilizados por V.Exa. foram os mais justos possíveis, mas em relação à nossa bancada, com a implementação e modernização, em âmbito de estrutura para esporte recreativo e de lazer do Estádio Lourival Baptista, nosso Batistão, apresentamos o Destaque nº 9, ao qual peço a V.Exa. a análise. Sei das limitações, mas que possa ser uma sugestão colocada por mim das condições do nosso estádio, porque, sem dúvida, dá para levar um benefício muito grande ao desporto do Estado de Sergipe.

Inicialmente a nossa proposta era de 19 milhões; foi aprovada por V.Exa. a quantia de 6 milhões. Sei dos critérios utilizados, foi explicado pessoalmente a mim por V.Exa. Mas que V.Exa. fosse o mais generoso possível com a minha sugestão neste destaque. Tenho certeza absoluta de que o trabalho feito por V.Exa. será agraciado por isso e o nosso Estado estará muito grato, porque teremos condições de, na Copa de 2014, sediar uma seleção. Esse estádio reformado, de forma que possa receber muito bem os nossos atletas, será muito benéfico para o desporto sergipano.

Peço a V.Exa. que analise da forma mais justa possível, como sempre foi feito pelo ilustre Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Marconi Perillo) - Com a palavra o ilustre Deputado Rômulo Gouveia.

O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, apresentei a emenda da bancada da Paraíba em relação à inclusão digital. É um projeto amplo que visa a consolidar a inclusão digital e está dentro do programa do Ministério. Apresentei inicialmente uma emenda de 80 milhões, que o Sr. Relator reduziu para 12, e estou apresentando destaque para acrescentar mais 30 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Marconi Perillo) - Com a palavra o ilustre Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero parabenizar pelo relatório o Deputado Bruno Araújo e por ter sido bastante atencioso com todos os Parlamentares no sentido de discutir o seu relatório.

Voltaremos no momento adequado para discutir os destaques, mas quero apenas alertar e chamar a atenção do Deputado Bruno Araújo para a emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, uma emenda que historicamente há muitos anos a Comissão apresenta, que se refere à formação de recursos humanos via bolsas de estudos do CNPq. E há uma tradição, já de muitos anos, de que o valor final dessa emenda fique em torno de 50 milhões de reais.

É claro que o relator setorial não tem possibilidade de chegar a tanto, mas o valor definido no relatório setorial ficou [p49]muito distante disso, ficou em apenas 2 milhões de reais. Isso é de extrema importância, porque estamos falando de formação de recursos humanos, bolsas de doutorado, bolsas de mestrado em várias áreas do conhecimento humano, nas fronteiras de conhecimento, a partir das prioridades definidas pela política industrial brasileira.

Dessa forma, gostaria de já chamar a atenção do nobre Relator para essa questão. Ao mesmo tempo, também chamo a atenção do Relator para emenda da bancada do Distrito Federal relativa às escolas técnicas federais. Esse é um sonho do Distrito Federal. Temos a previsão de 5 centros de ensino profissional e tecnológico no Distrito Federal, um na cidade de Planaltina, outro no Plano Piloto, outro no Gama, um na Ceilândia e outro em Samambaia. O valor destinado a essa emenda está bastante aquém das expectativas da bancada do Distrito Federal, de 6 milhões. Há um destaque feito pelo coordenador da bancada.

Gostaria de uma atenção especial do nosso nobre Relator para o pleito da Comissão de Ciência e Tecnologia e para o pleito da bancada do Distrito Federal.

Mais uma vez cumprimento V.Exa. pelo excelente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Marconi Perillo) - Com a palavra o ilustre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, quero saudar o Deputado Bruno Araújo pelo trabalho. Peço também a atenção do Relator-Geral, Senador Delcídio Amaral, para contar a história de uma



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pequena emenda, um trabalho iniciado pelos pesquisadores da Escola Paulista de Medicina, que compete com a USP na área de pesquisa. A USP, por estar próxima do Estado de São Paulo, consegue ter equipamentos mais modernos. As pesquisas foram na área de imagem.

Por um pedido nosso, o Senador Eliseu Resende, no dia em que aprovamos a possibilidade de fazer emendas na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, o Senador Wellington Salgado e o Senador Flexa Ribeiro se comprometeram a trabalhar para aprovar uma emenda no sentido de apoiar as pesquisas da Escola Paulista de Medicina na área de imagem.

O Senador Eliseu Resende apresentou a emenda de 10 milhões, específica para a Escola Paulista de Medicina, com o título "Modernização dos Serviços de Tomografia...". Depois, em razão das normas do Orçamento, a emenda foi modificada e ficou uma emenda geral, e foi assim aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia, submetida à Comissão de Orçamento e aprovada pelo Deputado Bruno Araújo, que recebeu também uma carta do Senador Wellington Salgado confirmando tudo o que aqui estou dizendo. A intenção do Deputado Bruno Araújo é exatamente atender ao pleito original do Senador Eliseu Resende.

Quero que isso que fique registrado na Ata, para que posteriormente V.Exa. se comprometesse aqui a que mandássemos um ofício ao Ministro da Educação contando a história, dizendo que a intenção dos 10 milhões — não é uma ordem, não é uma determinação —, tanto na origem do Senador Eliseu Resende, quanto do Relator Flexa Ribeiro, quanto do Presidente Wellington Salgado, quanto do Relator Bruno Araújo e V.Exa., é de que esses 10 milhões sejam aplicados na Escola Paulista de Medicina.

Era essa a intervenção, ou seja, um pedido de confirmação dos 2 Relatores.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Se V.Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não, Deputado Bruno Araújo. Acho que o Senador Delcídio Amaral também quer falar, porque foi citado.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Algumas considerações queria fazer ao final, mas quero apenas dar o testemunho do empenho que o Deputado José Carlos Aleluia teve e a forma com que a Comissão do Senado se dirigiu a esta Relatoria. Obviamente, do ponto de vista regimental, do ponto de vista de atendimento à resolução, essa emenda é de caráter nacional, mas todo o empenho da Comissão do Senado e do atendimento nosso do relatório ficou, digamos, do ponto de vista moral, amarrado a esse entendimento da Escola Paulista de Medicina.

Consultaria o Relator-Geral sobre a possibilidade de, em atendendo, haja o compromisso por parte da Comissão Mista de Orçamento, da Relatoria-Geral, bem como da Setorial um momento propício para que possamos demandar gestões ao longo do [p50]ano [p51]que vem junto ao Ministério, no sentido de que essa emenda seja efetivamente atendida, como especial atenção ao belíssimo trabalho realizado pela Escola Paulista de Medicina, a quem, do ponto de vista formal, infelizmente, não pudemos atender no texto da ação e do subtítulo. Mas há uma compreensão e um compromisso moral da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal para que haja essa alocação, conforme a carta recebo do seu Presidente, representando a Comissão, para o atendimento específico a essa causa que foi demandada não só pela Comissão, mas individualmente pelos Parlamentares Federais, em especial pelo Deputado José Carlos Aleluia.

Gostaria de fazer essa referência para que constasse da ata dos trabalhos desta Comissão, a fim de que, no momento oportuno, ficasse caracterizada a finalidade da atenção a essa emenda da Comissão, caro Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa. Tem a palavra o próximo orador, Senador Delcídio Amaral.

O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL - Primeiro, registro e concordo com os comentários feitos pelo ilustre Deputado José Carlos Aleluia, do Estado da Bahia, meu grande companheiro do setor elétrico, competente. Com certeza, já registradas em ata essas observações, vamos trabalhar ao longo da próxima semana para analisar essa questão, que é fundamental, como disse o Deputado Bruno Araújo.

Gostaria de registrar, Sr. Presidente, o trabalho do Deputado Bruno Araújo, trabalho silencioso, organizado. Devo ressaltar que S.Exa. não fica fazendo firula para a torcida. Todas as áreas que junto com o Deputado Mendes Ribeiro Filho visitamos, o Deputado Bruno Araújo já havia passado, e S.Exa. preparou um relatório preservando áreas extremamente importantes para o País, como educação e cultura. E eu não poderia deixar de destacar o trabalho do Deputado Bruno Araújo: preciso, cirúrgico, competente.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, como aqui tudo acontece em tempo real e vamos dando notícias, registro que o relatório da Integração foi entregue agora pela manhã. O relatório da Saúde também foi entregue agora pela manhã. O relatório de Infra-Estrutura é o relatório "Conceição", ou seja, ninguém sabe, ninguém viu até agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tudo o que o Senador Delcídio Amaral disse sobre o Deputado Bruno Araújo assino embaixo. É impressionante o trabalho que fez o Deputado Bruno Araújo.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado William Woo. O Deputado Colbert Martins vem depois do Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, nosso Relator Setorial Bruno Araújo, primeiramente parabênizo S.Exa. pelo trabalho feito junto à Comissão Mista.

Defendo o Destaque nº 10, da bancada de São Paulo. Peço uma especial atenção, visto que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado, os destaques votaremos depois.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sim, mas só estou fazendo uma defesa agora, Presidente.

Peço uma especial atenção ao Destaque nº 10, da bancada de São Paulo, haja vista que, se pegássemos todas as emendas apresentadas pela bancada e dividíssemos proporcionalmente ao número de Deputados, ficaria quase a apresentação de 5 Deputados por emenda apresentada.

Estou pedindo no Destaque nº 10 um acréscimo de 11 milhões a esse valor apresentado na área de esporte, haja vista ter sido uma emenda apresentada por vários Deputados nesse relatório. Peço que possa haver o acréscimo nesse valor, pois o corte foi imenso por parte do Relator Setorial. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado William Woo, votado o relatório do Deputado Bruno Araújo, vamos suspender a sessão e retomá-la às 14h para votarmos os destaques de todos os relatórios setoriais votados.

Passo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nobre Relator, queremos saudar o Deputado Bruno pela capacidade de conciliar os grandes interesses da bancada e compatibilizá-los com os reais recursos que foram disponibilizados, mesmo sabendo que a área que envolve educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte é crucial para o desenvolvimento do País. Não poderemos ter uma Nação se não investirmos nessa área a partir da educação. Ficamos preocupados com o volume insignificante de recursos destinados a ela. Com certeza, seria importante que a área econômica desse mais atenção a essas áreas, até porque nós que somos municipalistas sabemos das dificuldades por que passam os Municípios para fazer a inclusão digital e garantir à população acesso ao sistema de tecnologia de *Internet*. Sabemos que os postos de serviço e de trabalho que hoje são apresentados nas indústrias, no comércio e no turismo demandam mão-de-obra capacitada em tecnologia da informática. E o Ministério de Ciência e Tecnologia precisa ter esse reforço, lado a lado com o esporte e cultura, que preservem a história do nosso País e garantem, através dos espaços culturais, as tradições regionais, casando essas ações com o turismo.

Imagino a dificuldade que V.Exa. teve para compatibilizar todos os interesses das bancadas e as ansiedades que temos nós representantes dos Municípios e do Estado.

Saúdo a equipe coordenada pela Dra. Raquel, em razão da capacidade que teve, junto aos demais assessores, na colaboração com os Deputados.

É muito importante, Sr. Presidente, esta Casa ressaltar o apoio dado pela equipe técnica a nós Relatores, muitos dos quais não têm a vivência orçamentária. A equipe técnica é formada pelos consultores que colaboram com os Sub-Relatores e com o Relator-Geral.

Então, externo meus parabéns ao Deputado Bruno pelo excelente trabalho realizado, pela transparência e pelo modo republicano com que S.Exa. manteve contato com todos os Parlamentares, suprapartidariamente, até que chegássemos a esse momento.

Com certeza, vamos coroar de êxito a Relatoria de V.Exa. a partir da Presidência do Deputado Mendes Ribeiro Filho e do Relator-Geral, Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O Deputado Colbert Martins é o último inscrito, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Vou ser muito breve, Sr. Presidente.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero cumprimentar o Deputado Bruno Araújo — todos o fizeram e eu o faço também — dizendo que todos os compromissos assumidos por S.Exa. com a bancada da Bahia foram cumpridos com muita tranquilidade. A Bahia recebe recursos para as universidades públicas federais, para a área de ciência e tecnologia, destinados ao nosso parque tecnológico, assim como para as escolas técnicas federais. Ficam pendentes apenas — e o Relator Delcídio Amaral fará essa inclusão — os recursos para as universidades estaduais incluídos pelas propostas de emendas populares oriundas do Estado da Bahia.

No mais, cumprimento a Presidência e todos os membros da Comissão, porque eu acho que estamos neste momento dando um exemplo de como esta Casa pode e funciona, habitualmente, muito bem.

Cumprimento V.Exa., Deputado Bruno Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Saúdo o nosso Relator da Receita, Deputado Jorge Khoury, que se encontra entre nós e que terá uma missão muito espinhosa.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, perdoe-me...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - O Deputado Jorge Khoury já achou possibilidade de dar uma aliviada.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não, Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O Deputado Jorge Khoury não chegou, ele "baixou". É diferente. É uma entidade que "baixa", e quando assim o faz ele traz soluções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está encerrada a discussão e, conseqüentemente, o período de apresentação de destaques.

Tem a palavra o Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de agradecer a atenção e sensibilidade dos Srs. Parlamentares a quem procuramos, bancada a bancada, para discutir, dentro da possibilidade de atendimento, o que era viável, preservando a regra principal do menor corte possível a áreas temáticas tão importantes.

Quero agradecer ao Relator-Geral e ao Presidente, não só pelas palavras, mas sobretudo por dividir conosco as decisões importantes a serem tomadas, no sentido de nortear esse trabalho.

Agradeço sobretudo à assessoria da Comissão Mista de Orçamento, à Raquel, ao Maurício, ao Marcos, à assessoria do PSDB, em especial ao Bergallo e ao Marcos, enfim, a todos que foram fundamentais para elaboração técnica desse relatório e para uma compreensão nossa sistêmica dessa responsabilidade.

Quero dizer que ouvi com muita atenção todos que defenderam seus destaques. Irei considerar, Presidente, por economia processual, todos aqueles que já defenderam seus destaques em uma eventual sessão para discussão de destaques já defendidos, para que assim possamos ganhar tempo numa eventual discussão. É meritória a demanda de cada um dos Srs. Parlamentares no sentido de crescer algo. Mas, sobretudo, quero dizer da satisfação de podermos chegar num clima de total transparência à conclusão desse trabalho. É uma felicidade saber que encontramos no Relator-Geral e no Presidente todo apoio a esse trabalho que foi feito da forma mais aberta e transparente possível.

Então, de um modo geral, mais uma vez devo agradecer à assessoria da Comissão Mista de Orçamento, à assessoria do PSDB, a todos os Sras. e Srs. Parlamentares e à Mesa pela importante e honrosa missão que assumi de relatar matérias tão relevantes para o País.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 01, de 2006, alterada pela Resolução nº 03, de 2008, solicito a autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas em relação às emendas individuais e de Relator-Geral, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.

A autorização está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

O Relatório Setorial da Área Temática IV: Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Já se sabe o número dos destaques?

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara.

Em votação na representação do Senador Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Quero, mais uma vez, cumprimentar o Relator-Setorial cujo relatório apreciamos agora, assim como cumprimento a assessoria a ele dispensada.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, não há matéria sobre a mesa. À tarde, a partir da 14 horas, espero retomar os trabalhos para votar os destaques da área da Cidade, do Relator Dilceu Sperafico, do Senador César Borges e do Deputado Bruno Araújo.

Tenho 27 destaques ao relatório do Deputado Dilceu Sperafico e 43 destaques ao relatório do Senador César Borges. O Deputado Bruno Araújo ainda está fechando o seu relatório, porque há pessoas na fila. Então, às 14 horas, retomaremos os trabalhos.

Tenho a expectativa, na condição de Presidente desta Comissão, de ainda conseguir ler o relatório da área de Integração ou da Saúde, tão logo a gráfica nos entregue.

Estão suspensos os trabalhos. Voltaremos às 14 horas, com a votação dos destaques. Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro reiniciada a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 33 e 34, de 2008.

Informo aos Srs. Deputados que os avulsos das matérias encontram-se sobre a mesa.

Votaremos agora os destaques apresentados à área relatada pelo Deputado Dilceu Sperafico, um total de 27 destaques.

Trata-se da Área Temática VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

Eu passarei a palavra ao Relator para que faça um breve relatório dos pareceres. Por favor, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nosso relatório setorial foi muito voltado para o interesses dos nossos Estados e Municípios. Na peça orçamentária da nossa relatoria setorial prevíamos que alguns Parlamentares, ou algum Estado, ou alguma Comissão não fossem contemplados a contento. Por isso, reservamos um pequeno recurso para corrigir alguma distorção havida no decorrer da elaboração do Orçamento. E é por isso que, neste momento, eu quero dizer que, de 27 emendas, acatamos 26 destaques, no sentido de que possamos melhorar o Orçamento de cada Estado e de cada Comissão. Não só acatamos a emenda de destaque do Senador Gilberto Goellner porque não havia recursos.

Essa emenda demandaria muito dinheiro porque seria destinada à comercialização, manutenção e garantia de preço mínimo para a agricultura brasileira. Mas dentro do Ministério da Fazenda não tínhamos recursos. Vamos trabalhar essa emenda junto ao Relator-Geral para que S.Exa. possa atendê-la.

Por outro lado, foi solicitada a majoração de uma emenda, e pudemos atendê-la em 5 milhões de reais. Trata-se de uma emenda da Comissão de Trabalho.

Eu passo a ler os destaques dos Parlamentares, que foram acatados e acrescidos às emendas de bancada de cada Estado.

Deputado Jovair Arantes, Luiz Carlos Busato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Relator, isso é extremamente desnecessário. Eu quero que V.Exa. me diga somente os Estados para os quais os destaques foram apresentados. O Deputado Raimundo já chegou, os avulsos estão todos encaminhados aos Deputados, e eu gostaria de conversar com o



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Gilmar e o Deputado Raimundo, apenas para que eles orientem essa Presidência, que nem sempre tem o descortino correto de como encaminhar determinadas situações. Nós temos 27 destaques, não é isso?

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Exato. Foram acatados 26 destaques e 1 foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - De 27 destaques, foram acatados 26 destaques aprovados e 1 rejeitado. Perfeito?

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Aprovados parcialmente, Relator?

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Exatamente. Foram aprovados 2 destaque da Bahia — eu não vou ler o número da emenda porque não há necessidade. Da Bahia foram quantos destaques?...

SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não precisa, Relator, não precisa. Já foi distribuído para todos os membros isso.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Aliás, 3 destaques do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Três destaques do Estado da Bahia. O que mais?

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Dois destaques do Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Dois de Rondônia...

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Mais 3 de Rondônia, 5 no total; não coube em uma folha só.

Do Rio Grande do Norte foram acatados 3 destaques; da bancada de Roraima, 1 destaque; da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, foi rejeitada; da bancada de Goiás foram acatados 3 destaques; da bancada de Tocantins foram acatados 2 destaques; da bancada de Goiás foram acatados mais 2 destaques; da bancada do Rio Grande do Sul foram acatados 2 destaques; da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos foi acatado 1 destaque; da bancada do Ceará foram acatados foram 2 destaques, encaminhados pelo companheiro Raimundo Gomes de Matos — aliás foram 3 destaques.

Esses foram os destaques acatados, todos eles no valor de 1 milhão e 500 mil reais cada um, e o da Comissão, no valor de 5 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, eu quero apenas fazer um registro que considero de significativa importância. Quase todas as vezes em que se procura um Relator Setorial para discutir ou fazer determinada reclamação referente ao valor acatado, é dito ao Parlamentar ou à coordenação da bancada que não se dispõe de qualquer tostão porque já se atendeu à bancada.

Baseadas nessas informações, muitas coordenações de bancada não apresentam destaques, reservando-se para reiterar o pedido à Relatoria-Geral, Isso ocorre porque é transmitido pelo Relator Setorial que não há mais qualquer tostão. Posteriormente, é dado um tratamento diferenciado a alguns Parlamentares — e é bom que fique evidenciado isso. Isso significa dizer que os mais espertos, aqueles que mesmo assim apresentaram destaques, receberão um suplemento.

Precisamos acabar com isso. Ou há recursos para todos ou não há para ninguém. Não se pode tratar um Parlamentar de forma diferenciada de outro. Era só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Ainda bem que a posição do Presidente está registrada nos Anais.

Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, o Deputado Wilson Santiago está dizendo o seguinte: foi dito aqui que iríamos fazer um esforço, mas alguns dos relatores setoriais reservaram alguma coisa. É um direito tanto de quem vai fazer o destaque quanto do relator setorial trabalhar dessa forma.

Deputado Wilson Santiago, eu sei que V.Exa. gostaria de ter apresentado alguns destaques, mas alguns relatores setoriais deixaram claro que eles reservariam alguma coisa para depois.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Deputado Gilmar, não é exatamente isso; V.Exa. não entendeu. Nós não podemos incentivar a esperteza não só na Comissão como também no Parlamento.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não, aqui ninguém está... pelo menos eu não estou entendendo...



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Não podemos incentivar isso, nós temos, na verdade, é de ser claro com todos. Se não tem para um não tem para outro.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Mas o Presidente e todas as lideranças deixaram claro como seria o processo. E nem o Presidente está dizendo — e isso tem de ficar claro para todos — e ninguém está dizendo que o Relator-Geral vai acatar todos os destaques, senão vamos criar a expectativa que depois não vai se realizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Até porque a Resolução garante, Sr. Deputado Gilmar — e V.Exa. sabe bem mais do que esta Presidência —, que algum recurso seja separado para que o Relator possa atender às bancadas. É um recurso novo que chega do Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - É uma estimativa de receita. Então é isso. Eu quero cumprimentar o nosso Relator pelo acolhimento porque já vai ajudar bastante o Relator-Geral a diminuir os seus problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu posso sugerir um encaminhamento de votação sem ninguém ficar bravo comigo? Se eu estiver errado, a gente...Posso sugerir? *(Pausa.)*

Os pareceres favoráveis do Relator, nós os votaremos em bloco. E separaremos o parecer contrário para votar em separado. Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Muito rapidamente, eu queria cumprimentar o Relator, Deputado Dilceu, pelo excelente relatório. Quero agradecer de forma muito especial a atenção do Relator Setorial, pois toda vez que foi procurado, com muita paciência, S.Exa. ouviu todas as coordenações de bancada. Parabéns pelo relatório, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Estou esperando para examinar a forma com que S.Exa. tratou o Rio Grande para só depois cumprimentar o Sr. Relator.

Passa-se à apreciação dos destaques.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra o Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, queremos registrar que o Relator Dilceu Sperafico acatou parcialmente as solicitações da bancada da Bahia.

Deputado Dilceu Sperafico, apesar de muito aquém do que esperávamos, até porque se trata de um Estado que tem forte característica turística, tenho de reconhecer o trabalho realizado por V.Exa. e o equilíbrio com que o conduziu.

Vamos continuar insistindo para ver se conseguimos ser atendidos pela Relatoria-Geral. A V.Exa. nossos agradecimentos pela forma como conduziu seu trabalho, que é como deve ser conduzido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Apreciação de destaques.

Srs. Parlamentares, não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após a votação do requerimento para votação em globo dos destaques. Iremos votar em globo — é a proposta desta Presidência — os destaques com parecer favorável do Relator.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação os destaques com voto do Relator Setorial pela aprovação parcial.

Em votação em globo os destaques com o voto do Relator pela aprovação parcial na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Destaque com voto do Relator Setorial pela rejeição.

Em votação o voto do Relator pela rejeição do destaque na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Não vai ao Senado porque foi rejeitado.

Quero cumprimentar o Deputado Dilceu Sperafico pelo talento e capacidade.

Sr. Relator, a Presidência está elogiando V.Exa., pois o trabalho foi extraordinário, e V.Exa. foi extremamente competente, diligente, de uma concentração ao serviço extraordinária. V.Exa. muito honrou o seu Estado.

Estive em seu Estado quando da votação da LDO, pude testemunhar a ação de V.Exa. para garantir os investimentos necessários o Estado.

Teve V.Exa. o sentido republicano. Mais do que isso, V.Exa. foi um estadista na qualidade de Relator desta Comissão.

Portanto, receba os meus cumprimentos, os quais tenho certeza são de todos os integrantes desta Comissão.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Eu agradeço a deferência., Sr. Presidente.

Em relação ao meu Estado, Paraná, não acatei nenhum destaque.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Apesar de ser do Paraná, vou manter os elogios unânimes, a partir do elogio do Deputado Wilson Santiago aqui feito de pé-de-ouvido.

O Deputado Dilceu Sperafico, coordenador de bancada, tem sido responsável e equilibrado e assim foi com seu relatório. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Enquanto aguardo o Deputado Bruno Araújo, peço à assessoria que, por favor, entre em contato com S.Exa. para que possamos acelerar a apreciação dos destaques.

Como o Senador César Borges solicitou que somente amanhã sejam apreciados os destaques de autoria de S.Exa., passarei às demais pautas da Comissão.

Pauta nº 34.

Vou retirar de pauta os Itens 1 e 2.

Requerimento nº 9, de 2008, assinado pelo Deputado Chico Lopes e pelo Deputado José Guimarães.

Ambos não se encontram no plenário. Portanto, será apreciado *a posteriori*.

Item 4 da Pauta nº 34.

Requerimento nº 12, de 2008, que "solicita ao Sr. Ministro do Estado da Fazenda a estimativa da renúncia de receita decorrente da aprovação do projeto de lei de sua autoria; a definição da correspondente compensação pelo Imposto de Renda das pessoas jurídicas incidente sobre as instituições financeiras e outras informações que especifica."

O autor é o Deputado Carlos Zarattini, que não está presente.

Vou passar a pauta para que o referido requerimento seja apreciado na presença do Deputado.

O Deputado Gilmar Machado se ausentou momentaneamente.

Esta Presidência é forçada a suspender os trabalhos até que o Relator, Deputado Bruno Araújo, possa terminar a sistematização dos seus destaques.

Como foi uma decisão que o Plenário desta Comissão tomou, é preferível que façamos tudo como combinado para que não haja problema. Vamos esperar para que as coisas sejam devidamente publicadas.

Por favor, Deputado Gilmar. V.Exa. tem alguma notícia? Estão cobrando da Presidência a questão da exigência do Governo quanto ao cadastro.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Já foi colocado. Estamos aguardando uma posição, ainda hoje, para equacionar esse problema. Em não o resolvendo, não teremos a votação amanhã, na sessão do Congresso, para que a gente possa equacionar esse problema. Depois continuaremos os nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pela ordem, Presidente. Encareço ao Deputado Gilmar Machado a solução dessa questão que está afetando a todos, principalmente em razão da atitude de Prefeitos que



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não se reelegeram e que não querem preencher esse sistema de informações do Governo, podendo prejudicar os futuros Prefeitos e diminuir aplicações que podemos fazer agora.

Consulto V.Exa. sobre a possibilidade de nova leitura de relatórios que já existam para que pudéssemos avançar nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não existem. Iremos fazer a publicação hoje dos relatórios da Senadora Kátia Abreu, do Deputado Carlito Merss e do Deputado Aníbal Gomes.

Amanhã, às 9 horas, iremos iniciar a sessão pelo relatório da Saúde. Hoje, se for possível, tão logo a gráfica traga, iremos começar a analisar o relatório da Senadora Kátia Abreu com a votação para amanhã.

Deputado Raimundo, V.Exa...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Queremos só dar esse apoio ao nosso Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O Deputado Rodrigo Rollemberg pediu a palavra também?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Acreditamos que, com esse calendário, a Comissão poderá cumprir o que foi estabelecido. É claro que, infelizmente, houve um pouco de atraso nesses 3 relatórios setoriais: Saúde, Infra-Estrutura e Integração. Se tivessem entregue, pelo menos, na segunda-feira, com certeza, já estaríamos aqui discutindo as áreas de cada setorial e deixando os destaques para a segunda etapa. Acho que essa condução está fazendo com que possamos ser céleres nesse aspecto. Se não houver sessão do Congresso, automaticamente, poderíamos estender os trabalhos, até fazendo um pacto quanto às questões de prazo, para que apreciássemos também esses outros relatórios amanhã. Isso no caso de não acontecer a sessão das 16h, que seria sessão do Congresso.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sim, mas a sessão do Congresso será às 16h. Quanto aos relatórios, podemos votá-los pela manhã.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Esta Comissão, amanhã à tarde, funcionaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Do Congresso?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - A sessão do Congresso é às 16h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quando?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Amanhã, se tiver tudo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Ah, bom!

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Porque dá tempo de nós acertarmos hoje. Dá tempo de amanhã de manhã terminarmos os 3 relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. Não tenho dúvida. É que esta Presidência está recebendo alguns pedidos que tem que passar ao Plenário e que fazem com que os encaminhamentos sejam diferenciados. Foi pedido a esta Comissão que o relatório da Saúde fosse apreciado a partir de amanhã, às 9h. Perfeito? Então, relatório da Saúde será apreciado amanhã, às 9h. É um relatório que, se deixarmos para votar amanhã, às 9h, assim iremos fazê-lo. Se pudermos ler o da Senadora Kátia Abreu, também assim o faremos. Deixaremos os relatórios dos Deputados Carlito Merss e Aníbal Gomes para amanhã pela manhã, para votarmos junto com os destaques do Senador César Borges.

Essa é a pauta que o Presidente quer fazer.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - O da Senadora Kátia Abreu, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O relatório da Senadora Kátia Abreu queremos ler hoje.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sim, mas os destaques serão votados amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não, os destaques vão para amanhã.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Os destaques, amanhã. A Presidência abriria o prazo para os destaques...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Abriria o prazo para os destaques, e amanhã nós votaríamos os destaques todos, cumprindo todo o Regimento, com tudo o que tem que ser.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Tranquilo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Aí, vejam só. Por isso temos a nossa reunião, depois das 18h, com o Comitê e o Relator, porque, se nós tivermos a publicação do relatório do Relator na quinta-feira, podemos pensar em votar o Orçamento da União no dia 16, assim como votarmos no Congresso dia 18. Essa é a nossa intenção e esse é o nosso calendário.

Quero saudar a presença do Deputado Ricardo Barros aqui na Comissão. É uma honra para nós a sua presença.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, o Senador César...

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Seja bem-vindo, Deputado Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Então eu suspendo a sessão...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Os destaques o Senador César não entregou? A consolidação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não. Ele tinha um compromisso. Eu quero lembrar que esta Comissão tem que ser humana, e o Senador trabalhou de uma forma extraordinária, como todos os Relatores. E S.Exa. veio de manhã e pediu para ler ainda pela manhã — o senhor se lembra? —, porque o Senador disse que tinha um compromisso à tarde, que ele não podia evitar. Então amanhã de manhã... Nós temos amanhã até as 4 horas da tarde para votar, se Deus quiser, toda a matéria...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Então amanhã nós teríamos Saúde e os destaques talvez do Bruno...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - E os destaques. Quantos destaques temos do Deputado...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Se o Bruno apresentar ainda hoje, pode-se apreciar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O Bruno vai apresentar. Eu só estou esperando que ele chegue. Se V.Exa. me auxiliar...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Pronto. Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Faça-me o favor.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não. O Deputado Bruno está trabalhando. Só temos que fazer com que ele apresse a missão. São 54 destaques. Ah, seria importante nós votarmos o parecer do Deputado Bruno Araújo!

Perfeito?

Está suspensa a sessão.

Retomo tão logo chegue o Deputado Bruno, perfeito?

Agora, tão logo chegue o parecer das demais Comissões, nós vamos distribuir para as Lideranças os relatórios. O.k.?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sem dúvida. Tranquilo. *(Pausa.)*

O [p53]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro reiniciada a 15ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 33 e 34, de 2008.

Informo a todos que já se encontram à disposição os avulsos pertinentes à Área Temática III — Integração Nacional e Meio Ambiente; relatório apresentado pela Senadora Kátia Abreu, que será o próximo lido.

Nós também já dispomos dos avulsos da Área Temática II — Saúde, apresentado pelo Deputado Aníbal Gomes.

Eu peço à assessoria que providencie a solicitação da presença de ambos Relatores a esta Comissão.

Solicito ao Deputado Bruno Araújo que venha à Mesa dos trabalhos e faça aos presentes um breve relatório dos destaques apresentados à sua área. Houve a apresentação de 54 destaques, dos quais 51 são de apropriação.

Então, Deputado, por favor, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Presidente, o relatório já foi construído com a assessoria da CMO, com a devida redação. Todos os destaques foram contemplados, nenhum único destaque foi desatendido. De modo



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

especial, houve um tratamento diferenciado àqueles que estiveram aqui pela manhã para defender pessoalmente os seus destaques. Os valores variaram de acordo, obviamente, com questões meritórias, mas todos foram efetivamente atendidos.

Agradeço mais uma vez aos representantes dos Estados com quem havíamos conversado antes, inclusive alguns, como a Bahia, que não apresentaram destaque, porque tinham sido devidamente tratados. E assim também ocorreu com Minas Gerais, pois os destaques já tinham sido devidamente discutidos e tratados. De modo que aguardamos a orientação da Presidência e, se for preciso, providenciaremos a impressão formal do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Então, todos os destaques apresentados foram atendidos pelo Relator — de forma parcial, evidentemente. Mas isso vai facilitar a votação.

Deputado Rômulo, V.Exa. quer a palavra? (*Pausa.*)

O Deputado Colbert me pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pedi, Sr. Presidente. Se não tivesse feito, também teria assumido neste momento a palavra para poder dizer a V.Exa. que estive com a Senadora Kátia Abreu — estava no Senado, numa reunião que dizia respeito à atividade na área da agricultura. Mas a Senadora, atendendo a solicitação de V.Exa., está vindo para cá, a fim de fazer a leitura de seu relatório.

O importante, Sr. Presidente, é que, depois de decidido hoje que nós não vamos mais aprovar este ano a reforma tributária, abre-se uma perspectiva muito maior para que caminhemos com mais tranquilidade no sentido de aprovar o relatório final do Orçamento dentro do prazo. Tenho certeza de que isso facilita o trabalho de V.Exa., que já vinha conduzindo-o tão bem nesta Comissão.

Entendo, então, que, agora, melhor do que isso é que os cortes orçamentários sejam menores e que nós possamos equacionar da melhor forma o que é dever desta Comissão. Nós sabemos que estamos fazendo o melhor possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu continuo com a minha tarefa de ser o homem que dá notícia ruim. Tenho dito que nós precisamos sair da peça de ficção. Temos de deixar de pensar em 30 emendas e, na verdade, apresentar 5, quando realmente não se executa 1. Temos de deixar de ter orçamento contingenciado. Precisamos ter orçamento que diga respeito diretamente à realidade.

O trabalho dos nossos Relatores foi extremamente sério, duro, diante dos recursos que tinham à disposição, e difícil será a função do nosso Relator, Senador Delcídio Amaral. Basta ver a demanda das bancadas e o despacho dado pelos Relatores Setoriais.

Nós não podemos esperar milagres. Temos de trabalhar com a realidade. Sabe o que é o pior, Deputado Colbert Martins? É que, mesmo trabalhando com a realidade, o Governo não vai cumprir.

Precisamos ter uma peça orçamentária diferenciada, com orçamento participativo, porque isso pelo menos vai constranger o Governo, e ele terá de cumprir o que o povo determina, e com uma discussão clara de políticas públicas. Aí, poderão conduzir o processo orçamentário para a discussão que precisa ser feita. Esta continuará sendo, sem dúvida, a função deste Presidente: alertar para a busca incessante do orçamento impositivo, do orçamento que tenha relação com aquilo que a sociedade espera.

V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Presidente Mendes, eu volto a colocar para V.Exa. a responsabilidade deste momento em relação ao orçamento público nacional.

Uma empresa importante como é a Vale do Rio Doce, demite mais de 1.300 funcionários e dá férias a mais de 4 mil funcionários. Essa dificuldade da crise que nós teremos de administrar no ano que vem nos torna muito mais responsáveis ainda, porque teremos de promover geração de emprego por meio de investimento público.

Então, é necessário, Sr. Presidente, mais do que um orçamento impositivo, um orçamento absolutamente responsável, para que possamos, por meio dos investimentos públicos, diminuir um pouco o tamanho da crise que se avizinha.

Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Relatório Setorial da Área Temática III — Integração Nacional e Meio Ambiente.

Relatora Setorial: Senadora Kátia Abreu.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estamos aguardando o deslocamento da Senadora para a Comissão, a fim de darmos início à leitura do relatório. Os avulsos já foram distribuídos à Comissão. (*Pausa.*)

[zilfa54] **O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Pela ordem, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Vamos acompanhar, Sr. Presidente, com muito cuidado, a leitura do relatório da Senadora Kátia Abreu, na área de integração nacional e meio ambiente.

As questões da área de integração nacional, neste momento, têm uma grande relevância. Os desastres que aconteceram no Brasil, devido a fatores meteorológicos, precisam ter — acredito que a Senadora tem toda a sensibilidade para isso — recursos bem maiores para que nós possamos enfrentar os problemas ora existentes e, mais do que isso, na área de prevenção de desastre, para que possamos fazer investimentos muito maiores no ano que vem. Afinal de contas, no próprio Estado de Santa Catarina, praticamente a cada 2, 3 anos, um evento meteorológico, com sérios problemas para as populações, tem acontecido com muita frequência. Há áreas em que há possibilidade de ocorrerem deslizamentos, como já ocorreram na Bahia. No domingo, numa área importante de uma cidade chamada Coração de Maria, próxima à minha cidade — a 25 quilômetros de Feira de Santana —, um forte vento destelhou e derrubou dezenas de casas. Essas situações estão acontecendo em várias partes do País. E neste momento a responsabilidade desta Comissão, da Senadora Kátia Abreu e, mais ainda, do Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, é que venhamos a ter investimentos bem maiores para que nós possamos, na Defesa Civil, trabalhar muito na prevenção de desastres que têm acontecido, e é previsível que voltem a acontecer. Por isso, cabe-nos fazer investimentos, que neste momento gerarão empregos para enfrentamento da crise e evitarão mortes de centenas de pessoas, como aconteceu há pouco tempo no Estado irmão de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tem a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, na verdade, a Secretaria Nacional de Defesa Civil precisa ser fortalecida para o Orçamento de 2009. Vários fatores que têm exigido da Comissão e do próprio Congresso Nacional uma atenção especial em relação a esse assunto. Refiro-me não só ao desastre em Santa Catarina, como também ao próprio Nordeste. No Nordeste, tem aumentado muito o número de municípios que estão em estado de calamidade pública por conta da seca. Há falta de água em muitos deles. Mais de 200 municípios já decretaram estado de calamidade pública em decorrência da falta de água. Tudo isso justifica muito o fortalecimento da Secretaria Nacional de Defesa Civil no que se refere ao aumento dos recursos destinados a esse Ministério.

Por esta razão é que nós registramos nos Anais desta Comissão uma atenção especial por parte da Relatoria Setorial e também por parte da Relatoria Geral e do próprio Congresso Nacional, para que tenhamos condições de amenizar a situação da população dessas localidades, que precisarão, o mais rápido possível, de atendimento especial, não devido ao excesso de água, como está acontecendo em Santa Catarina, mas ao inverso: à falta de chuva em determinadas cidades do Nordeste brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

Quero consultar o Deputado Bruno Araújo sobre as emendas, os destaques.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, V.Exa. tem notícias da nossa ilustre Relatora, que dignifica muito esta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Em relação a ela, a situação não é a mesma que o Senador Delcídio falou do nosso Relator da infra-estrutura: ninguém [P55]sabe, ninguém viu. (*Risos.*) A nossa Relatora está vindo para cá. Já temos o relatório em nossas mãos. Está tudo pronto para a leitura dele, assim como já estão prontos todos os destaques, com os devidos pareceres feitos pelo Deputado Bruno Araújo. Segundo o Deputado Bruno Araújo, a quem estou esperando para votar, tiveram todos os pareceres pela aprovação, parcialmente.

Relatório Setorial da Área Temática IV — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.

Relator Setorial: Deputado Bruno Araújo.

Deputado Bruno Araújo, o destaque de V.Exa. e o seu parecer já foram distribuídos?

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Não imprimiu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Então, eu passo a palavra à Relatora Setorial da Área Temática III — Integração Nacional e Meio Ambiente, Senadora Kátia Abreu.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cumprimento V.Exa. pelo seu trabalho, pela sua celeridade, pela sua disposição.

Tem V.Exa. a palavra para que faça a apresentação do relatório.

Informo que está aberto o prazo para apresentação de destaques. Ele será encerrado ao término da discussão do relatório. Nós não votaremos os destaques no dia de hoje.

Senadora Kátia Abreu, V.Exa. está com a palavra.

Peço silêncio ao Plenário, por favor.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, Sr. Presidente, Sr. Relator, que está ausente... Quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, por toda a organização, pelo calendário rigoroso que V.Exa. implementou na aprovação deste Orçamento, haja vista que o Brasil está acostumado, ao longo de alguns anos, a ver o Orçamento ser aprovado apenas no ano seguinte. Espero que desta vez possamos aprová-lo no prazo correto.

Hoje pela manhã o Senador Delcídio Amaral disse estar preocupado com o prazo de votação, pelo atraso de 3 Relatórios Setoriais: Integração Nacional, Infra-Estrutura e Saúde.

Gostaria de deixar registrado que, talvez, sejam essas as 3 Relatorias Setoriais mais pesadas do Orçamento, com mais implicações e maior movimentação por parte dos Parlamentares e de suas bancadas.

Então, não é fácil, não é simples ter de distribuir uma pequena parte que cabe a cada Sub-Relator entre os 513 Deputados e 81 Senadores, com pleitos importantes e justos para todos os seus Estados, com um orçamento tão pequeno.

Precisamos ter bastante paciência e diálogo. É importante aprovar o Orçamento. É importante cumprir os prazos. Mas muito mais importante é tentar fazer com que a maioria dos colegas Parlamentares possam atender à altura suas bases, seus Estados.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que, apesar de um dia apenas de atraso, nós conseguimos, com pouco dinheiro, atender todas as 75 emendas. E todas elas proporcional e percentualmente maiores do que as do ano anterior. Nós nos esforçamos para que nenhuma bancada recebesse percentual inferior. Cem por cento delas, 27 Estados, receberam mais do que no Orçamento de 2007.

Sr. Presidente, v[zilfa56] visando dar agilidade aos trabalhos desta Comissão, limitar-me-ei aos principais pontos do relatório, especialmente no que diz respeito à atuação da Relatoria da Área Temática III — Integração Nacional e Meio Ambiente, integrante do Projeto de Lei nº 38, de 2008, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

Quero também ressaltar, Sr. Presidente, que na minha Relatoria, que ficou incumbida da Área Temática III, nós temos o Ministério do Meio Ambiente.

Estamos diante de problemas climáticos terríveis, e eu não queria fazer nada que não estivesse de acordo com o direcionamento, com a organização e com o desejo do Sr. Ministro Carlos Minc. O desejo de S.Exa. é o planejamento do País no seu Ministério para que não falte, em nenhum momento, recurso para implementar as ações de meio ambiente no País, que nós julgamos da maior importância.

Na área de investimento do Ministério do Meio Ambiente, nós conseguimos triplicar os recursos do ano passado. O Ministro demonstrou bastante satisfação por isso. Então, esse é mais um motivo de nós atrasarmos, por 1 dia, a entrega desse relatório.

Em cumprimento ao disposto no art. 84, XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, o Exmo. Presidente da República, por meio da Mensagem nº 113, de 2008 (nº 635, de 2008, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 38, de 2008, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

Por designação do Presidente desta Comissão, Deputado Mendes Ribeiro Filho, coube-me, na condição de Relatora Setorial, apreciar a proposta orçamentária...

Eu fiz este relatório com tanto carinho e cuidado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, por favor, eu peço aos membros da Comissão que permitam à Relatora ler o seu trabalho, expor as suas preocupações, a fim de que cumpramos a nossa tarefa.

Eu quero só lembrar aos senhores que, acendendo essa luzinha aqui, nós não vamos poder votar mais nada. Então, por favor, peço toda celeridade possível.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Coube-me, na condição de Relatora Setorial, apreciar a proposta orçamentária relativa à Área Temática III, constituída dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, com suas respectivas unidades orçamentárias e fundos.

“Emendas.

Foram apresentadas 512 emendas, no valor de 6 bilhões e 900 milhões de reais, distribuídas da seguinte forma:

Parlamentares: 425 emendas de apropriação (422 milhões de reais).

Bancada: 63 emendas de apropriação (4 bilhões e 300 milhões de reais); 8 emendas de remanejamento (208 milhões de reais).

Comissões: 11 emendas de apropriação (1.8 bilhões de reais); 5 emendas de remanejamento (179 bilhões de reais).

Total: 512 emendas (6 bilhões e 900 milhões de reais).

Após análise inicial das propostas apresentadas, ocorrem as seguintes movimentações de emenda: a Emenda nº 2479.0004, do Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira, foi transferida para a Área Temática IV — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esportes; e a Emenda nº 7121.0016, da bancada do Rio Grande do Norte, foi recebida da Área Temática V — Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Além disso, foi inadmitida pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas a Emenda nº 7127.0007, da bancada de Sergipe.

Dos Remanejamentos de Dotações.

O parecer preliminar, no item 33.1, permitiu-nos o cancelamento de dotações consignadas em investimentos (GND 4) até o limite global de 40%, podendo os cancelamentos, em cada subtítulo, incidir, no máximo, em 20% para as programações com resultado primário igual a três (RP3) e em qualquer percentual para as programações com resultado primário igual a dois (RP2).

Preferi, contudo, não utilizar o valor máximo permitido (40%), de modo a preservar as fontes de recursos específicas e as dotações de valor mais baixo para até 1 milhão de reais.

Os critérios estabelecidos foram os seguintes: foram preservados os investimentos do Ministério do Meio Ambiente, foram preservadas as dotações orçamentárias da SUDAM e da SUDENE. Nos demais subtítulos, foi realizado um corte linear de 20%, excluindo-se os valores inferiores a 1 milhão de reais. Trata-se, portanto, de uma decisão equilibrada que, ao mesmo tempo em que preserva as escolhas do Poder Executivo, garante recursos essenciais para atendimento das demandas oriundas [p57][p58]do Poder Legislativo. Vale ressaltar, contudo, que as programações de PPI oferecidas para as emendas de remanejamento acatadas total ou parcialmente sofreram redução acima dos 20%, relativamente ao constante da proposta.

A partir desse critério estabelecido, foram remanejados cerca de 650 milhões de reais, somados a cerca de 445 milhões repassados pelo Relator-Geral. Obtivemos um total de 1 bilhão e 100 milhões de reais para atendimento das emendas de apropriação das bancadas estaduais e de Comissões.

Lembro: 1 milhão e 100 milhões de reais apenas para atender 75 emendas de bancada, fora as de Comissão.

No atendimento às demandas apresentadas, procurei priorizar aquelas de maior alcance social, sobretudo as que se destinavam às áreas mais carentes. Não deixei de observar a situação das obras solicitadas, dando maior ênfase às em andamento. No tocante às emendas de remanejamento, adotei posição conservadora, pois, além desses critérios, verifiquei os cancelamentos oferecidos, de modo a resguardar a continuidade das programações constantes da proposta original do Poder Executivo, principalmente aquelas constantes do PPI.

Com base nesses critérios, não me foi possível atender às emendas de remanejamento nºs 6011.0003, 6012.0005 e 7106.0001. Quanto à emenda de remanejamento nº 7120.0008, cuja admissibilidade foi aprovada por esta Comissão, não me foi possível acatar, vez que propõe cancelamento de dotação externa à área de atuação desta Relatoria, Ministério das Cidades. Assim sendo, remeti ao Relator-Geral a análise dessa emenda.

É importante destacar que nenhum Estado apresentou redução da média por emenda, em relação ao ano de 2008. O Estado de Santa Catarina, em razão da recente tragédia climática, recebeu, em média, 26 milhões de reais por emenda. Foi o maior valor entre as bancadas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em termos de valores, atendi integralmente aos que foram solicitados nas emendas individuais, totalizando 422 milhões de reais, e parcialmente aos que foram solicitados nas emendas coletivas de apropriação, num total de 1,1 bilhão de reais. Para atendimento às emendas de remanejamento, foram realocados 92,8 milhões de reais.

Das Obras com Índícios de Irregularidades.

O Tribunal de Contas da União (TCU) informou a ocorrência de indícios de irregularidades graves na execução das seguintes obras integrantes da programação dos órgãos desta Área Temática:

1) Alagoas - Funcional: 18.544.0515.10CT.0027. Título: Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano Delmiro Gouveia, no Estado de Alagoas.

2) Minas Gerais - Funcional: 18.544.0515.3715.0031. Título: Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo, no Estado de Minas Gerais.

3) Minas Gerais - Funcional: 18.544.0515.3735.0031. Título: Construção da Barragem Congonhas, no Estado de Minas Gerais.

Nesses casos, optei por manter tais projetos no orçamento da União. No entanto, a execução orçamentária dessas programações ficará condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação por esta Comissão Mista, como determina o art. 166, § 1º, da Constituição, nos termos da LDO 2009.

Alterações Introduzidas pela Relatoria-Geral.

Em decorrência das reestimativas de receita aprovadas por esta Comissão, a Relatoria-Geral, por meio de emenda de Relator-Geral, alterou as dotações dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO), na forma exigida na alínea c, do item I, do art.159 da Constituição Federal. Além disso, foi efetivada alteração de fontes de recursos, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA.

Voto da Relatora.

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2009, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da Área Temática III, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, que constam da relação em anexo."

[P59] Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço à equipe técnica do Senado e da Câmara, aos colaboradores do meu gabinete e também aos colaboradores dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, que foram bastante precisos e ajudaram muito na formatação. Procurou-se fazer justiça em todas essas divisões para que fosse bem atendido o planejamento dos Ministérios e também para que se atendesse à altura as bancadas, os nossos colegas Parlamentares.

Parabéns pelo seu trabalho. Foi um prazer trabalhar com V.Exa. e com o nosso Relator Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Senadora Kátia, eu quero cumprimentá-la pelo seu trabalho, pelo seu discernimento, pela sua dedicação à tarefa recebida.

Eu já conhecia V.Exa. quando era Deputada, e agora, na condição de Senadora, de Relatora. V.Exa. esteve sempre ciosa das suas responsabilidades e fez um relatório dos mais justos e equilibrados. V.Exa. realmente fez o milagre da multiplicação dos pães e coroou o seu trabalho com a apresentação brilhante do seu relatório. V.Exa. será extremamente útil ainda a esta Comissão na próxima semana, quando estaremos todos nós fazendo os debates que envolvem os coordenadores de bancada para a votação do relatório geral.

Eu submeto à votação as emendas individuais e de Relator-Geral, nos termos do parágrafo único do art. 25. Não estou colocando-as de início em discussão para que haja mais tempo para o destaque. Eu vou fazer toda uma leitura, já iniciada a discussão, que disse isso... Só um minutinho. *(Pausa.)*

Eu vou votar as emendas individuais do Relator-Geral. Posso votar isso? Há autorização. *(Pausa.)*

Deputado Colbert, o Deputado Luiz Bittencourt entrou com contestação quanto aos recursos de irrigação no Centro-Oeste. Isso não pertence à Relatoria Setorial. A contestação será analisada conforme o Item 28.3, por meio do parecer. Na forma do Item 21.4, da parte B do parecer preliminar, competirá ao nobre Relator Geral tomar as providências pertinentes à contestação.

Então, está iniciada a discussão. Enquanto isso permanecem abertos os destaques. O Presidente será o mais lento possível nessa parte.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou colocar em votação as emendas individuais do Relator-Geral, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução 01, de 2006, alterado pela Resolução nº 03, de 2008.

Solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas em relação às emendas individuais de Relator-Geral, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de votar o Relatório Setorial, eu vou dar a palavra, já em discussão, ao Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós acompanhamos de perto o trabalho da Relatora Setorial, Senadora Kátia Abreu. Ela, de fato, teve um empenho muito grande para conciliar as solicitações das bancadas dos Estados. Não foi fácil. Como V.Exa. frisou, os recursos são poucos para distribuir de forma proporcional para todas as bancadas de todos os Estados da Federação.

Quero parabenizar a Senadora Kátia Abreu pelo trabalho que fez nesta Comissão — digo até nesta Relatoria —, atendendo em parte, logicamente, a reivindicação das bancadas, apesar de não ter sido fácil [p60]. De qualquer maneira, ela fez um trabalho brilhante e merece o elogio de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu não sei se posso fazer isso. Vou perguntar aos Líderes.

Eu gostaria de encerrar a discussão e deixar o prazo aberto para os destaques até... Porque nós votaremos o relatório, com ressalva dos destaques.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Se eu não posso fazer regimentalmente, não vou fazer.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, há impedimento no caso da contestação. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não, a contestação é vencida, porque cabe ao Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Então, nós iríamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O que o Presidente queria fazer era votar o relatório...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - O relatório que a Senadora apresentou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - ...ressalvados os destaques, mas não encerrar o prazo para os destaques.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Os destaques seriam ainda acatados pela assessoria técnica da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É, mas eu não posso fazer isso.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Que procedimento será adotado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu vou ter de encerrar a discussão e o prazo para os destaques.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Antes, porém, até para viabilizar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não, mas aí ficam todos que estão na fila...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - O.k. Sem dúvida. Entregam uma senha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nós queremos ressaltar o empenho da Senadora Kátia, até porque sabemos das dificuldades do cobertor curto, em termos de recursos orçamentários. Também são observadas as desigualdades regionais.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Ministério da Integração tem essa peculiaridade. Há a questão da SUDAM, a questão da SUDENE, a questão dos fundos constitucionais, que automaticamente dificultam, de certo modo, a feitura de um relatório.

Hoje pela manhã foi comentado por que ainda não foi entregue o relatório. Nós acreditamos que seja em virtude dessas peculiaridades e pelo fato de a Senadora tentar compatibilizar regionalmente o orçamento para que nós não continuemos a ter 2 brasis — quer dizer, o Nordeste ficar sempre aquém, em termos de recursos orçamentários —, no tocante ao Orçamento da União.

Parabéns, Senadora.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

O SR. SENADOR GILBERTO GOELLNER - Presidente, eu gostaria de parabenizar a Relatora, Senadora Kátia Abreu, pelo equilíbrio na distribuição de todas as emendas.

Em relação à bancada do Estado de Mato Grosso, realmente foram atendidas parcialmente todas as emendas solicitadas pelo Ministério da Integração. Mas eu destaquei 3 emendas que dizem respeito a locais onde nós estamos mais ligados. Foi-me solicitado um destaque especial a 3 emendas, que já estão protocoladas. Elas dizem respeito à infra-estrutura das cidades de Rondonópolis e Várzea Grande. São 2 centros que necessitam, sobremaneira, dos recursos financeiros para infra-estrutura e também de uma rodovia com obstáculos naturais. Há uma rodovia que está impedindo o trânsito de caminhões pela MT-100 para acessar a FERRONORTE, em Alto Araguaia.

Então, são emendas muito importantes, Senadora. V.Exa., com equilíbrio, já fez a distribuição parcialmente. Mas nós destacamos — quem sabe, numa eventualidade — uma suplementação para os investimentos ali programados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

Teve início a Ordem do dia.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Acabou.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Acabou.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação à Relatora com referência ao problema de Minas Gerais. Eu estive olhando o relatório e constatei que aquele Estado, embora tenha uma área de seca superior ao território... Eu peço a atenção da Sra. Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Informo a todos que teve início a Ordem do Dia e não se pode votar mais nada. Concluída a Ordem do Dia, nós voltaremos para encerrar a discussão e terminar a votação do relatório da Senadora e dos destaques do Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Eu peço a atenção dos Srs. Parlamentares e da Relatora para relatar o problema de Minas Gerais, que tem uma área de seca superior à extensão de 3 Estados do Nordeste. Foi [p61]apresentada uma emenda para o DNOCS, que é o órgão responsável pelos recursos hídricos daquela área, e a Relatora atendeu Minas Gerais apenas com 15 mil reais. É a única emenda de Minas Gerais. Há Estados com 120 mil, com 90 mil reais.

Então, eu estava solicitando à Relatora que tivesse maior consideração com um Estado que está em permanente seca e que reconsiderasse o seu relatório. Se S.Exa. não tiver mais recursos... Todos nós que já fomos Relatores e também Presidentes desta Comissão sabemos que os Relatores deixam sempre alguma coisa sobrando para corrigir uma injustiça que está sendo feita.

Peço à Relatora que leve em consideração esse pleito de Minas Gerais e atenda o destaque que apresentamos para melhorar um pouco essa emenda, dando a Minas Gerais não um absurdo — não é isso que estou querendo —, mas uma média do que é dado aos Estados, pela extensão da área territorial atingida, por exemplo.

Agradeço à Relatora a atenção, bem como ao Sr. Presidente e aos Parlamentares. Espero que seja acolhido o nosso destaque.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa., assim como os demais membros, terá todo esse período para ingressar... Ainda não foi encerrada a discussão.

Deputado Luiz Bittencourt, a Mesa recebeu a contestação de V.Exa. e deixou registrado em ata que essa competência é do Relator-Geral. S.Exa. irá se manifestar sobre a contestação por ocasião do relatório, de acordo com o relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Perfeito, Presidente. Apenas fiz essa solicitação para que possamos sanar essa injustiça que se faz mais uma vez com o Centro-Oeste, em relação ao cumprimento do art. 42 da Constituição Federal, que prevê 20% dos recursos para irrigação em nossa região.

A Relatora fez um excelente trabalho, é da região, sabe da necessidade que temos de manter esses investimentos aqui. No momento oportuno vamos discutir essa questão novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Então, suspendo a reunião...

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Sr. Presidente, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não, Relatora.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Deputado, essa questão não ficou para a Relatoria Setorial. Essa questão sobre a irrigação, sobre o fundo ficou para o Relator-Geral organizar no relatório final. É da maior importância a sua consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu quero lembrar que já se iniciou a Ordem do Dia e tudo isso não poderá ser registrado em ata.

Suspenderei a reunião. Às 19h continuaremos com a reunião, votando o relatório da Senadora Kátia Abreu e os destaques do Deputado Bruno Araújo. Amanhã, às 9h, retornaremos com a leitura do relatório da área da saúde e da infra-estrutura.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O [p62][p63]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – Declaro reiniciada a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada a apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 33 e 34, de 2008.

Tendo em vista a Ordem do Dia nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, suspendo a reunião e convoco sua continuação para amanhã, dia 04 de dezembro, quinta-feira, às 9 horas da manhã.

Às 9 horas este Presidente chegará à reunião juntamente com os relatores das áreas que as leituras ainda não foram realizadas e imediatamente dará início à leitura dos relatórios que faltam ser votados.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O [P64][p65]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro reiniciada a 15ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº33 e 34.

Informo que foram concluídas as votações dos seguintes relatórios setoriais: Área Temática IV, Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; Área Temática VII, Justiça e Defesa, Relator Deputado Rodrigo Rollemberg; Área Temática VIII, Poder de Estado e Representação, Relator Deputado Guilherme Campos; Área Temática IX, Agricultura e Desenvolvimento Agrário, Relator Senador Neuto de Conto; Área Temática X, Trabalho, Previdência, Assistência Social, Relator Senador Gim Argello.

Já foram votados os relatórios, restando apenas a apreciação dos destaques das seguintes áreas: Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Relator Deputado Bruno Araújo; Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Relator Senador César Borges.

Já foi feita a leitura do Relatório da Área Temática Integração Nacional e Meio Ambiente, da Relatora Senadora Kátia, e vamos agora começar pela leitura do relatório da Área Temática II, Saúde, Relator Deputado Aníbal Gomes.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo que está aberto o prazo para apresentação de destaques, que será encerrado ao término da discussão do relatório.

Deputado Aníbal Gomes, quero destacar o seu trabalho, a sua dedicação, o seu afinho. Tenho certeza de que V.Exa. produziu um grande relatório.

V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ANÍBAL GOMES - Da relatoria da Área Temática II - Saúde, sobre o Projeto de Lei nº 38, de 2008-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009, na parte referente ao Ministério da Saúde.

Relatório

Por designação do Sr. Presidente da Comissão Mista de Plano, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, coube-nos a honrosa missão de relatar a proposta orçamentária do órgão Ministério da Saúde para o ano de 2009, aí incluídos os programas de trabalho das unidades orçamentárias a ele vinculadas direta ou indiretamente.

A proposta de orçamento para 2009 reserva ao Ministério da Saúde recursos da ordem de R\$59,4 bilhões, o que representa cerca de 14% do Orçamento da Seguridade Social da União. Desse total, cerca de R\$54,7 bilhões destinam-se a financiar ações e serviços públicos de Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

À luz das normas vigentes, os R\$54,7 bilhões consignados no PLOA 2009 para financiar ações e serviços públicos de Saúde atendem à determinação constitucional.

Das emendas

Ao plano de trabalho do Ministério da Saúde foram apresentadas 1.969 emendas, sendo 49 emendas coletivas e 1.920 individuais, com pleitos da ordem de R\$5,2 bilhões.

Cinco bancadas deixaram de apresentar emendas à programação do Ministério da Saúde, a saber: Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Sergipe. As [p66]demais, apresentaram 49 emendas, sendo 42 de apropriação e 3 de remanejamento, nos termos do art. 39 da Resolução nº1, de 2006-CN.

A maior demanda, por unidade orçamentária, ocorreu no Fundo Nacional de Saúde, que recebeu 1.780 emendas, seguida pela Fundação Nacional de Saúde, com 183 emendas.

Examinada a distribuição dos pleitos pelos principais programas do setor, verifica-se que as maiores procuras, à semelhança de anos anteriores, ocorreram em Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, com 1.134 emendas; Atenção Básica em Saúde, com 481; Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, com 150; Serviços Urbanos de Água e Esgoto, com 137; e Resíduos Sólidos, com 29.

Remanejamento

O exame prévio revelou que algumas emendas originalmente apresentadas à Área Temática contemplavam ações de competência de outras Áreas. Adotando procedimento habitual da Comissão Mista, tais emendas foram remanejadas para os setores competentes. Pela mesma razão, também recebemos emendas de outras Áreas.

Correções e ajustes de emendas

Em alguns casos, observadas as normas legais e regimentais que regem a matéria, os pareceres das emendas sugerem ajustes e correções, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua aprovação. Assim, foram realizadas adequações de funcional-programática, ação, subtítulo, GND, modalidade de aplicação e meta.

Dado o exíguo tempo de que dispomos, nem sempre foi possível contatar os gabinetes para informar acerca dos referidos ajustes. Sendo assim, recomenda-se que os autores verifiquem atentamente como se acham aprovadas as suas propostas, a fim de que possam tempestivamente provocar a revisão dos mesmos, caso não atendam à intenção parlamentar.

Admissibilidade das emendas

De acordo com o art. 25 da Resolução nº1-CN, de 2006, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária.

O Relatório do referido Comitê sobre as emendas coletivas, bem como sobre as contestações e ajustes propostos, foram atendidos tendo ao final deliberado pela admissão de todas as emendas de bancada e de comissão apresentadas ao plano de trabalho do Ministério da Saúde, na forma constante do presente relatório.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No que diz respeito às emendas individuais, não houve pronunciamento prévio do referido Comitê. Todas as emendas individuais apresentadas a esta Área Temática ficaram em conformidade com a Resolução nº01, de 2006, não havendo, portanto, parecer pela inadmissão em tais emendas.

Recursos para atendimento das emendas

No atendimento das emendas individuais e coletivas foram mobilizados recursos da ordem de R\$1,77 bilhão, dos quais R\$1,04 bilhão representam acréscimos efetivos à programação do setor, por constituírem recursos da reserva de contingência e reestimativa de receitas.

Os R\$724 milhões restantes, utilizados integralmente no atendimento de emendas coletivas, advieram de remanejamento da programação de investimentos e inversões financeiras do órgão, com base nos subitens 33.1 e 33.2 da parte "B" do Parecer Preliminar.

Das emendas individuais

No que diz respeito às emendas individuais, todas foram integralmente aprovadas, o que implicou a utilização de R\$838,8 milhões, originários da Reserva de Contingência.

Das emendas coletivas

Para atender aos pleitos das bancadas e Comissões, foram utilizados R\$928,2 milhões, valor esse bem aquém dos R\$4,4 bilhões solicitados. Mesmo diante da escassez de recursos, buscamos ouvir a todos que nos procuraram, sempre perseguindo o equilíbrio e a justiça nas alocações.

Para as emendas de Comissão, prevaleceu o critério de mérito na alocação dos recursos, dando-se preferência àquelas destinadas a reforçar, no âmbito do Fundo Nacional de Saúde — FNS, as ações de saúde na atenção básica e na atenção especializada; e, na Fundação Nacional de Saúde — FUNASA, à voltada ao manejo de resíduos sólidos, com vistas ao combate da dengue.

Quanto [p67]às emendas de apropriação das Bancadas Estaduais, R\$208,6 milhões (um terço) foram distribuídos pelo critério de mérito, enquanto R\$417,4 milhões (dois terços) obedeceram a critério técnico em que 25% dos recursos foram distribuídos proporcionalmente ao inverso do Índice de Desenvolvimento Humano — IDH de cada Unidade da Federação; e 75% proporcionalmente ao número de emendas apresentadas pelas bancadas à Área Temática. Adotou-se ainda um piso mínimo de R\$14 milhões para cada Unidade da Federação.

Quanto às emendas de remanejamento, todas de bancadas, com pleitos da ordem de R\$56 milhões, foram despendidos R\$22,2 milhões. Com relação a essas emendas, merece destaque a de nº 71160003 da Bancada da Paraíba, que teve na prática redução do valor solicitado de R\$40 milhões para R\$6,2 milhões, por infringir o art. 48 da Resolução nº 01, de 2006, ao propor cancelamento em dotação fora do âmbito da respectiva Unidade da Federação.

Indicação ao Relator-Geral

Conforme exposto neste Relatório, parte dos recursos utilizados no atendimento das emendas coletivas advieram de remanejamento na programação de investimentos e inversões financeiras originalmente constantes da proposta do setor. Foram "cortes" necessários para atender às demandas coletivas, em face dos escassos recursos disponibilizados a esta área temática.

Dessa forma, indicamos ao Relator-Geral a recuperação dessas dotações, especialmente aquelas voltadas às ações de saneamento a cargo da FUNASA.

Voto do Relator

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 38, de 2008–CN, no que concerne às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, na forma apresentada pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Este é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quero cumprimentar V.Exa.

Na medida em que abro a discussão e o prazo para apresentação de destaques, passo imediatamente a palavra ao Deputado Carlito Merss, que é o Relator-Setorial da Área Temática I - Infra-Estrutura, que vai apresentar adendo ao relatório referente a obras com indícios de irregularidades graves, conforme estabelece o art. 70, inciso II da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008.

Informo que o prazo para apresentação de destaques será encerrado ao término da discussão do Relatório.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Mesa lembra que já foi apresentado o Relatório do Deputado Aníbal Gomes e que, enquanto o Deputado Carlito Merss faz a leitura do relatório, está aberto prazo para destaques.

Deputado Carlito Merss, V.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, trata-se do relatório setorial de infra-estrutura que compreende o Ministério de Minas e Energia, o seu orçamento fiscal e da seguridade social, todo o seu orçamento de investimento; o Ministério de Transportes, o orçamento fiscal e seguridade social e também orçamento de investimentos; e o Ministério das Comunicações, no seu orçamento fiscal e seguridade social e também orçamento de investimentos.

A Mensagem nº 113, de 2008, submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 38, de 2008–CN, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009”, tal como estatui a Constituição Federal em seu art. 84, XXIII, que destina a ele essa competência privativa.

Esta Área Temática tem como principal característica a concentração de investimentos, os quais correspondem a 25,3% (R\$9,6 bilhões) do total dos investimentos da Proposta do Executivo para 2009 quanto aos orçamentos fiscal e da seguridade social. No que refere ao PL do orçamento de investimento das empresas estatais para 2009, os recursos do setor de infra-estrutura alcançam 93% do total, com pouco mais de R\$ 73,3 bilhões.

Recursos programados na área de infra-estrutura: cerca [P68]de 101 bilhões, sendo que na esfera fiscal 24,8 bilhões, seguridade 2,5 bilhões, investimentos 74,1 bilhões.

Orçamentos fiscal e da seguridade social

Todo o setor de infra-estrutura para 2009: Ministério de Minas e Energia, 8 bilhões e 297 milhões; Ministério dos Transportes, 12 bilhões e 759 milhões; e Ministérios das Comunicações, 6 bilhões e 258 milhões; totalizando todo o setorial, 27 bilhões e 315 milhões.

Quanto aos investimentos do DNIT, temos uma tabela que descreve a evolução recente em relação a 2008: pessoal e encargos, 192 milhões; PL de 2009, 261 milhões; juros e encargos da dívida, cerca de 26 milhões; outras despesas correntes, de 391 milhões, em 2008, para 794 milhões, em 2009.

Os principais programas finalísticos do DNIT são denominados, atualmente, de “Vetores Logísticos”. Um desses programas teve seus recursos em investimentos majorados no projeto de lei do Orçamento para 2009: o amazônico com 32%. Outros se mantiveram no mesmo patamar do projeto para o Orçamento de 2008, como são os casos do Nordeste Meridional (que envolve a Bahia e Sergipe) e Centro—Sudeste (São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e sudoeste de Goiás).

Já os vetores Centro—Norte (Amapá, Maranhão, Tocantins e leste do Pará e Mato Grosso); Leste (Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e nordeste do Goiás); e Nordeste Setentrional (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) tiveram redução de 17,4%, 17,8% e 10,2%, nessa ordem.

Orçamento de investimento das empresas estatais

A tabela coloca o Ministério de Minas e Energia na faixa, no projeto de lei orçamentário para 2009, de 73,3 bilhões de reais.

Efeito da abertura de créditos especiais e extraordinários

De acordo com o item 38.1.3 do Parecer Preliminar, as Relatorias devem considerar, na programação das unidades orçamentárias afetas à sua área temática, os possíveis efeitos dos créditos especiais e extraordinários aprovados nos últimos 4 meses de 2008.

Nesse sentido, verificamos que a partir de 31 de agosto deste exercício, os seguintes créditos foram abertos para os Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes: Minas e Energia, R\$12,6 bilhões; Ministério das Comunicações, R\$36,6 milhões; e Ministério dos Transportes, R\$1,5 bilhões.

Das emendas individuais e coletivas

Tendo em vista o valor elevado dos investimentos nessa área de infra-estrutura, o número de emendas coletivas apresentadas se manteve elevado, apesar da redução do patamar dos anos anteriores — entre 120 a 130 emendas aproximadamente — para 86 emendas coletivas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2009.

Apresentaram-se 30 emendas individuais à Área Temática. Esse número foi reduzido em relação aos anos anteriores, apesar da tentativa equivocada de se apresentar emendas de valor inferior ao que determina a



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Resolução nº 1, de 2006-CN, em seu art. 50, III. Com isso, diversas emendas tiveram que ser remanejadas para outros setores, a pedido de seus autores.

Esse é um problema recorrente, pois o que se verifica é que as emendas individuais com valores simbólicos não são, via de regra, executadas pelo Poder Executivo.

A presença na lei orçamentária não garante a destinação do recurso até o objetivo que se busca alcançar. Além disso, a abertura de janelas orçamentárias não tem amparo pelo Governo Federal que, caso considere relevante determinado projeto, ou o coloca no projeto de lei encaminhado ao Congresso ou o inclui em créditos tradicionais rotineiros enviados ao Legislativo no presente ano.

Análise de admissibilidade das emendas apresentadas

De acordo com ao art. 25 da Resolução nº 01, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao PLOA 2008. O relatório desse Comitê, no que se refere às emendas coletivas, foi aprovado no Plenário da CMO.

A exemplo do ocorrido no ano anterior, o Comitê de Admissibilidade de Emendas não analisou a admissibilidade das emendas individuais com a argumentação de que se tratava de um elevado quantitativo e que o prazo para a análise era curto. O [P69]Comitê, na prática, transferiu essa responsabilidade para os relatores-setoriais.

Quanto às emendas coletivas, de maneira análoga adotada durante o exame do PL do Orçamento de 2008, diante das regras estabelecidas por esta Comissão, todas foram indicadas como admissíveis pelo Comitê, com uma só exceção, a Emenda nº 71090006, da Bancada do Espírito Santo.

A partir dessa decisão soberana do Plenário da Comissão Mista de Orçamento, restou a esta Relatoria efetuar ajustes nas emendas coletivas apresentadas, mesmo reconhecendo parte delas, salvo melhor juízo, como inadmissíveis.

No que toca às Emendas de Remanejamento de nºs 71190003 e 71240009, vale ressaltar que ambas foram aprovadas parcialmente com o indicador RP2, devendo o ajuste para RP3 ser realizado pela Relatoria-Geral, com fundamento no Parecer Preliminar, item combinado com o item XLIII, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Orçamento de 2009, Lei nº 11.768, de 2008, em seu art. 7º, § 6º, que determina o uso exclusivo de RP3 para as ações pertencentes ao PPI.

Três emendas de remanejamento de nº 50240008, da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, e nºs 60010005 e 60010007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado foram rejeitadas por destinarem recursos a determinada Unidade da Federação e indicarem como cancelamento dotações de outras Unidades da Federação.

Emendas individuais

Para fins de atendimento ao disposto no item II.2, subitem 7, da parte dispositiva do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas aprovado pela Comissão Mista, propomos o parecer pela inadmissibilidade das seguintes emendas individuais apresentadas à Área Temática: Emenda 12830011, do Deputado Wilson Santiago; Emendas 22270004, 22270009, 22270010, 22270011, 22270013 e 22270019, do Deputado Alexandre Silveira; e, da Emenda 24460001, do Deputado João Maia, por resultarem em dotação insuficiente para a conclusão da obra ou da etapa do cronograma de execução.

Também propomos a inadmissibilidade da Emenda nº 21760018, do Deputado Paulo Piau, por infringência ao art. 33 da LDO/2009 (transferência de recursos a entidade privada).

Foram retiradas pelo autor as 6 emendas, de nºs 14450012, 22890003, 32200002, 34760012, 36550001 e 36550010.

Resultaram, neste Setor, apenas 15 emendas individuais aprovadas.

Da atuação da Relatoria-Setorial

Procuramos ouvir os autores das emendas relativas, bem como procuramos nos empenhar em priorizar investimentos com perspectiva de retorno econômico.

Foram apresentadas 115 emendas relativas ao orçamento fiscal, das quais 30 são individuais e 85, coletivas. Destas emendas coletivas, 43 são de apropriação e 32, de remanejamento.

Da atuação da Relatoria no orçamento de investimento



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apenas uma emenda coletiva foi apresentada diretamente ao orçamento de investimento de empresas estatais, a qual foi aprovada e atendida mediante remanejamento de recursos da mesma empresa.

Essa regra estabelece limite de 20% de cancelamento global de dotações de uma empresa, remanejadas para a mesma empresa. No caso, trata-se da Emenda nº 50180005, da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, que destina recursos para a produção de etanol em microdestilarias de álcool por meio de criação de nova ação no orçamento da PETROBRAS.

Das fontes utilizadas para aprovação de emendas

Grande parte das ações na Área de Infra-Estrutura estão marcadas no Projeto de Lei para o Orçamento de 2009 com o identificador RP3, que são ações não sujeitas à limitação de empenho e movimentação financeira e que estão incluídas no PPI — Projeto Piloto de Investimentos e no PAC — Programa de Aceleração do Crescimento.

Promoveu-se corte linear de 20% nas ações em RP2 e RP3, fontes 100 ou 111, com GND igual a 4. Para as ações em RP3, o Parecer Preliminar determina o limite máximo de 20% de corte, limite esse acatado pela Relatoria.

Ressaltamos que, considerando a proporção das ações em RP2 e em RP3 na programação do Setor, o corte nas ações em RP2 poderia ter sido muito superior, podendo chegar a até 100% das dotações do Projeto de Lei do Orçamento, de acordo com as regras impostas pelo Parecer Preliminar aprovado por esta Comissão. Em que pese estar autorizada a realizar o corte de 100% mencionado, esta Relatoria decidiu por preservar, assim, 80% dessas ações em RP2.

Algumas Unidades da Federação foram poupadas do corte linear, por não terem apresentado emendas de apropriação, tais como Alagoas, Amapá, Amazonas, Paraíba, Piauí e Sergipe, além de Santa Catarina, Estado que, como é notório, vem passando por sérias dificuldades devido às chuvas que, nos últimos meses, vêm causando prejuízos ainda incalculáveis para a sua infra-estrutura rodoviária.

Deve-se salientar que, quanto às emendas de apropriação, todas elas foram acatadas, pelo menos, parcialmente.

Já no tocante às emendas de remanejamento apresentadas pelos Estados do Piauí, de Sergipe e de Santa Catarina, pelos motivos expostos, este Relator apresentou 4 emendas de Relator Setorial de modo a compensar os cortes resultantes dessas emendas, com fundamento no art. 144, II, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Depois de realizados os cortes lineares em RP2 e RP3, quando do atendimento das emendas de remanejamento, com o objetivo de preservar as ações constantes do PL, em vez de realizar novos cortes que acarretariam perdas totais muito maiores esta Relatoria optou por limitar em 20% os cancelamentos de cada programação.

Ao não utilizar os recursos de cancelamentos extras, esta Relatoria preservou as dotações originais do PL quanto a cortes acima de 20%. Dessa forma, ela deixou de utilizar recursos advindos desses cortes, que serviriam para atender as emendas de apropriação.

No que se refere à Fonte 174 (Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia), foram realizados apenas remanejamentos internos, visando alterar o mínimo possível a programação dos Ministérios deste setor. As demais fontes vinculadas não foram alteradas.

Há uma lista de obras com indícios de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União, que mencionamos em atendimento ao art. 70 da resolução.

Segue a relação de emendas que propõem a alocação de recursos em dotações relativas a obras com indícios de irregularidades: 71170018, 71180001 e 71230005.

Como anexo a este Relatório, com fundamento do item 38.6.8 do Parecer Preliminar do Projeto de Lei Orçamentária para 2009, é apresentado demonstrativo contendo as programações desta Área Temática que podem conter irregularidades, de acordo com informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso.

Voto.

Sr. Presidente, diante do que foi relatado, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 38, de 2008, referente aos orçamentos das unidades orçamentárias da Área Temática I — ou melhor, V, desculpem-me — Infra-Estrutura, nos termos da proposta do Poder Executivo, com as alterações aprovadas por esta Relatoria constantes das relações anexas.

Essa é a leitura do nosso voto.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Lembro que está iniciada a discussão e, com isso, permanece aberto o prazo de destaques.

Solicito autorização do Plenário para proceder à votação do destaque por tipo de voto do Relator Setorial. Sendo assim, esclareço aos Srs. Parlamentares que o art. 138, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, afirma que não será aceita solicitação para votação em separado do destaque após a votação do requerimento para votação em globo dos destaques.

A proposta para a votação dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Destaques com voto do Relator Setorial pela aprovação integral.

Antes de colocar em votação, tem a palavra o Relator, Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no relatório dos destaques à emenda de despesa, tivemos a aprovação total de 9 dos destaques, a aprovação parcial de 28 deles, foram prejudicados 5, porque foram aprovados no mesmo sentido por outros, e foram rejeitados outros 12, nas áreas de remanejamento e de comissão, por falta dos devidos recursos.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Coloco em votação os destaques com voto do Relator Setorial pela aprovação integral.

Votação em globo dos destaques com voto do Relator pela aprovação integral na representação da Câmara.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Destaques com voto do Relator Setorial pela aprovação parcial.

Votação em globo dos destaques com voto do Relator pela aprovação parcial na representação da Câmara.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Destaques [P70] com voto do Relator Setorial pela rejeição.

Votação em globo dos destaques com voto do Relator pela rejeição na representação da Câmara dos Deputados.

Sendo rejeitado na Câmara dos Deputados, não vai ao Senado.

Declaro prejudicados os destaques por confrontarem a Resolução nº 01/2006, indicados por S.Exa. o Sr. Relator da área, que fez um trabalho extraordinário. Deputado Bruno Araújo, V.Exa. muito honrou esta Comissão. Muito obrigado pela sua ação.

Convido para compor a Mesa o Senador César Borges.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, mais uma vez, aproveito a oportunidade para agradecer a toda a assessoria da Comissão Mista de Orçamento, à assessoria do PSDB e a todos os Srs. Deputados que ajudaram na confecção deste relatório, bem como nos trabalhos presididos por V.Exa. e pelo Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Muito obrigado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, com a sua aquiescência, antes de o nobre Senador César Borges ler o seu relatório, seria importante fazer uma comunicação, até porque está havendo alguns problemas nas bancadas.

Nós fizemos uma reunião com o Relator-Geral ontem à noite e acertamos todo um encaminhamento de negociação com as bancadas estaduais a partir de terça-feira.

Na terça-feira pela manhã, o comitê de assessoramento reúne-se novamente com o Relator-Geral e já deve ter uma idéia bem definida sobre aquilo em que nós poderemos avançar nas bancadas estaduais.

Para as bancadas não ficarem preocupadas, já há o entendimento de que nós vamos avançar com alguns parâmetros, como, por exemplo, o mesmo valor do ano passado. Então, o entendimento é bem razoável, e nós queremos agilizá-lo a partir de terça-feira, às 15h. Para as bancadas não ficarem preocupadas com os destaques, nós vamos atender isso na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

Esta Presidência já está distribuindo a todos os Deputados, inclusive por *e-mail*, todo o trabalho da Comissão que acontecerá na próxima semana.

Senador César Borges, mil perdões. V.Exa. tem a palavra para fazer a leitura do relatório dos destaques.

O SR. SENADOR CÉSAR BORGES - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Parecer sobre os destaques apresentados ao relatório sobre Planejamento e Urbanismo, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Peço silêncio ou que falem mais baixo para o Relator poder se manifestar.

O SR. SENADOR CÉSAR BORGES - ...a nossa área de responsabilidade setorial.

Dada a pertinência e a relevância das ponderações realizadas no decorrer da discussão do nosso relatório, empreendemos diligente análise sobre os destaques apresentados, do que decorrem as seguintes considerações.

Foram apresentados 43 destaques, sendo 41 relativos a emendas de apropriação e 2 relativos a emendas de remanejamento. Dos 41 destaques relativos a emendas de apropriação, 34 se referem a alocações fundadas exclusivamente em cancelamentos no Seqüencial nº 020000, ou seja, na Reserva de Recursos, cujos saldos disponibilizados à área temática foram totalmente alocados pela Relatoria nos atendimentos já aprovados pelo Plenário.

Tendo sido o nosso relatório aprovado, ressalvados os destaques, qualquer novo cancelamento, para ser válido, precisa estar indicado nas emendas destacadas, o que não ocorre no presente caso.

Um outro destaque — o de nº 38, da bancada de Mato Grosso — indica cancelamentos teoricamente válidos, porém não nesta etapa de apreciação, por se referirem a unidade orçamentária fora do âmbito desta Relatoria (Seqüencial nº 004894).

Os Destaques de nºs 19 a 23, de autoria da bancada de Pernambuco, indicam seqüenciais válidos para cancelamento, exceto a parte relativa aos indicados na Reserva de Recursos. Entretanto, a maior parte desses vem em prejuízo de alocações para outras Unidades da Federação, as quais já se acham bastante reduzidas pelos cortes impostos pela Relatoria, com [P71]base no parecer preliminar.

Quanto aos indicados no Seqüencial 005466, nas Modalidades 30 e 40, nacional, ressaltamos que essa dotação já se acha reduzida em cerca de 60% pelos cancelamentos promovidos pela Relatoria, com saldos de apenas 51,4 milhões de reais na modalidade 30 e 23,4 milhões de reais na modalidade 40.

Assim, tendo em vista que o eventual acolhimento desses destaques prejudicaria as legítimas demandas de várias Unidades da Federação, desequilibrando os resultados apontados em nosso relatório, já aprovado, somos contrários à sua aprovação.

Quanto ao Destaque nº 32, de autoria da bancada da Paraíba, propondo a alocação de 4,9 milhões de reais adicionais, com cancelamento no Seqüencial 005444, nacional, ainda com saldo de 40,9 milhões de reais, após nossos cancelamentos, somos, neste caso, de parecer favorável.

Nos destaques relativos à emenda de remanejamento, o de nº 27, da bancada de Minas Gerais, com o cancelamento no Seqüencial 005528 RP2, ainda com saldo de 76,4 milhões de reais, após cancelamentos da Relatoria, entendemos que, embora esse possa ser atendido parcial ou totalmente, no valor solicitado de 21,8



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

milhões de reais, tal atendimento comprometerá as alocações em favor dos assentamentos precários do Estado. Por essa razão, somos de parecer contrário à sua aprovação.

No que se refere ao Destaque nº 9, da bancada do Rio Grande do Norte, propondo alocação de mais de 6 milhões de reais à Emenda nº 71210001, salientamos que, pelo fato de o cancelamento indicado, Seqüencial 005474 RP3, só contar com saldo de 4 milhões 572 para as ações de esgotamento sanitário no próprio Estado, somos de parecer contrário à sua aprovação.

Assim, estamos propondo os seguintes atendimentos: Destaque nº 32, acréscimo de 4 milhões e 900 mil reais à Emenda nº 71160011, da Paraíba.

Com esses fundamentos, nosso voto é pela prejudicialidade dos Destaques de nºs 1 a 8, 10 a 18, 24 a 26, 28 a 31 e 33 a 43; pela rejeição dos Destaques nºs 9, 19 a 23 e 27; e pela aprovação do Destaque nº 32.

Ao concluir, fazemos um apelo ao Relator-Geral para que atente às manifestações das bancadas, que tão bem expressaram as carências e as necessidades de suas regiões, no decorrer das discussões, e promova as complementações de recursos que sejam possíveis, no âmbito da Relatoria Geral, de modo a viabilizar a adequada implementação das obras e empreendimentos.

Sr. Presidente, esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Solicito a atenção do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tido de voto do Relator Setorial. Sendo assim, esclareço aos Srs. Parlamentares que o art. 138, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, estabelece que não será aceita a solicitação para a votação em separado de destaque após aprovação do requerimento para a votação em globo dos mesmos.

A proposta para a votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Destaques com o voto do Relator Setorial pela aprovação integral: apenas um.

Em votação o destaque com voto do Relator pela aprovação integral na representação da Câmara.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Destaques [p72]com voto do Relator Setorial pela rejeição: 7 destaques.

Em votação na representação da Câmara.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

No Senado a votação não acontece, porque foram rejeitados os destaques.

Declaro prejudicados os demais destaques, por confrontarem a Resolução nº 1, de 2006, e terem sido indicados pelo Relator.

Esclareço que tenho de encerrar o prazo para apresentação de destaques, com o conseqüente encerramento da discussão do relatório da Senadora Kátia Abreu.

Posso encerrar a discussão do relatório da Senadora Kátia Abreu? *(Pausa.)*

Reina o silêncio no plenário.

Encerrada a discussão.

Vou passar à votação do relatório da Senadora.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que acontecerá em seguida, em relação às emendas individuais do Relator-Geral, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O relatório setorial da Área Temática III — Integração Nacional e Meio Ambiente [p73] está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques e as obras com índices de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nos termos art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques, na representação da Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado nas representações da Câmara e do Senado da República. *(Pausa.)*

Eu preciso aguardar, Senadora Kátia Abreu, que alguns destaques sejam colocados no sistema da Comissão. Então eu passarei à leitura do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas e dou mais esse prazo para que os destaques sejam examinados por V.Exa. Eu só preciso de mais 5 minutos para os destaques de sua área entrarem no sistema.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Sr. Presidente, eu tenho de ir a uma audiência pública que eu convoquei, às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Às 10h V.Exa. estará lá.

O Deputado Eliseu Padilha levará 2 minutos para ler o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas. O Senador Delcídio Amaral disse que serão 4. Agora o Deputado Eliseu Padilha tomará conta do assunto.

Deputado Padilha, por favor, V.Exa. tem a palavra para a leitura do relatório de admissibilidade de emendas individuais.

Eu peço silêncio, por favor, porque nós só temos mais, no máximo, 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Relatório do Comitê de Admissibilidade, no exame de admissibilidade das emendas individuais e de Relator apresentadas ao PLOA para 2009.

Relatório.

Este relatório, em complemento ao aprovado pela Comissão no dia 28 de novembro de 2008...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, o Deputado Eliseu Padilha tem 5 minutos para ler o relatório.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - ...contempla o exame de admissibilidade das emendas individuais e de Relator Setorial já apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2009.

Quanto às emendas individuais e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu sei que está difícil, Deputado Eliseu Padilha, mas eu pediria a bondade de V.Exa. de prosseguir a leitura.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Se V.Exa. me permite, eu irei direto ao voto, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Faça isso, por favor, Relator.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Voto.

Diante do exposto, votamos pela admissibilidade de todas as emendas de Relator Setorial e Geral que constaram dos Relatórios Setoriais apresentados. Também [P74] votamos pela admissibilidade de todas as



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emendas individuais, exceto das Emendas 12830011, 22270004, 22270009, 22270010, 22270011, 22270013, 22270019, 24460001 e 21760018, que devem ser consideradas como inadmitidas.

É o voto de todo o Comitê de Admissibilidade de Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Alguma manifestação?

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, a discussão sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Foi aberta a discussão. V.Exa. deseja manifestar-se?

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Quero, logicamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Estou lhe dando a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, era só para um recurso, com base no art. 148.

Sr. Relator do Comitê de Admissibilidade, Deputado Eliseu Padilha, existe uma emenda individual de nossa autoria, relativa a um entroncamento de uma BR. São apenas 100 metros do entroncamento da BR-434, no Estado da Paraíba. A informação que recebemos da assessoria técnica foi no sentido de que o DNIT não pode disponibilizar uma empresa para ir ao local executar 100 metros de obra. Acho que isso não é assunto para se discutir na assessoria da Comissão de Infra-Estrutura.

São 100 metros de entroncamento porque há um contorno. Colocamos 100 mil reais para fazer esses 100 metros de rodovia, no entroncamento da BR-434 com a BR-405. Ele ainda admitiu que uma empresa não fará 100 mil reais de obra no interior do Estado.

Por isso, recorro dessa decisão que, inclusive, nem indeferida foi pela Presidência, mas já está com parecer solicitando indeferimento da emenda apresentada, uma emenda individual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado, eu entendo sua manifestação, mas quem admite ou não admite não é a Presidência, é o Comitê de Admissibilidade, que existe por causa disso.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Mas o Comitê encaminhou para V.Exa. homologar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não, não. O Comitê está encaminhando à Comissão, para votar.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Então, vamos transferir a decisão para o Coordenador do Comitê.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Presidente, quero esclarecer ao Deputado que é, sim, de pleno direito o recurso que S.Exa. interpõe. No devido momento, a Presidência vai determinar que seja examinado o recurso. E, de modo geral, os recursos, na sua grande maioria, têm sido admitidos. Não estou garantindo que será admitido, apenas estou querendo dizer que há probabilidade de seu recurso ser admitido.

S.Exa. deve, portanto, recorrer da decisão.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - A fala do Deputado Eliseu Padilha acalmou V.Exa.?

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Logicamente, Sr. Presidente. Mas se não levantarmos a voz, pela velocidade e pela intenção de V.Exa. de concluir o mais rápido possível a votação dos Relatórios Setoriais dentro do prazo estabelecido, se não estivermos atentos, V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O prazo não passa por cima das pessoas.

Deputado Padilha, então a contestação será examinada pelo Relator.

Perfeito. Agradeço.

Vamos à votação.

O Relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O relatório está em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos à votação dos destaques apresentados à área[P75] da Senadora Kátia Abreu.

Passo a palavra à Senadora Kátia Abreu, que fez um trabalho extraordinário.

Deputado Regis, que honra a presença de V.Exa dá a este Presidente. A presença de V.Exa. nos enche de satisfação.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, para apresentar seu parecer aos 57 destaques apresentados à matéria.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quando participamos da reunião com o nosso Relator e com V.Exa., tínhamos um acordo de que os Relatores Setoriais não deveriam deixar reservas, porque não haveria destaques apresentados na Comissão. E eu, como sou disciplinada, não deixei reservas para nenhum tipo de atendimento a destaques. Os recursos foram todos distribuídos pelas 75 emendas apresentadas. Procurei ser o mais justa possível, aumentando enormemente a emenda de Santa Catarina por conta da inundação, mas fizemos uma média de cada emenda apresentada de 14 milhões, 844 mil reais. Se por bancada os valores aparecem maiores, como Mato Grosso do Sul, por exemplo, que aparece com o valor maior de 112 milhões de reais, é porque apresentaram 8 emendas à área de Integração Nacional. Eu não tenho culpa. Há Estado que apresentou uma emenda para a área de Integração Nacional, caso do Rio Grande do Sul.

Outros Estados, como o meu Tocantins, Roraima, Mato Grosso, apresentaram 5, 6 emendas. Por isso, têm um valor maior. Mas, proporcionalmente, nenhuma bancada recebeu valores percentualmente menores do que no orçamento anterior. As bancadas que ganharam aumento menor foram Pernambuco e Rio Grande do Norte, com 6,3% e 8,7%, respectivamente. A grande maioria das demais teve aumento percentual do orçamento anterior para este de 50%, 57%, 25%, 35%, 44%, 86%, como é o caso do Estado de Goiás, e 229%, caso específico de Santa Catarina. O Tocantins, o meu Estado, teve 35%, diferentemente de outros que tiveram 50%, 60% de aumento.

Procurei ser o mais justa possível e cumpridora dos acordos feitos nesta Casa e nesta Comissão.

Portanto, sinto muito não poder atender a cada um, mas acordo feito é acordo cumprido. Por isso, não deixei reservas. Desculpem-me ter que decepcioná-los, mas eu, regimentalmente, não tenho instrumentos para poder atender os destaques aqui apresentados. Embora eu tenha certeza de que todos são justos, louváveis, importantes, regimentalmente, eu cumpri o acordo e não deixei reservas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Questão de ordem, Sr. Presidente.

Senadora, esse percentual de aumento é em relação — V.Exa. falou do orçamento do ano passado — ao Relatório Setorial, na sua fase, ou à emenda final?

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Em relação ao Relatório Setorial da Integração Nacional do Orçamento de 2008, Deputado. Em comparação ao próximo, 2009, foram esses os percentuais de aumento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Mas esse aumento é em relação ao valor da bancada ou é por emenda?

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Por emenda. A média é por emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Diante de uma situação totalmente diferente, Deputado. Temos uma situação diferente no País. Precisamos nos lembrar disso.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, lembro que houve um grande entendimento para que aumentássemos as emendas individuais, e todo mundo entendeu que, aumentando as individuais, teríamos alguns problemas nas de bancada e nas de Comissão. Espero que todo o mundo tenha claro isso.

O[p76] **SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Bem lembrado. Confesso que o Presidente tinha-se esquecido.

Solicito autorização do plenário...

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, na verdade, temos de reconhecer o esforço da Senadora Kátia Abreu em relação ao atendimento a essas emendas.

Nós, da Paraíba, por exemplo, não temos valor significativo porque só apresentamos uma emenda para a Integração Nacional. Daí por que, logicamente, não temos condições de nos igualarmos à bancada de Goiás, por exemplo, e de outros Estados.

Entendemos o posicionamento e a seriedade da Senadora em distribuir com o número de emendas apresentadas, na verdade, os recursos de que dispunha. Então nós nos sentimos, mesmo com o valor reduzido pelo número também reduzido de emendas, satisfeitos e parabenizamos a Senadora por seu trabalho no Relatório Setorial da Integração Nacional.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Obrigada, Deputado.

Para complementar, o Estado da Paraíba apresentou uma emenda e recebeu 18 milhões de reais. A média do recebimento de todas as emendas foi 14 milhões de reais. Então, mesmo sendo uma procurei dar um valor acima da média, por ser uma emenda só e por ser uma obra em andamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta está em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os destaques são todos pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não vai ao Senado.

Está aprovado o parecer da Senadora Kátia Abreu.

Esta Presidência prometeu encerrar a parte da Senadora às 10 horas. Peço perdão, porque são 10h01min.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Esta Presidência, Deputado Luiz Bittencourt, está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, queria cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, que já foi Deputada, pelo brilhante trabalho que fez na Relatoria Setorial e por sua explicação. S.Exa. manteve o equilíbrio de distribuição de recursos atendendo às bancadas. No caso de Goiás, tínhamos 2 projetos diferenciados. Fizemos um apelo, e a Senadora entendeu o problema que enfrentamos lá. Queremos agradecer a S.Exa. e parabenizá-la pelo trabalho feito.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Isso porque V.Exa. não compartilhou do Orçamento Participativo que fizemos na terra da Senadora. Foi algo extraordinário.

Quero encerrar a discussão do relatório do Deputado Aníbal Gomes, da Área da Saúde e, com isso, encerrar o prazo dos destaques.

A Presidência pode ir em frente? Pergunto porque depois não quero ser acusado de atropelar a Comissão. V.Exa. tem alguma objeção?

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Encerrada a discussão do relatório do Deputado Aníbal Gomes, assim como a apresentação dos destaques.

Deputado Aníbal Gomes, em seguida procederemos à votação dos destaques à área de V.Exa.

Deputado Jorge Khoury, V.Exa. tem de apresentar o relatório da Receita na semana que vem. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, o Relator da Receita está com a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma referência ao relatório da Senadora Kátia Abreu e dizer que, a despeito do volume de recursos mais significativos estarem na Pasta do Ministério da Integração, no entanto, a Senadora Kátia Abreu teve a preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, está demais o barulho. Somos poucos Parlamentares. É impossível fazer tanto barulho.

Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY - Quero fazer referência ao trabalho da Senadora Kátia Abreu com relação também, Sr. Presidente, ao relatório do Ministério do Meio Ambiente. Na verdade, essa área é muito sensível e muito preocupante para todos nós no País, e a Senadora teve o entendimento de preservar os recursos previstos no Orçamento e até ampliá-los. Com isso assegurou a possibilidade de termos, cada vez mais, um trabalho mais seguro na preservação ambiental do nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vou colocar em votação o relatório do Deputado Aníbal Gomes.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. [P77]

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório da área da Saúde permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos, agora, à análise dos destaques da área da Saúde. *(Pausa prolongada.)*

Senador Delcídio Amaral, o Presidente precisa da assessoria de V.Exa. O Presidente não pode afastar-se da Mesa, Senador, a não ser que passe a Presidência ao Deputado Gilmar Machado ou a outro Deputado e vá até aí.

Lembro que está em discussão o relatório da Infra-Estrutura.

Passo a palavra ao Relator Carlito Merss, para encaminhar a votação, como autor do relatório da Infra-Estrutura.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, estamos agora com o total dos destaques.

Gostaria de saber de que forma vamos proceder, porque ainda temos que fazer a leitura e o levantamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Sim, eu preciso votar o relatório de V.Exa., para que possa...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Ressalvados os destaques?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Exatamente. Mas quero ressaltar que estamos com o seu relatório em discussão.

Reina o silêncio no Plenário.

Eu vou encerrar a discussão. Depois o Deputado Mendes Ribeiro Filho atropela, o Presidente é desumano... Não, não, por favor.

(Intervenção fora do microfone inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Encerrada a discussão, ressalvados os destaques da área de Infra-Estrutura, relatório do Deputado Carlito Merss.

O Relatório Setorial da Área Temática da Infra-Estrutura está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves, Adendo I, uma vez que o prazo dos destaques terminou com o encerramento da discussão.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada. *(Pausa prolongada.)*

O [p78]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Esta Comissão apenas está aguardando o Deputado Carlito Merss dar o parecer sobre os destaques, assim como o Deputado Aníbal Gomes.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Em seguida, Sr. Presidente. Eu precisaria de....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Ainda está sendo digitado, mas V.Exa. poderia, na medida em que as páginas ficam prontas, já ir dando o seu parecer? *(Pausa.)*

Então, aproveito para cumprimentar a Comissão pelo trabalho que realizou e passo a palavra ao Relator-Geral, Senador Delcídio, para que S.Exa. possa prestar esclarecimentos aos Deputados e Senadores e, inclusive, com o seu talento, tranquilizar a todos Deputados no que diz respeito ao processo de trabalho que esta Comissão desencadeará na próxima semana.

E já antecipo que, na semana que vem, convocarei reunião para terça, quarta, quinta e sexta-feira, como ocorreu nesta semana, inclusive porque temos de votar o relatório do Deputado Jorge Khoury, da Receita. Portanto, precisamos apreciar o relatório da Receita, na terça-feira ou na quarta-feira, o mais cedo possível, e precisamos, durante a semana, manter a Comissão permanentemente em reunião. É assim que esta Presidência vai proceder. Estamos quase no fim dos nossos trabalhos, e, claro, sempre com a brilhante participação de cada um dos senhores.

A palavra está com o Senador Delcídio Amaral, nosso brilhante Relator, que vai fazer a multiplicação dos pães na próxima semana.

Senador Delcídio Amaral, por favor.

O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL - Sr. Presidente, eu saio, e V.Exa. me coloca no jogo de novo. *(Risos.)*

Mas eu queria fazer um registro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, a manifestação do Relator é extremamente importante para todo o trabalho que se vai desencadear na semana que vem. E eu estou tendo toda a paciência do mundo, e toda a calma, para que amanhã ninguém possa dizer que houve qualquer atropelo de minha parte.

Senador Delcídio, por favor.

O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL - É verdade, Sr. Presidente, V.Exa. não atropela ninguém.

Mas, caros colegas Deputados e Senadores, quero apenas fazer um registro. Ontem, tivemos uma conversa com o Comitê de Assessoramento do Relator-Geral. E quero informar que, a partir das 15h de terça-feira, por intermédio dos Parlamentares do Comitê de Assessoramento, começaremos as reuniões com os Coordenadores Regionais, como já fizemos em ocasiões anteriores ao longo dos trabalhos da Comissão de Orçamento.

Então, a partir de terça-feira, dia 9 de dezembro, às 15h, o Deputado José Guimarães e o Deputado Colbert Martins se reunirão com os Coordenadores de bancada da Região Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão[P79], Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Portanto, às 15h do dia 9 de dezembro, os Deputados Colbert Martins e José Guimarães se reunirão com os Coordenadores das bancadas estaduais da Região Nordeste. No mesmo horário, estarão reunidos os Deputados Raimundo Gomes de Matos e Jorge Khoury com os Coordenadores das bancadas das Regiões Norte e Centro-Oeste, a saber: Acre, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins. Também no mesmo horário, o Deputado Jaime Martins vai estar reunido com as bancadas da Região Sudeste, a saber: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo, atendendo ao



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Devanir Ribeiro — e dá-lhe Rodoanel. *(Risos.)* Quanto à Região Sul, o Deputado Eliseu Padilha se reunirá com os Coordenadores de bancada do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Qual é a idéia? Como fizemos em outras ocasiões, conversaremos com os Coordenadores para avaliar o desempenho dos Estados em relação aos relatórios setoriais. E, eventualmente, como fruto dessa discussão, com base nas reivindicações apresentadas e em razão do trabalho que estou realizando com as competentes Assessorias do Senado e da Câmara, ver o que poderemos fazer adicionalmente para os Estados.

O objetivo, então, é fazer essa primeira reunião e, depois, ao longo da semana, como disse o Deputado Mendes Ribeiro — e tudo o que o Presidente diz é sempre certo —, fazermos uma vigília até sexta-feira na Comissão de Orçamento. Depois dessa reunião, farei uma avaliação com o Comitê de Assessoramento e com os Parlamentares que me acompanham e me assessoram na Relatoria, e nos reuniremos com as bancadas ao longo da semana para afinar a viola, ou seja, tentar ajustar tudo e termos uma votação tranqüila do relatório do Orçamento, procurando buscar o melhor acordo possível. Dessa forma, se não atender a todos, pelo menos será um acordo justo e compatível com a realidade orçamentária de 2009.

Essa é a programação, Sr. Presidente, que tentaremos cumprir no sentido de aprovar, na próxima semana, o relatório do Orçamento Geral da União para 2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. pretende ler seu relatório nesta Comissão na quinta ou na sexta-feira?

O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL - Vou fazer um grande esforço para lê-lo já na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. é um craque.

O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL - Aliás, enganei-me. Não é aprovar o relatório, mas lê-lo na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Se V.Exa. fizer a leitura na quinta-feira, teremos condição de votá-lo no plenário da Comissão na terça-feira. Lido o relatório na quinta-feira pelo Relator, podemos apreciá-lo na outra terça-feira na Comissão, não é Deputado Gilmar Machado?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Torço para isso, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. mais do que ninguém. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Eu sei, mas, na terça-feira, vamos reunir [P80] com as bancadas e tal. E, depois que o Relator-Geral fechar o relatório, os técnicos não conseguirão realizar o trabalho final em menos de 48 horas. Mas vamos trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por isso, Deputado Gilmar, estamos convocando para sexta-feira.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - ... para que a Comissão saiba.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Só estou abordando isso porque é um dado real.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Como talvez tenhamos dificuldade quinta-feira para ler o relatório, precisaremos da sexta-feira para fazer a leitura.

O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL - Para atender o prazo.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Justamente por isso quero fazer esse alerta. Depois que o Relator fechar os números, os técnicos têm um trabalho manual. Não é brincadeira, não.

O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL - Sr. Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. não só pode como deve.

O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL - Nós temos uma meta, Deputado Gilmar Machado. Evidentemente, esse é um processo dinâmico. A discussão orçamentária é difícil. Nós estamos trabalhando com essa meta. Se é possível ou não... Acho que, até pela maneira como esta Comissão tem desenvolvido seus trabalhos esta semana, com a votação dos relatórios setoriais, isso será facilitado intensamente, porque teremos a próxima semana, a segunda semana de dezembro, e a semana seguinte. Portanto, temos uma margem pequena para realmente aprovar o relatório em tempo e levá-lo, feitas as costuras políticas possíveis, a uma votação tranqüila no Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Senador, permite-me V.Exa. um aparte de 30 segundos? Gostaria de fazer uma ponte entre a sua argumentação e a vivência que tive com a Assessoria.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O trabalho aqui mencionado pelo Deputado Gilmar Machado é realmente estafante, volumoso, um trabalho que, se fizéssemos ao estilo antigo, seguramente levaria umas 4 semanas. Ocorre que, com o sistema adotado pela Consultoria hoje, no fechamento dos relatórios setoriais, os dados podem ser imediatamente remetidos para sua Assessoria — e certamente já o estão sendo —, e o seu relatório deverá ficar pronto esta semana. Ele só será mudado naquilo que for objeto das tratativas com as bancadas. Por quê? Porque haverá a remessa do fechamento dos relatórios setoriais, na verdade, uma conjugação que será feita por sua Assessoria.

Como ouvi V.Exa. dizer que trabalharia este final de semana, sexta, sábado e domingo, no início da semana, seguramente, o relatório estará esboçado. E teremos que alterações? As que serão objeto dos debates que ocorrerão e que já foram mencionados.

Portanto, se me permite V.Exa., quero subscrever sua afirmação de que é possível, sim, o seu relatório ficar pronto até o final da semana que vem.

O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL - Muito obrigado, Deputado Eliseu Padilha, sempre competente e firme...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - E inteligente.

O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL - ... inteligente e experiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa. a contribuição e quero fazer um reconhecimento público à Assessoria desta Comissão. Só convivendo com os técnicos da Câmara e do Senado para se ter condições de avaliar a sua competência, a capacidade que possuem de avaliar o processo orçamentário e de assessorar os Parlamentares da forma como o fazem.

Ainda ontem ouvi a manifestação do Deputado Gilmar Machado sobre o fato de que, no campo da receita, em nenhum momento, em nenhum ano, em nenhuma época em que foi feito o Orçamento, nunca esta Câmara dos Deputados fez uma previsão aquém daquela que ocorreu. E reparem que dado extraordinário: quem tem que ter a prática, a experiência e a credibilidade é o Executivo, mas nunca uma previsão de receita desta Casa saiu com erro.

Então, quando vejo falarem que o Orçamento está forçando a barra, que talvez estejamos trabalhando com recursos em demasia — e, é claro, existe um receio de como as coisas podem ocorrer à frente —, tenho absoluta certeza e convicção de [p81]que a receita foi estimada pela Câmara dos Deputados com toda a responsabilidade possível. E tenho igual certeza de que o Relator, o Senador Delcídio Amaral, atuará de forma muito incisiva na credibilidade da peça orçamentária da União no que diz respeito à participação do processo legislativo.

Em evento de que participei no Rio Grande do Sul, ouvi o Deputado Eliseu Padilha se referir à importância do legislar. A função mais importante é a de legislar, função que compete a esta Casa e que o Executivo tenta, cada vez mais, puxar para si. Há aqui quem ache que bom é participar do Executivo. Bom, porém, é participar desta Casa, porque ela possui a maior das virtudes, a maior das competências, que é a de legislar, e isso é tão verdade que o Executivo sempre puxa para si essa competência. Será que não estamos vendo de menos e o Executivo sabendo ver demais? Agora, dizem que o Poder Judiciário também quer trazer para si a tarefa de legislar. Mas, por que todo mundo quer legislar? Por que todo mundo afirma que os demais Poderes, os demais órgãos do Poder do Estado interferem na competência do Legislativo? Porque nós temos a graça de ter a melhor das missões: representar o povo, votando e estabelecendo o processo legislativo.

Vou suspender a reunião por 5 minutos até que cheguem os destaques e os pareceres das Áreas de Saúde e Infra-Estrutura, que é o que falta para encerrarmos a votação dos relatórios setoriais, lembrando que já esta Presidência convocou reunião ordinária para terça-feira, às 14h30min e às 17h; para quarta-feira, às 10h e às 17h; no mesmo horário na quinta-feira, e no mesmo horário, 17h, na sexta-feira. Está convocada esta Comissão, portanto, nas datas determinadas por esta Presidência.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não, Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, disse V.Exa. que a Comissão está convocada para uma reunião às 17h de sexta-feira. Pergunto se não seria melhor que houvesse também uma reunião pela manhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Teremos reuniões nos mesmos horários convocados para a quinta-feira: às 10h e às 17h.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - V.Exa. havia citado apenas a reunião das 17h. Só uma retificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. Aceito a retificação.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Portanto, na sexta, a reunião será às 10h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está suspensa a reunião.

(A[p82] reunião é suspensa.)

[P83] O [P84]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro reiniciada a 15ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 33 e 34.

Passo a palavra[p85] ao nobre Deputado Aníbal Gomes, que concluiu seu parecer pela prejudicialidade dos Destaques nºs 25, 26, 13 e 28 e pela aprovação parcial dos demais.

Por favor, V.Exa. está com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANÍBAL GOMES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Deputados, quanto aos destaques, como dito, não pudemos atender 4 por incompatibilidade com as exigências regimentais da Casa, mas todos os demais, dentro da pequena reserva que tivemos o cuidado de fazer, foram atendidos. Certamente, não da maneira como V.Exas. queriam, mas ainda estamos na primeira fase. Portanto, quando da fase do relatório geral, com o Senador Delcídio Amaral, as injustiças ou erros que, porventura, tenhamos cometido poderão ser corrigidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Guilherme Campos, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Quero cumprimentar o Relator pelo trabalho e dizer que apresentamos os destaques da bancada de São Paulo, pedindo a compreensão do Relator...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sim. A primeira palavra foi de agradecimento. Agora, a segunda, é de pedido de apoio ao...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agora estou vendo porque a preocupação de S.Exa...

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - .. Relator-Setorial. Queremos que S.Exa. nos ajude no sentido de fazer o Relator-Geral refletir sobre os pleitos da área de saúde para o Estado de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, saudamos o Relator da área de Saúde, Deputado Aníbal Gomes, pela missão e pelo trabalho que realizou. E sabe S.Exa. das vulnerabilidades, das demandas da Frente Parlamentar da Saúde, por meio do Deputado Rafael Guerra e do Deputado Darcísio Perondi e da própria estrutura do Ministério. Agora, o que buscamos sempre é fazer com que haja um real descontingenciamento dos impostos. A própria Comissão de Seguridade Social e Família apresentou emenda ao Orçamento de 2008, e até o momento, a execução orçamentária do Ministério da Saúde no que diz respeito a essa emenda, cujo valor era de 50 milhões de reais, é zero.

Então, lutamos para colocar os recursos, comprometendo o Orçamento — e podemos mesmo usar esse termo — com alocação de recursos, e não há, por parte da área econômica, compromisso com a execução dessas emendas. Automaticamente, V.Exa. acatou a emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, mas fica a dúvida da questão da execução. E, por intermédio da bancada do Ceará, foram feitos 3 destaques com o objetivo de fortalecer os programas da Universidade Federal do Ceará, o Instituto de Cardiologia Martins Rodrigues e a estrutura da rede de atenção básica e especializada, para que possamos ter a saúde secundária e a saúde terciária a contento.

Há sempre crises na saúde, especialmente no que diz respeito a leitos em UTI e ao atendimento de diversas patologias. Enfim, há grande demanda na medida em que a tecnologia vem diagnosticado novas doenças, e é necessário haver uma compatibilização. Então, esperamos que S.Exa. acate esses nossos destaques.

Muito obrigado, e parabéns.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Mauro Nazif, por favor

O SR. DEPUTADO MAURO NAZIF - Sr. Presidente, quero agradecer ao Relator por ter acatado parcialmente as emendas referentes à construção do Hospital Municipal de Porto Velho, sobretudo porque, no Município da Capital do Estado de Rondônia, estão em construção duas hidrelétricas do Madeira, e mais de 120 mil pessoas chegando. Agradeço também a S.Exa. o acatamento das outras emendas relativas ao Destaque nº 08, referente ao Governo de Pernambuco, e peço pela Emenda nº 31, do Deputado Eduardo Valverde, que trata da reestruturação das unidades de atenção especializada em saúde para o Estado de Rondônia.

Então, gostaria de agradecer a S.Exa. o acatamento parcial dessas emendas.
Muito obrigado.

O[p86] [P87]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra ao Relator.

Solicito autorização do Plenário para votar em globo os destaques por tipo de voto setorial.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.

Em votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado nas 2 Casas.

Destaques com voto do Relator-Setorial pela aprovação parcial.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro prejudicados os Destaques que confrontarem com a Resolução nº 1, de 2006, indicados pelo Relator Setorial, de nºs 20, 26, 13 e 28.

Mais um relatório concluído. Faltam apenas os destaques do relatório da área de Infra-Estrutura. *(Pausa.)*

Esta Presidência quer fazer uma correção. A Presidência disse que entre os destaques prejudicados estava o de nº 13. Não, é o Destaque nº 11. O de nº 13 está entre os aprovados parcialmente pelo Relator. E isso na área da Saúde. *(Pausa.)*

Quería, de novo, corrigir a correção: a Presidência deu o Destaque nº 13 como prejudicado. Não. O Destaque nº 13 têm parecer favorável pela aprovação integral do Relator.

Quero submeter à votação esse Destaque nº 13.

Os Srs. Deputado que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Fica prejudicado o Destaque de nº 11.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO LUIZ BITENCOURT[P88] - Sr. Presidente, o próximo relatório é o da área de Infra-Estrutura?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Isso, é o da Infra-Estrutura.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITENCOURT[P89] - Porém, nesse relatório nós precisamos saber as alterações que o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não haverá, pelo que o Presidente está informado, alterações. O voto do Relator seria pela rejeição de todos os destaques, ficando o que precisa ser corrigido por responsabilidade do Relator-Geral.

Como Presidente, eu só estou esperando que vá para o sistema o parecer do Relator para que possamos apreciá-lo na Comissão.

(Pausa prolongada.)

Quero esclarecer que houve um problema no Destaque nº 5, da área da Saúde: o número da Emenda 7110 estava 7111. Isso é só para acompanharmos pelo sistema da Câmara.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante disso, precisamos votar a aprovação parcial do Destaque nº 5 porque, pela aprovação, tornou prejudicado o outro.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o Destaque nº 5.

Os Srs. Deputado que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, de acordo com o parecer do Relator, parcialmente.

Passo a palavra ao Deputado Carlito Merss para leitura do seu voto.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, queria solicitar principalmente a atenção do nosso querido Relator, Senador Delcídio Amaral.

Nós sabemos que a Relatoria de Infra-Estrutura sempre é a mais complexa pelas circunstâncias, inclusive as deste ano.

Fizemos um levantamento dos cerca de 59 destaques que recebemos. Há, sim, possibilidades de, eventualmente, atender a alguns, de apropriação, mas a decisão tomada, inclusive com diversos Senadores e Deputados de algumas bancadas que tiveram mais problemas, é de que nós rejeitaríamos todos os destaques, porém já encaminharíamos ao Relator, naquele percentual que ainda teríamos para atender destaques, a lista e os valores que poderíamos eventualmente atender em relação a alguns Estados, principalmente Tocantins, Roraima, Rondônia; São Paulo, Minas Gerais, Goiás, os Estados que mais tiveram... e Paraná, alguma coisa.

Então faríamos dessa forma, rejeitando a princípio, mas já fazendo essa recomendação no texto ao Relator com um percentual, um valor que já teríamos para atender, minimamente, todos os Senadores e os Deputados de todos os Estados.

Esse é o nosso voto Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por voto do Relator-Setorial.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Destaque com voto do Relator-Setorial pela rejeição.

Votação em globo o voto do Relator pela rejeição do destaque.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados, e assim não serão apreciados pela representação do Senado Federal.

Então, aprovado o relatório pelos Deputados que permaneceram como estavam. O relatório do Deputado Carlito Merss, assim como seu voto pela rejeição dos destaques.

Cumprimos nossa pauta. Todos os relatórios setoriais, Senador Delcídio Amaral, estão à disposição de V.Exa. para providenciar o seu, tenho certeza, brilhante voto.

E quero pedir a compreensão dos Deputados, dos Senadores, da assessoria, pela impertinência do Presidente. Realmente sou impertinente, fui impertinente e preciso continuar sendo, porque é desse espírito inquieto que acredito que todos nós precisamos para que nos possamos mostrar cada vez mais inconformados quando as coisas não andam como precisam andar.

Muito obrigado.

Reitero [MSOffice90]a convocação para terça-feira, às 14h30, de sessão extraordinária desta Comissão Mista de Planos e Orçamentos; para terça-feira, às 17h; para quarta-feira, às 10h e 14h; para quinta-feira, às 10h e 14h; para sexta-feira, às 10h e 14h.

Está encerrada a reunião.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização